



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 19ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 29 DE OUTUBRO DE 2019

ATA Nº. 23 / 2019

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
4. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APROVAÇÃO DE ATAS
- 4.1.1. ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DOIS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZANOVE - ATA NÚMERO DEZASSEIS, DE DOIS MIL E DEZANOVE
- 4.1.1.1. VOTAÇÃO
- 4.1.2. ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A NOVE DE JULHO DE DOIS MIL E DEZANOVE - ATA NÚMERO DEZASSETTE, DE DOIS MIL E DEZANOVE
- 4.1.2.1. VOTAÇÃO
- 4.2. SRª. DEPUTADA MARTA CAROLO (PS)
- 4.3. SRª. DEPUTADA JOANA SILVA (CDU)
- 4.4. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 4.5. SR. DEPUTADO NUNO GUSMÃO (CDS-PP)
- 4.6. SR. DEPUTADO JOAQUIM DOS REIS MARQUES (PS)
- 4.7. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
- 4.8. SR. DEPUTADO PEDRO ALMEIDA (PS)

- 4.9. SR^a. DEPUTADA CAROLINA TOMÉ (IOMAF)
- 4.10. SR. DEPUTADO MIGUEL PINTO (BE)
- 4.11. SR^a. DEPUTADA PAULA NETO (IN-OV)
- 4.12. SR^a. DEPUTADA ANA BEÇA (IN-OV)
- 4.13. SR. DEPUTADO DINIS ANTUNES (J.F. PORTO SALVO)
- 4.14. SR^a. DEPUTADA CELESTE DÂMASO (IN-OV)
- 4.15. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.16. SR. DEPUTADO ORLANDO TAVARES (IN-OV)
- 4.17. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.18. SR. VEREADOR PEDRO PATACHO
- 4.19. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.20. SR. VEREADOR NUNO NETO
- 4.21. SR. DEPUTADO PEDRO ALMEIDA (PS)
- 4.22. SR. DEPUTADO JOAQUIM DOS REIS MARQUES (PS)
- 4.23. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.24. SR^a. DEPUTADA MADALENA CASTRO (U.F. OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS)
- 4.25. SR. DEPUTADO PEDRO ALMEIDA (PS)
- 4.26. SR. DEPUTADO NUNO GUSMÃO (CDS-PP)
- 4.27. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 4.28. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4.29. SR^a. DEPUTADA CELESTE DÂMASO (IN-OV)
- 5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 5.1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 686/19 - GCAJ - RELATIVA À PERMUTA DE PRÉDIOS ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A “LOTS OF



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

HAPINESS, CONSTRUÇÕES, LDA.”, NO ÂMBITO DO PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DA FONTE

- 5.1.1. VOTAÇÃO
- 5.2. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 755/19 – GAF – RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS PARA APOIO ÀS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA ROCHA - **RETIRADA**
- 5.3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 756/19 – DMAG/GAEP – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE ESTACIONAMENTO NAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DE OEIRAS - ALTERAÇÃO DA TAXA DE PAGAMENTO NO LARGO LEONOR FARIA GOMES, EM PAÇO DE ARCOS
- 5.4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 757/19 – DMAG/GAEP – RELATIVA À ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE ESTACIONAMENTO NAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DE OEIRAS - ALARGAMENTO DA ZEDL DE ALGÉS À PRAÇA DR. MANUEL MARTINS (PRAÇA DE TOUROS)
- 5.3.3. VOTAÇÃO
- 5.3.4. VOTAÇÃO
- 5.5. PROPOSTA CMO N.º 786/19 – DMAG/DFP/DP – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, SITA EM TALAÍDE – PORTO SALVO
- 5.5.1. VOTAÇÃO
- 5.6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 828/19 – DMAG/DFP/DP – RELATIVA À CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO

PÚBLICO, PARA A INSTALAÇÃO DE 42 PONTOS DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS, EM LOCAIS PÚBLICOS DE ACESSO PÚBLICO NO CONCELHO DE OEIRAS

5.6.1. VOTAÇÃO

6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

6.1. SR^a. CLOTILDE MOREIRA, MORADORA EM ALGÉS

6.2. SR. NUNO SILVA, MUNÍCIPE DE OEIRAS

6.3. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.

6.4. SR. DANIEL SOUSA, COM ATIVIDADE PROFISSIONAL EM OEIRAS

6.5. SR. PEDRO FLORES, MUNÍCIPE DE OEIRAS

6.6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.

6.7. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.

6.8. SR. DEPUTADO DOMINGOS SANTOS (IOMAF)

6.9. SR. DEPUTADO NUNO GUSMÃO (CDS-PP)

6.10. SR. DEPUTADO PEDRO ALMEIDA (PS)

6.11. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)

7. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.

8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>Aprovado por unanimidade em 18.02.2020</i>			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	11		
PS	3		
IOMAF	1		
PPD/PSD	1		
CDU	3		
CDS-PP	—		
BE	1		
PAN	1		
S=A FAVOR * N=CONTRA * A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 19ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA-----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 29 DE OUTUBRO DE 2019 -----

-----ATA Nº. 23 / 2019 -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segunda Secretária a Senhora Susana Isabel Costa Duarte. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e trinta minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Décima Nona Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e sete Deputados Municipais (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Irina Dias Lopes, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho, Rosa Maria Soares da Fonseca, Deolinda Filomena Pedroso Pereira de Barros, Dinis Penela Antunes, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo, Pedro Miguel Ramos Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Luís Filipe Pereira Santos,

Maria da Graça Rodrigues Tavares, Daniel dos Reis Branco, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Maria Joana Marques Gomes da Silva, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Miguel Trindade Gusmão, Miguel da Câmara e Almeida Pinto e Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores José Maria Godinho Montezo, Afonso Tomás Rebelo da Silva Garcia, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Salvador António Martins Bastos Costeira e Cláudio Fernando Sequeira Assunção pediram a sua substituição para esta reunião, tendo sido substituídos pelos Senhores Vítor Manuel Correia Pinho, Rosa Maria Soares da Fonseca, Deolinda Filomena Pedroso Pereira de Barros, Luís Filipe Pereira Santos, Maria da Graça Rodrigues Tavares e Miguel da Câmara e Almeida Pinto.-----

-----Faltou o Senhor Jorge Manuel Damas Martins Rato, tendo a Mesa justificado a respetiva falta. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Pedro Manuel Freire Patacho, Joaquim Moreira Raposo, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 686/19 - GCAJ - relativa à Permuta de prédios entre o Município de Oeiras e a “Lots of Happiness, Construções, Lda.”, no âmbito do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte; -----
2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 755/19 - GAF - relativa à Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para apoio às Festas em honra de Nossa Senhora da Conceição da Rocha; -----

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 756/19 - DMAG/GAEP - relativa à Alteração ao Regulamento Geral de Estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada de Oeiras - Alteração da taxa de pagamento no Largo Leonor Faria Gomes, em Paço de Arcos; -----

4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 757/19 - DMAG/GAEP - relativa à Alteração ao Regulamento Geral de Estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada de Oeiras - Alargamento da ZEDL de Algés à Praça Dr. Manuel Martins (Praça de Touros); -----

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 786/19 - DMAG/DFP/DP - relativa à Desafetação de parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município de Oeiras, sita em Talaíde - Porto Salvo; -----

6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 828/19 - DMAG/DFP/DP - relativa à Concessão do direito de uso privativo de espaço público, para a instalação de 42 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras. -----

3. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a reunião dizendo o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde a todos, vamos dar início à reunião. -----

----- Queria fazer aqui um comentário: esta reunião começa com a chamada e termina quando terminam as intervenções do público e as respostas da Câmara. Resulta que peço-vos o favor de não abandonarem a sala quando termina o Ponto da Ordem do Dia, porque, a seguir, existe a intervenção do público, que faz parte desta nossa reunião, e nós devemos ter a maior consideração para com as pessoas que vêm a esta Assembleia pôr as suas questões e não abandonarmos a sala enquanto elas estão a falar. -----

----- Temos duas atas para pôr à vossa consideração.” -----

4. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

4.1. APROVAÇÃO DE ATAS-----

4.1.1. Ata da Décima Terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dois de julho de dois mil e dezanove - Ata número dezasseis, de dois mil e dezanove-- -----

4.1.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Vítor Manuel Correia Pinho), quatro do Partido Socialista (Dinis Penela Antunes, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques e Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo), quatro do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé, Luís Filipe Pereira Santos e Maria da Graça Rodrigues Tavares), dois da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco e Maria Joana Marques Gomes da Silva), um do Partido Social Democrata (Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social - Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----O Senhor Deputado Rui Manuel Pessanha da Silva, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta, não estava presente na altura da votação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Os Senhores Deputados Irina Dias Lopes, Rosa Maria Soares da Fonseca e Deolinda Filomena Pedroso Pereira de Barros, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta, Pedro Miguel Ramos Almeida, do Partido Socialista, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária e Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

4.1.2. Ata da Décima Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a nove de julho de dois mil e dezanove - Ata número dezassete, de dois mil e dezanove - -----

4.1.2.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho e Rosa Maria Soares da Fonseca), cinco do Partido Socialista (Dinis Penela Antunes, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), dois do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos e Luís Filipe Pereira Santos), três da Coligação

Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Maria Joana Marques Gomes da Silva), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social - Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). - -----

-----Os Senhores Deputados Rui Manuel Pessanha da Silva e Irina Dias Lopes, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente, não estavam presentes na altura da votação.

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e Deolinda Filomena Pedroso Pereira de Barros, do Grupo Político Isaltino - Inovar Oeiras de Volta, Maria Carolina Candeias Tomé e Maria da Graça Rodrigues Tavares, do Grupo Político Independentes Oeiras Mais À Frente, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

4.2. A Senhora Deputada Marta Carolo (PS) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Nas salas do primeiro ciclo da Escola Vieira da Silva, em Carnaxide, ainda se trabalha com quadros de ardósia e giz. São oito salas e cerca de duzentos e oito alunos. -----

-----O PS gostaria de saber quando é que o Executivo pretende melhorar a situação destas salas de aula.” -----

4.3. A Senhora Deputada Joana Silva (CDU) observou o seguinte:-----

-----“No passado dia dez de setembro, a CDU fez um requerimento oral no Período Antes da Ordem do Dia, sobre as análises da água que evidenciavam contaminação na Ribeira de Porto Salvo, com resultados elevados da matéria E. coli. -----

-----A vinte e cinco de setembro, em resposta às questões colocadas nessa sessão, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

referido, em suma, o seguinte: a Divisão de Saneamento de Oeiras, em sequência, verificou exaustivamente, em período diurno, todo o leito da Ribeira e não detetou qualquer afluência indevida. Resultados posteriores voltam a revelar a presença de E. coli na Ribeira de Porto Salvo, mas não só na Ribeira de Porto Salvo, como também na Ribeira da Lage, na Ribeira de Barcarena (na ponte em Laveiras) e na Ribeira do Jamor. Estes novos resultados, depois da resposta anterior de que não havia sido detetada a bactéria, levam-nos à seguinte conclusão: estará a Câmara, efetivamente, a mitigar e a controlar aquilo que se passa nas ribeiras? Ponto número dois: propúnhamos que a Comissão de Ambiente fizesse uma visita, nomeadamente, a esta zona da Ribeira de Porto de Salvo, para verificar “in loco” a existência ou não de contaminação e percursos posteriores nas ribeiras nas linhas de água do Concelho, porque preocupam-nos estes dados, mas também nos preocupa que esta situação não esteja a ser resolvida por parte da Câmara Municipal de Oeiras.” -----

4.4. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Queria alertar para uma situação que é a seguinte: quando se sai do Pavilhão Desportivo Jesus Correia, em Paço de Arcos, da parte do público para o exterior, às oito da noite é completamente noite, e passa-se um corredor que contorna o pavilhão até à rua. Todo este percurso não tem uma lâmpada acesa. Gostava que intervissem nesse sentido e pusessem lá umas lâmpadas, porque quem não sabe o percurso tem que acender as luzes do telemóvel para o poder fazer, pelo que pedia a vossa atenção para isso.” -----

4.5. O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, vou ler, muito rapidamente, um documento com algumas questões que, posteriormente, remeterei para que possam ser prestados os devidos esclarecimentos. -----

-----Este documento não foi elaborado por mim, mas pela deputada do CDS que habitualmente me substitui quando não estou aqui, Maria João Melo Gomes.-----

-----“O CDS-PP teve conhecimento de que a Equipa Comunitária da Saúde Mental de Oeiras, que se localiza na Rua João de Deus, número quatro, em Caxias, se viu confrontada com uma ordem de despejo em julho de dois mil e dezanove, sendo que já é a segunda vez que os doentes seguidos por esta equipa se veem privados de cuidados de proximidade. Esta equipa é da responsabilidade do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental. -----

-----Sabemos igualmente que o Centro de Respostas Integradas (CRI) de Lisboa Ocidental, eixo Oeiras/Cascais, e as equipas de tratamento de Oeiras integram a Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD), um serviço central da ARLSVT que tem como missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências na área da Região de Lisboa e Vale do Tejo, e está com problemas nas suas instalações.-----

-----O Programa Nacional de Saúde Mental tem como missão assegurar a toda a população portuguesa o acesso a serviços habilitados a promover a sua saúde mental, a prestar cuidados de qualidade e facilitar a reintegração e recuperação das pessoas com doença mental. --

-----Sabemos ainda que, no anterior Executivo, houve conversas para que estas duas equipas se juntassem no Quartel da Medrosa, que se encontra atualmente desativado. -----

-----Assim, o CDS-PP pretende ver esclarecidas as seguintes questões: -----

-----Um - Que diligências foram ou estão a ser realizadas para que a Equipa Comunitária da Saúde Mental de Oeiras permaneça no Concelho e não volte ao Hospital de São Francisco Xavier.-----

-----Dois - Que diligências estão a ser feitas para corrigir os problemas nas instalações do Centro de Respostas Integradas (CRI) de Lisboa Ocidental, eixo Oeiras/Cascais, e a Equipa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Tratamento de Oeiras. -----

----- Três - Tem o atual Executivo conhecimento das conversas sobre a instalação destas duas equipas no Quartel da Medrosa, e qual a possibilidade de se voltar a equacionar esta mesma situação.” - -----

4.6. O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) referiu o seguinte: -----

----- “O Partido Socialista gostaria de levantar duas questões. -----

----- Já abordei mais que um responsável na Câmara, quer ao nível político, quer ao nível técnico, sobre umas obras que estão a decorrer junto ao antigo Pinhol, ao início de Miraflores, quando se vai para a Peugeot. -----

----- Como em Oeiras não há tradição de cumprir a lei, que é pôr lá o edital a dizer que começou e o que é que lá se vai fazer, porque é isso que tem que ser feito... não sei, ninguém me sabe responder, aquilo está lá numa grande obra, e gostava de saber qual é o edificado que lá se vai fazer, de quem é, porque não está lá nada e, de acordo com a lei, devia dizer o que é que está a ser feito. -----

----- Depois, outra situação, que já aqui levantei em tempos, de um quiosque que existe na Carolina Michaelis, perto da Rua dos Lusíadas, em Linda-a-Velha, que é particular, está abandonado e, até agora, nada foi feito. Será que estão à espera das obras da rotunda que aí vão fazer?” -----

4.7. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) observou o seguinte: -----

----- “Três pequenas questões. -----

----- Habitação jovem. Avenida Ivens, número seis sete, um prédio que está lá, já há vários anos, para ser recuperado e afetado a habitação jovem, perguntávamos qual é o ponto da situação, porque penso que o projeto deve estar em vias de se iniciar. -----

-----Em termos de segurança rodoviária, temos vindo a assistir a algumas intervenções de valorização dos pontos de constrangimento rodoviário que a Câmara está a levar a cabo, e nós, aqui, queríamos chamar a atenção de um ponto negro, com muitos acidentes, que é aquele cruzamento da Damião de Góis, em Algés, com a rua perpendicular que vem da Praça Dom Manuel Martins para a Marginal. A Câmara já lá colocou algum assinalamento de perda de prioridade, mas como a abertura angular de quem vem da Marginal para o interior são cerca de duzentos graus, o cruzamento não é bem perpendicular, há dificuldade de visão periférica e há ali muitos acidentes, estatisticamente comprovados, materiais e pessoais, e pensamos que a Câmara, a fazer um esforço grande nesta área da segurança rodoviária, poderá avaliar a oportunidade de ali colocar semáforos. De certeza que vai evitar acidentes, sobretudo, pessoais. Estatisticamente, deve ser um dos pontos com maior sinistralidade no nosso Concelho, e está na nossa mão corrigir. ----

-----Finalmente, nós temos um grande património e uma grande história em termos de proteção civil. Somos um Concelho com sete corporações de bombeiros voluntários num território pequeno de quarenta e oito quilómetros, temos também a sede da Proteção Civil no mar, que é o Instituto de Socorros a Náufragos, e nós gostaríamos de deixar aqui uma mensagem para a Câmara avaliar da oportunidade. A História dos bombeiros em Portugal já tem seiscentos e cinquenta anos, início do século quinze, e tinha a ver com uma dupla valência de polícia e bombeiro que, na altura, essas corporações, essas associações faziam o seu mister. -----

-----De qualquer forma, deixávamos aqui o desafio, se a Câmara, que é muito sensível a aspetos culturais, pelo património que nós temos e pela responsabilidade que nós temos na área da proteção civil, com sete corporações, se era possível reabilitar a História, que está esgotada, desses seiscentos e cinquenta anos. São dois volumes da Liga dos Bombeiros, está esgotado e, a essa história, dar uma ênfase particular à ação meritória das nossas sete corporações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Penso que Oeiras agarra bem estas questões, e fazia a diferença também na proteção civil em Portugal.” -----

4.8. O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) disse o seguinte: -----

----- “Nós pretendíamos, ainda neste tempo que temos do Período Antes da Ordem do Dia, colocar mais algumas questões. -----

----- Relativamente a algumas propostas que surgiram na recente edição da Oeiras em Revista, em que a Câmara parece assumir já aqui algumas opções relativamente à política de mobilidade do Concelho, furtando-se, um pouco, àquilo que seria a urgência desde o primeiro dia do mandato, que era a apresentação e a discussão aqui de uma estratégia integrada de mobilidade, mas constatamos que olhamos para o mapa, que, aliás, é um mapa muito parecido e o esquema de apresentação familiar aqui ao nosso Vereador Joaquim Raposo, porque teve a ousadia de olhar para o Concelho e procurar soluções de mobilidade, em tempo, na campanha eleitoral, só que há uma grande diferença: é que nesse mapa do programa eleitoral do PS, a zona norte do Concelho não era esquecida, e aqui, o que nós constatamos, independentemente de podermos, mais à frente, questionar a estratégia de mobilidade quando tivermos aquele debate que temos de ter aqui este mandato, é que na zona norte do Concelho parece que não existem problemas de congestionamento, não existem problemas de acessibilidades e, no programa eleitoral do PS, os munícipes sabiam que encontravam soluções. -----

----- Mas indo ao encontro daquilo que é a realidade concreta, nós verificamos que a Câmara sabe que existe, certamente, um problema na mobilidade no Centro de Barcarena e, até agora, não foi capaz de resolver uma questão que passaria apenas por uma mudança de sinalização, e o PS tinha uma proposta relativamente a isso e não avançou com ela, mas foi capaz de intervir no parque industrial de Queluz de Baixo, e estou a falar da Estrada das Palmeiras, Rua

do Trabalho e Rua Mário Castelhana, onde trabalham centenas e centenas de pessoas e, da noite para o dia, mudar os sentidos de trânsito, com uma sinalização tão insuficiente que não são raras as vezes em que encontramos pessoas a ir em sentido contrário. Porquê? Porque se habituaram, porque tinham uma rotina e a sinalização que lá foi colocada é, claramente, insuficiente. E questão que se coloca é: por que é que a Câmara decidiu tornar ali aquela zona uma zona de sentido único, e por que é que o fez de forma abrupta, porque não se conhece que a Assembleia de Freguesia tenha sequer discutido essa solução de mobilidade, e por que é que o fez, não só com fraca sinalização, mas sem pensar naquilo que era a necessária adaptação daquele espaço, porque passeios não existem, a sinalização que foi feita à pressão no asfalto já está completamente apagada, portanto, as viaturas que ali circulam não sabem se aquilo tem duas vias, se não tem duas vias, as paragens dos autocarros continuam numa situação absolutamente inacreditável, sem abrigos, e a questão que se coloca aqui à Câmara é se está prevista alguma intervenção que esteja ao nível da exigência e da qualidade dessa grande marca que é o Oeiras Valley, porque, certamente, tal como está é uma situação insustentável que não dignifica minimamente as políticas de qualidade que, julgo, todos nós pretendemos e defendemos. -----

-----Depois, por outro lado, gostaria também de colocar outra questão à Câmara Municipal, e aproveitando que está aqui a Senhora Vereadora da Ação Social, uma medida importante que aqui elogiámos, que teve a ver com a sinalização dos idosos que vivem de forma isolada, era interessante que a Câmara pudesse fazer um ponto de situação, de como é que evoluiu e como é que está a evoluir esse programa, e quais são os números e dados que hoje já é possível apresentar.”-----

4.9. A Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF) observou o seguinte: -----

-----“Na semana passada, realizou-se uma reunião da CPCJ, onde se falou dos recursos humanos e materiais afetos a esta Comissão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Relativamente aos recursos materiais, foram adquiridos computadores novos, que estavam a fazer falta há já muito tempo e que vão, certamente, facilitar o trabalho dos técnicos. --

----- Quanto às instalações da CPCJ, da sede propriamente dita, foi veiculada a informação de que irá ter obras de ampliação para o espaço da loja contígua brevemente, portanto, quer isto dizer que a hipótese de mudança para um local mais apropriado, com melhores condições, deve ter sido posta de parte e, assim sendo, esperamos que as obras no mesmo local façam deste espaço uma sede mais condigna para a CPCJ. Nestes aspetos, felicitamos a Câmara Municipal de Oeiras, uma vez que estas atribuições são da sua competência. -----

----- No que diz respeito aos recursos humanos, relembramos que, para além de um técnico a tempo inteiro, que está colocado na CPCJ, como é definido por lei, a Câmara Municipal colocou outros técnicos extra, com algumas horas semanais, a prestar apoio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, e isto foi para colmatar aquilo que vinha a ser um grave problema de falta de recursos técnicos com que a CPCJ se defrontou há alguns anos atrás. Por conseguinte, agora que a situação está melhorada e está estável, seria conveniente que esses técnicos não fossem retirados, até porque a falta de estabilidade na equipa continua a ser uma realidade, porque todos os anos mudam os técnicos, como está a ser o caso presentemente, do técnico que antes era colocado pela Segurança Social, que agora vai ser retirado, e que virá um outro da Santa Casa da Misericórdia substituir. Portanto, este problema da instabilidade mantém-se e, por isso, Senhora Vereadora da Ação Social, fica aqui manifestado o nosso apelo para que os técnicos que foram colocados pela Câmara Municipal de Oeiras não sejam retirados.” -----

4.10. O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Bloco de Esquerda visitou o Bairro dos Navegadores. -----

-----Deparámo-nos com algumas situações estranhas. -----

-----O centro de convívio encontra-se encerrado há anos e sem qualquer utilização por nenhuma entidade. -----

-----Quando chove na rua, também chove no interior. -----

-----Se está calor na rua, está um forno no interior. Era o que se passava com os contentores que serviam de habitação a cidadãos na antiga Estrada da Circunvalação em Algés. -

-----Quanto às pinturas exteriores dos prédios do Bairro a situação é mais que estranha. --

-----Os prédios da primeira e da última rua foram pintados. -----

-----Os prédios das outras ruas não tiveram direito a pintura.-----

-----Nos prédios da primeira rua foram colocados portões a proteger o acesso a estes prédios. ----

-----Coitados dos prédios das outras ruas que não têm portões. -----

-----Quanto à mobilidade o problema é grave. O único autocarro que circula no interior do Bairro tem a primeira passagem às seis horas e vinte e cinco minutos e a última às dezanove horas. -----

-----Há outra carreira que não entra no Bairro e que liga Paço de Arcos a São Marcos.----

-----O horário não serve os estudantes da Escola Aquilino Ribeiro que são obrigados a fazer deslocações de mais de dois quilómetros para irem e virem da escola. -----

-----Estas são algumas das desigualdades de que são vítimas os cidadãos residentes no Bairro dos Navegadores e que não acontecem noutros bairros que não são sociais. A Câmara de Oeiras transformou este Bairro num autêntico gueto. -----

-----O Bairro dos Navegadores será um exemplo da mobilidade Valley?-----

-----O contrato local de segurança pretende contribuir para a redução de vulnerabilidades sociais e há vários projetos de âmbito cultural, social e desportivo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Bloco de Esquerda dirige o seguinte **requerimento oral** ao Senhor Presidente da Câmara de Oeiras, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo:-----

----- -Quando serão utilizadas as instalações do chamado centro de convívio? Qual é a entidade que irá utilizá-lo?-----

----- -Até quando haverá uma discriminação entre prédios pintados e prédios não pintados? - -----

----- Quando existirão portões a proteger as portas de todos os prédios? -----

----- -Quando existirão meios de transporte que sirvam os cidadãos? -----

----- Quando acabará o isolamento das pessoas em relação ao exterior do Bairro?-----

----- Quando é que a Câmara de Oeiras deixará de andar às ordens da Vimeca? -----

----- -Quais são as entidades que têm instalações no Bairro? -----

----- -Os cidadãos foram ouvidos quanto aos projetos escolhidos e, também, sobre as entidades a que estes foram entregues? Ou foi uma decisão exclusiva da Câmara de Oeiras? -----

----- -Quais são as entidades que desenvolvem projetos culturais e quais são os projetos que cada uma desenvolve?-----

----- Quais são as entidades que desenvolvem projetos sociais e quais são os projetos que cada uma desenvolve?-----

----- Quais são as entidades que desenvolvem projetos desportivos e quais são os projetos que cada uma desenvolve?-----

----- Quantos são os jovens envolvidos em cada um dos projetos?-----

4.11. A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) observou o seguinte:-----

----- “Uma palavra de apreço para os oeirenses que, como sabemos são munícipes ativos, exigentes e participativos nas discussões e decisões públicas e que, no passado sábado, dia

dezanove, estiveram presentes em massa numa visita guiada à ex-Estação Agronómica, demonstrando o claro interesse pela recuperação do conjunto de património classificado como nacional, hoje degradado, e que o Município de Oeiras vai, finalmente, poder recuperar, designadamente, os painéis de azulejo do conjunto da Casa da Pesca que foram roubados, uma parte deles, bem como outras peças ornamentais de grande valor histórico e cultural, a Casa da Seda, a Cascata Real, etc., e demonstrando igualmente a confiança depositada no atual Executivo, que recuperará este património aos portugueses.-----

-----Recorde-se que o estado de degradação do património do Estado no Concelho de Oeiras é uma grande e premente preocupação para o Município, que há muito reclama a transferência destes imóveis, no sentido de os reabilitar, naturalmente, preservar e colocar à disposição dos portugueses.-----

-----E, já agora, uma palavra ainda para os funcionários da Câmara Municipal de Oeiras que apoiaram a visita, num profissionalismo e numa verdadeira postura de serviço aos cidadãos, motivados e ativos, partilhando, claramente, o entusiasmo pela recuperação deste património.” --

4.12. A Senhora Deputada Ana Beça (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Venho partilhar convosco uma informação que considero interessante, onde se dá ênfase a um trabalho de recuperação realizado entre mil novecentos e noventa e seis e mil novecentos e noventa e sete, pela Câmara de Oeiras, na Quinta Real de Caxias. Trata-se de uma exposição que está patente, atualmente, em Lisboa, no âmbito de uma exposição retrospectiva dos vinte e cinco anos do Ano Europeu dos Jardins Históricos. Está no Jardim Botânico da Ajuda, é uma parceria entre a Universidade Lusíada, o Centro de Investigação e Projeto ESTEJO - Estuário do Tejo, e a Universidade de Lisboa, o Instituto Superior de Agronomia e o Jardim Botânico da Ajuda. Esta exposição tem a assinatura do Arquiteto Rodrigo Dias, ainda colaborador da Câmara Municipal de Oeiras, a quem nós reconhecemos muito mérito pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

trabalho que tem realizado nestes últimos anos, de grande profundidade, e tem também, inclusive, algumas publicações já feitas no nosso Município, mas estava eu a dizer que este projeto abrange sessenta projetos-piloto de reabilitação de jardins de dezasseis países europeus e, em Portugal, foram selecionados sete projetos e obras de reabilitação, nos quais podemos encontrar a Quinta Real de Caxias, obra realizada e financiada pela Câmara de Oeiras entre noventa e seis e noventa e sete. Portanto, fica aqui o convite, vai ser nos dias um, dois e três de novembro, no âmbito do Jardim Botânico da Ajuda, e é um convite dirigido pelo Arquiteto Rodrigo Dias.”-----

4.13. O Senhor Deputado Dinis Antunes (J.F. Porto Salvo) referiu o seguinte: -----

----- “Queria dar apenas algumas informações ao Bloco de Esquerda sobre o Bairro dos Navegadores, que não está abandonado, de forma alguma.-----

----- Começando pelo Centro de Convívio, foram feitas obras profundas o ano passado, está totalmente restaurado, garanto que não chove dentro do Centro de Convívio (e choveu bastante há pouco tempo), e o ar condicionado, se não for concluído esta semana, será na próxima, pelo menos é a previsão da informação que tenho.-----

----- Sobre a sua utilização, vai ser utilizado em prol de toda a população do Bairro dos Navegadores, incluindo a Junta de Freguesia. Portanto, sobre o Centro de Convívio, está mais ou menos informado.-----

----- Está também em curso o projeto para a pintura de todos os edifícios.-----

----- Está também em curso o projeto do zelador do bairro, assim como o responsável por cada edifício.-----

----- Está também em estudo o projeto para várias pinturas aludindo os navegadores dos Descobrimentos em vários prédios e muros do bairro.-----

-----Está também a ser feito o projeto para a reparação de todos os muretes e zonas verdes do bairro. Portanto, só por aqui se pode ver que o bairro não está, de forma nenhuma, abandonado. -----

-----Sobre os transportes, é verdade que o bairro, como todo o Concelho, tem problemas de transportes, mas deixo aqui uma informação: há duas semanas, estive reunido com os serviços da Câmara Municipal de Oeiras e com uma empresa contratada para fazermos o estudo dos transportes públicos, e do Combust, em toda a Freguesia de Porto Salvo, e foi desenhado um novo projeto de transportes para o Bairro dos Navegadores, desde o Combust aos transportes públicos. --- -----

-----Com isto, deixo aqui que o bairro está devidamente controlado, está devidamente acarinhado e não está abandonado.” -----

4.14. A Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV) observou o seguinte: -----

-----“Ouvi com muita atenção todas as recomendações feitas pelas outras forças políticas. -----
-----Já agora, gostava de vos dizer que, no dia vinte e seis, assisti a um concerto lindo, muito bonito, de entrada gratuita, no Palácio dos Aciprestes, em Oeiras. Lamento que os nossos deputados, os nossos vereadores, as pessoas interessadas na cultura, ninguém tenha estado presente. No entanto, era entrada livre, a sala estava composta, mas não cheia. -----

-----Em meu nome pessoal, porque fui eu que estive lá, obrigada Câmara de Oeiras, por nos proporcionar espetáculos desta ordem.” -----

4.15. A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, devo dizer-lhe que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não tive conhecimento, portanto, não sei se algum dos senhores deputados teve, mas, se o teve, não foi enquanto membro da Assembleia Municipal, porque não veio sequer o programa do que se passa no Palácio dos Aciprestes.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

4.16. O Senhor Deputado Orlando Tavares (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Na qualidade de deputado municipal e, ainda por cima, sendo, naturalmente, um representante nato das minorias étnicas ou das comunidades emigrantes no Concelho, é de elementar justiça começar a minha intervenção nesta Assembleia Municipal com uma menção de gratidão à forma particularmente eficaz e eficiente como tem sabido orientar a execução das políticas públicas municipais viradas, especificamente, para essas comunidades minoritárias, pois se já era de regozijar por inexistir qualquer ocorrência digna de registo cá feita especificamente essa camada populacional do nosso Concelho, o facto de se verificar aos olhos de todos e, sobretudo, dos que querem ver, uma verdadeira e generalizada satisfação pública pela forma como tem sabido gerir e arranjar soluções a contento de todos e, portanto, a bem da comunidade no seu conjunto, e é motivo de orgulho. -----

----- E, como em tudo na vida, convém que também aqui saibamos dar o mérito dessas medidas ao seu merecido dono, indiscutivelmente o mentor e líder da execução dessas medidas de políticas especialmente orientadas para as comunidades minoritárias emigrantes e/ou seus descendentes, ao Doutor Isaltino Morais. Muitos parabéns e votos de contínuo sucesso também nessa frente, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.”-----

4.17. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Questionado sobre a substituição ou reparação dos quadros interativos da Escola Sylvia Philips, de ardósia pelos novos... sim, pelos interativos. O que nós temos é um procedimento em curso de reparação dos quadros interativos de primeira geração... Há de ter alguns... Senhor Vereador... tem? Há de ter, certamente, todas as escolas básicas do Concelho tiveram quando nós instalámos, mas queria transmitir o seguinte: ... é a Vieira da Silva ou a Sylvia Philips? Ah, a Vieira da Silva. Para substituir os quadros de ardósia? Senhor Vereador,

diga lá.”-----

4.18. O Senhor Vereador Pedro Patacho esclareceu o seguinte:-----

-----“Eu percebi Sylvia Philips e, portanto, comentei aqui com o Senhor Vice-Presidente e passei um conjunto de informações relacionadas com a Sylvia Philips, não entendi que era a Vieira da Silva, e também percebi que eram os quadros interativos, afinal não são, a questão são os quadros de ardósia. Neste momento, desconheço se há algum pedido no Departamento de Educação de instalação de quadros brancos para escrever com marcador. Provavelmente, haverá. Poderei verificar em que situação é que isso está, e quando é que os quadros vão ser fornecidos e colocados na escola. -----

-----A questão da remoção, ou não, dos quadros de ardósia, isso é da exclusiva esfera de competência da direção do agrupamento e dos órgãos próprios da escola, que devem decidir que recursos educativos e materiais devem ter nas salas de aula na sua escola. Se quiserem manter os quadros, decidem manter os quadros, se os quiserem tirar, tiram-nos, se quiserem ter os que lá estão e os brancos, é assim que será. Portanto, isso é algo que é da esfera de competência profissional dos professores, dos órgãos próprios da escola e da direção do agrupamento. Não é a Câmara Municipal que se substitui aos professores dizendo aquilo que é pedagogicamente mais indicado para o seu trabalho.”-----

4.19. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --

-----“Complementarmente àquilo que disse o Senhor Vereador, e antes que algum dos senhores deputados faça, assim, cara feia, importa dizer o seguinte: o Município de Oeiras tem vindo a dotar os equipamentos escolares de todos os meios necessários para a prossecução do trabalho dos professores. Temos vindo a envolver todos os professores e a tentar, na nossa medida, apoiar os professores, inclusive, na sua formação e na formação para o ensino nas novas tecnologias. Até dois mil e doze, o Município de Oeiras instalou cento e sessenta e três quadros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

interativos de primeira geração. Este ano, depois de definidas novas políticas para a área da Educação, já instalámos vinte e quatro novos quadros interativos, o que totaliza, desde dois mil e sete, quando começou o primeiro programa desta natureza, cento e oitenta e sete quadros interativos. -----

----- Paralelamente, estamos a trabalhar com as mais desenvolvidas empresas do mundo nesta área, porque é nossa intenção fazer de Oeiras um exemplo nisto. Para além dos novos quadros interativos que estamos a instalar, estamos a fornecer os tablets para os meninos seguirem as aulas que têm na sala de aula em casa. Os novos quadros interativos, o que se escreve no quadro é transmitido para o tablet para eles poderem seguir em casa. Portanto, não pode haver nenhuma questão de falta de meios da nossa parte. Nós não podemos é sobrepor-nos àquilo que é solicitado pelos professores. -----

----- Estamos a tentar fazer o máximo possível, investimos recursos como nenhum outro município no País faz, estamos à disposição de todos os agrupamentos escolares, e tenho a certeza absoluta que o Senhor Vereador da Educação disponibilizará todo o tempo necessário para isso, para apoiar as escolas em tudo o que for necessário para melhorar a qualidade do ensino e a qualidade dos nossos alunos em Oeiras. -----

----- Depois, a questão da Senhora Deputada Joana Silva (CDU), estará a CMO a seguir de perto o que se passa nos leitos das ribeiras. Seria uma novidade se não o fizesse. -----

----- Há cerca de doze anos atrás, era adjunto da Senhora Vereadora Madalena Castro, que era Vereadora do Ambiente e, já nessa altura, havia o plano das ribeiras e, no final da primeira década do século vinte e um, foram erradicados todos os focos de poluição nas ribeiras do Concelho. Os nossos problemas de poluição, está ali quem se lembra bem disso, por exemplo, em Algés tínhamos um problema de cheiros muito intensos no Verão, que tinha a ver com focos

de poluição a montante do Concelho. Nós não temos focos, isto é, nós monitorizamos e procuramos não ter focos de poluição, não quer dizer que, de um momento para o outro, não surja, mas a Câmara de Oeiras, tenho a certeza que está a fazer o seu trabalho. Todavia, vou solicitar informação complementar aos serviços de ambiente, está ali a Doutora Vera a acompanhar, esta questão será novamente colocada aos serviços do ambiente para verificar o que se passa. --- -----

-----Depois, o Senhor Deputado do CDS colocou-nos umas questões interessantes sobre a saúde mental. Dizer que a equipa que está em Caxias ficará no mesmo edifício até junho de dois mil e vinte. Entretanto, já foi oferecida alternativa para serem colocados temporariamente no primeiro piso da antiga sede dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos... sim, como não aceitaram no Mercado de Caxias, vão para os Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos... sim, quando estiver reabilitado.-----

-----Depois, o DICAD que está na Lage vai ser colocado em Carcavelos, numa situação que é muito cara a vossas excelências, que tem a ver com a centralização dos serviços. A ARSLVT, de quem depende este serviço, decidiu reorganizar os serviços da Amadora, Sintra, Cascais e Oeiras, e colocá-los em Carcavelos, diminuindo as chefias e assim tentando, ao que parece, diminuir os custos da estrutura. É essa a justificação que deram, é uma organização dos serviços da ARSLVT. -----

-----Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS), colocou a questão das obras entre Miraflores e Carnaxide. Só posso pensar que são as obras do Smart Park, que estavam a fazer uma primeira intervenção, a escavar até à cota de soleira, creio eu que é que essa intervenção. Se não está devidamente sinalizado, é colocar ao serviço para fazer uma passagem lá para mandar colocar a placa de obra. O que estava autorizado nesta primeira fase era escavar até à cota de soleira e, se o projeto de arquitetura não estiver em condições, repõem a situação anterior. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Depois, sobre o quiosque da Carolina Michaelis, o proprietário faleceu, a herdeira não tem intenção de ficar com aquilo, já entregou à Câmara, já se mandou remover o quiosque e, portanto, brevemente deverá ser removido. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) colocou a questão da Avenida Ivens, da habitação jovem, número seis e número sete está em fase de projeto. Tenho aqui a anotação, deixe-me cá ver, o projeto deverá estar concluído até março de dois mil e vinte e um e, depois, deverá iniciar a obra. É essa a calendarização. -----

----- Quanto ao cruzamento da Damião de Góis com a estrada que vem da antiga Praça de Touros, que é uma questão muito complexa e antiga entre o Município de Oeiras e o Município de Lisboa, o Município de Oeiras já tentou fazer aquilo que o senhor acabou de pedir, que é a semaforização, todavia o Município de Lisboa não concordou. Portanto, nós estamos, permanentemente, a falar com o Município de Lisboa sobre aquilo, e temos que chegar a um acordo, porque é uma zona de fronteira. -----

----- No que concerne à edição da recuperação da história dos bombeiros voluntários portugueses, é uma questão da associação, ou da Liga dos Bombeiros, colocar a questão à Câmara. Se formos contactados, temos que estudar, não sei quantos exemplares são, qual é o valor em causa, mas fico muito feliz de o ter ouvido dizer que a Câmara de Oeiras costuma agarrar estas matérias, é verdade, sim senhor procuramos fazê-lo amiúde. -----

----- Senhor Deputado Pedro Almeida (PS), não sei se responda à questão da mobilidade a norte do Concelho, porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, em parte, já respondeu, que está a trabalhar com a Câmara... ah, está só a falar de uma freguesia... está bem, pronto, então, tal como nós não esquecemos a Freguesia de Porto Salvo, também não esquecemos a Freguesia de Barcarena. Estranhamente, como vossas excelências sabem, a

questão dos transportes esteve, até recentemente, na Administração Central, que nunca resolveu o problema e, estranhamente, uma força política que, nos últimos vinte anos, esteve dezasseis anos no poder, ou catorze anos no poder e, ao longo desses vinte anos, a linha de caminho-de-ferro da Costa do Estoril perdeu cerca de um milhão de utilizadores por falta de investimento, venha agora reclamar ao Município que resolva os problemas de mobilidade, que é da competência dos governos, que nunca resolveram, nós aceitamos, até porque já fazemos os centros de saúde que o vosso Governo nunca faz, já fazemos as esquadras de polícia que os vossos governos não resolvem, atribuímos viaturas à PSP que os vossos governos não resolvem, também aqui vamos resolver. É por isso que, à nossa dimensão, recuperámos o projeto Combust, que serve para complementar aquilo que devia estar a ser feito por outros, mas, como não é, o Município fá-lo, e fá-lo-á, tem é que o estudar, e já está em procedimento a contratação de autocarros para o Combust, aquele que o deputado não eleito, de vez em quando, vem aqui chatear, porque o procedimento não é com os autocarros apropriados, devia ser outro, devíamos contrariar os pareceres técnicos dos serviços para fazer aquilo que certas pessoas entendem. Já houve Combust que, na altura, não funcionou e, agora, estamos a recuperá-lo, exatamente para complementar aquilo onde a Administração Central tem falhado, mas vamos recuperá-lo e vai avançar. Está a ser estudado com os senhores presidentes de junta de freguesia, como o Senhor Presidente da Junta Porto Salvo tão bem deixou explícito, que está a trabalhar os circuitos e está a ser ouvido pela Câmara, em articulação entre as duas autarquias, entre o Município e a Freguesia, que é assim que deve ser feito, estamos a desenvolver as linhas, a desenhá-las para melhor servir as populações e estamos, também na área de mobilidade, a tentar fazer aquilo que os governos da República, na sua competência, não fazem.-----

-----No demais, e como foi anunciado pelo Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, por exemplo, estamos a trabalhar a área da mobilidade integrados com a Câmara Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Lisboa. Nós nem sequer o anunciámos, até podem ser vereadores de outras cores políticas e de outras câmaras municipais a anunciar o trabalho e o investimento que o Município de Oeiras vai fazer, porque é o Município de Oeiras que vai fazer o investimento. -----

----- Agora, nos idosos isolados, foram identificados cento e sete que são acompanhados e direcionados pelos serviços. -----

----- A Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF) colocou uma questão pertinente, saber se o Município de Oeiras iria retirar os técnicos que foram colocados na CPCJ. Objetivamente que não. A importância que este Executivo Municipal dá à CPCJ, está bem patente no reequipamento que a Senhora Deputada afirmou que foi colocado, em matéria informática, na CPCJ, e estamos totalmente de acordo que não estava em condições, foi colocado novo equipamento informático, foram alocados mais técnicos, e a Senhora Vereadora já recebeu a nova Presidente da CPCJ que afirmou à Vereadora não querer sair das instalações, quer ficar naquelas instalações, gostava era que fossem requalificadas. A loja ao lado da CPCJ vai sair e vai ser duplicado o espaço das instalações, naturalmente, intervenção feita pelo Município. -----

----- Senhor Deputado Miguel Pinto (BE), depois da intervenção do Senhor Deputado Orlando Tavares (IN-OV) e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, pouco mais terei para dizer sobre isto, quer dizer, o Bairro dos Navegadores, e isto há de ser respondido formalmente depois de, nos termos da lei, Vossa Excelência ter feito o requerimento verbal, dizer-lhe que não é possível que esse tipo de afirmações seja feita ao Município de Oeiras. O Bairro dos Navegadores foi urbanisticamente integrado numa zona de desenvolvimento urbanístico do Concelho. Todos nós sabemos que, devido à crise financeira, aquela zona não se desenvolveu, os loteamentos estão feitos, está desenhado, está lá até a estrutura de um supermercado que chegou a existir na zona, portanto, não foi feito nenhum gueto, nem este

Executivo Municipal abandona os bairros municipais. Não, pelo contrário. Aquele específico Centro Cívico está a receber aulas de música dadas pela Orquestra de Câmara Portuguesa. O Bairro dos Navegadores está a ser intervencionado, a nível de desenvolvimento comunitário e de acompanhamento da comunidade, por instituições como a Aga Khan; o Moreira Team, que é um projeto muito válido que se desenvolveu no Bairro do Alto da Loba, que faz o acompanhamento das crianças do bairro com a prática do kickboxing e que, até há bem pouco tempo, não recebia apoio nenhum da Câmara e voltou a receber, neste mandato; a Associação Florescer, que faz trabalho na escola; o Centro Paroquial e Social de Porto Salvo, e o próprio atendimento da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Quando o senhor diz que há prédios que foram pintados e outros que não foram, tem a ver com procedimentos de contratação distintos. Está a ser feito por fases, a recuperação do bairro.-----

-----Sim, e eu já disse isto, os bairros estiveram abandonados, mas este Executivo Municipal não está a abandonar os bairros, está a recuperá-los por fases, não é tudo de uma vez. Se o senhor me tivesse feito essa intervenção no início do mandato, e devia e podia, se me permite, tê-lo feito e ter dito: “Senhor Vice-Presidente, eu visitei o bairro, tem estores partidos, portas partidas, vidros das portas partidos, os espaços verdes não estão tratados, tem carros, tem carrinhos do supermercado à solta no bairro”. Tudo isto era verdade e tudo isto está paulatinamente a ser recuperado, está tudo a ser objeto de recuperação, é feito por fases, leva tempo, mas garanto, ou garantimos, todo o Executivo, que, no final deste mandato, todos os bairros municipais estarão muito melhor do que aquilo que estavam até agora. Estarão melhor recuperados, os espaços verdes estarão melhor cuidados, a recolha não será feita no nível vergonhoso que era feito até há pouco tempo, e o transporte que haverá no bairro será muito melhor do que aquele que havia no início do mandato. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Vou passar a palavra ao Senhor Vereador Nuno Neto, que me pediu para dizer algo complementar a isto. Acho que falei de tudo.” -----

4.20. O Senhor Vereador Nuno Neto referiu o seguinte:-----

----- “Só para complementar algumas informações. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Porto Salvo já anunciou algumas das intervenções que estão a ser realizadas pela Câmara Municipal no bairro, mas dizer que o Centro de Convívio foi inteiramente recuperado, estando agora apenas pendente de procedimento de contratação a instalação do AVAC e do ar condicionado. -----

----- Dizer também que todo o bairro, ao nível de coberturas e fachadas, está a ser intervencionado, foi realizada a primeira fase, e estamos, agora, em fase de contratação para a segunda e terceira fase, porque, como havia alguma degradação maior naquele bairro, entendemos que seria até mais rápido agregar já a segunda e a terceira fases de intervenção para, mais depressa, poder responder às necessidades de conservação, manutenção e requalificação. ---

----- Também dizer que, ao nível do espaço público, está já terminado o processo que estava em revisão, chegou o relatório final da revisão de projeto na semana passada e, portanto, estaremos, em breve, em condições de lançar a empreitada para a requalificação integral dos espaços exteriores do bairro e, quando digo requalificação integral, refiro-me a áreas de circulação, espaços verdes, iluminação pública e mobiliário urbano. -----

----- Quanto à última questão, de quando é que todos os prédios vão ter portão, não vão ter portão, eles vão ter porta, porque são prédios e devem ter uma porta adequada, a única questão que nós temos dificuldade é em garantir as fechaduras, porque, muitas vezes, são os próprios moradores que, ao fim de meia dúzia de horas de colocação de novas fechaduras, as partem, mas tentámos obviar essa questão fazendo uma distribuição de um maior número de

chaves por casa para que ninguém seja obrigado sequer a duplicar a chave para cada elemento do agregado familiar, esperando dessa forma que, à medida que a Câmara repõe fechaduras e as portas, atividade que faz quase diariamente, esses arranjos se mantenham intactos por mais tempo. -----

-----Já agora dizer também que, ao nível interior dos prédios, vai ser feita intervenção, portanto, limpeza, pintura e, na maior parte do bairro, a questão das campainhas que estão danificadas, já temos também um procedimento próprio para resolver esta questão. -----

-----Portanto, o Bairro dos Navegadores, agradecendo a chamada de atenção do Senhor Deputado, vai ser aquele que, mais rapidamente, verá todas as questões solucionadas, até porque era aquele que estava num nível de degradação maior.” -----

4.21. O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) observou o seguinte: -----

-----“Senhor Vice-Presidente, agradecer-lhe os esclarecimentos que deu, mas, entusiasmando-se com o debate, que espero um dia fazermos aqui, mais cedo do que tarde, sobre mobilidade de uma forma mais global, não respondeu à questão que coloquei sobre a intervenção dos sentidos de trânsito no Parque Industrial de Queluz de Baixo, nomeadamente, na Estrada da Palmeira, Rua do Trabalho e Rua Mário Castelhana, em que é feita uma intervenção que modifica o modo de circulação que afeta muita gente que ali circula, sem informação, com fraca sinalização, sem passeios projetados, sem adequada sinalização no asfalto, para perceber também por que razão a Câmara o fez desta forma abrupta, se tem pensado algum tipo de intervenção ali que qualifique aquelas vias numa zona de grande circulação, não só das pessoas que ali trabalham, mas as pessoas que vivem em Tercena e em Valejas. -----

-----Dizer-lhe que, em relação à justificação e ao argumento que utilizou da Administração Central, lembrar-lhe também que este mapa que aqui aparece com intervenções, independentemente daquilo que possa ser a validade delas, aqui estão, são da responsabilidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do Município, e o Presidente da Câmara, que se senta aí, ao seu lado, está à frente do Município há quantos anos? Seguramente há mais de trinta anos, seguramente há mais anos do que aqueles que mencionou, aliás, até chegou a ser Ministro de um Governo. -----

----- Em relação ao esclarecimento que deu sobre o problema do SOS Isolamento, que nós reputamos de muito relevante na política social do Concelho, o número, no nosso entendimento, ainda é escasso se atendermos que, de acordo com o último diagnóstico social disponível, nós tínhamos mais de seis mil idosos com mais de sessenta e cinco anos a viverem sozinhos, que no programa de Teleassistência estão mais de cento e vinte idosos inscritos, olharmos para este número dos cento e sete, evidentemente que aqui está também trabalho por trás, e isso, quer as juntas de freguesia, quer as entidades sociais que estão por trás destas sinalizações merecem ser reconhecidas, mas ainda estamos aquém, seguramente, da realidade do Concelho e, portanto, aqui queremos encorajar a Câmara Municipal para que não deixe de investir na divulgação desta linha telefónica que, no fundo, também é essa a âncora do desenvolvimento deste programa, porque, de facto, aqui está, muitas vezes, escondida uma realidade social de grande fragilidade, que o Concelho não pode ignorar e tem de intervir, utilizando, evidentemente, a rede social e os recursos que estão à nossa disposição.”-----

4.22. O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) disse o seguinte:-----

----- “Para fazer uma retificação a uma informação que o Senhor Vice-Presidente nos deu, à Assembleia. É que não foi este Governo que não fez, foram os governos que não fizeram.” -----

4.23. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. esclareceu o seguinte: -----

----- “Dizer, de facto, que este Governo não podia ter feito, tomou posse há pouco tempo, mas o último, nos quatro anos que teve, não investiu um euro na ferrovia ou na mobilidade do Concelho. Portanto, que eu saiba, o último Governo, estamos a falar do Governo do seu partido

não é? Pronto, só para deixar isso claro.-----

-----Agora, relativamente às questões levantadas pelo Senhor Deputado Pedro Almeida (PS), de facto, tem toda a razão. O Doutor Isaltino Morais, quando criou o Concelho com os melhores indicadores socioeconómicos do País, o Concelho mais desenvolvido do País, com maiores níveis de literacia, com maior área de espaço verde convencional construída, com a mais baixa taxa de desemprego da Região de Lisboa, estou a tentar apoiar o meu braço, porque vou dizer agora muitos indicadores, leva muito tempo, pois, eu sei, eu sei que é muito desconfortável para o Senhor Deputado. É que o Senhor Deputado diz que o Doutor Isaltino Morais já esteve muito tempo à frente do Concelho de Oeiras. De facto, todo esse tempo que o Doutor Isaltino Morais esteve no Concelho de Oeiras é que permitiu criar o melhor Concelho para viver e para trabalhar no País. É muito desconfortável ouvir isto, mas, depois, sou obrigado a repetir as estatísticas. -----

-----Naturalmente que o Concelho de Oeiras padece dos problemas de crescimento, de ser o Concelho mais desenvolvido do País. Tem esse problema. E, depois, quando a Câmara faz tudo e a Administração Central, que era responsável pela política de transportes, nada fez, e as infraestruturas estruturantes do Concelho, boa parte da responsabilidade da Administração Central, não foram feitas, ainda não ouvi nenhum deputado que apoiava o Governo anterior falar do facto de a Marginal ser mantida pela Câmara de Oeiras, por exemplo. Quando vem uma onda e parte o passeio da Marginal, ou parte um muro, curioso, o Município de Oeiras repara; quando há problemas de limpeza da Marginal, o Governo não faz, o Município de Oeiras limpa; quando há problemas de sinalização e colocação de sinalização em estradas que são da tutela do Governo, o Município de Oeiras faz. -----

-----Portanto, senhores deputados, peço desculpa quando o Município de Oeiras não consegue fazer todas as tarefas que vossas excelências deviam fazer e não fizeram, que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

partidos do Governo não fizeram. Também custa fazer tudo, mas tentamos fazê-lo.-----

----- O Combus está a ser desenvolvido e, na medida do possível, vamos fazê-lo. Eu não caí num erro. Um transporte dedicado, entre a estação de Paço de Arcos e os parques empresariais, e a sua continuação até Cascais, também vai ser desenvolvido, conforme colocado como estratégico pela Área Metropolitana de Lisboa. Afinal, o Doutor Isaltino Morais, ao longo de todos estes anos, também aí teve razão. Portanto, de facto, o Doutor Isaltino Morais esteve muito tempo à frente do destino da Câmara de Oeiras, e que obra extraordinária tem vindo a fazer. -----

----- Sobre a questão da Carolina Michaelis, não tendo eu a justificação para a intervenção que foi feita, não tenho aqui, vou pedir que seja questionado aos serviços de trânsito por que é que foi feita a alteração de sentidos, e a resposta ser-lhe-á dada tempestivamente.” -----

4.24. A Senhora Deputada Madalena Castro (U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço desculpa por estar a intervir numa área que, enfim, já não tutelo, pelo menos, da Junta de Freguesia, mas, relativamente à informação que o Senhor Vice-Presidente acabou de dar, da alteração dos sentidos em Queluz de Baixo, queria só esclarecer que o estudo para a alteração dos sentidos de trânsito ainda foi feito quando eu era Vereadora do pelouro dos transportes e do trânsito, e foi feito a pedido das muitas empresas que estão ali instaladas e dos bloqueios frequentes que havia na estrada e, portanto, quer as empresas, quer os comerciais que recorriam àquelas empresas que estão ali sediadas, particularmente, porque há ali muitos armazéns com venda de materiais relativamente pesados, aquilo era em Queluz de Baixo, na zona industrial, e era um drama, e foi feito, justamente, por pedido, não só das empresas, mas também das entidades que recorriam àquelas empresas para que houvesse uma reconversão de

sentidos únicos de trânsito. -----

-----Obviamente que essa alteração não foi feita enquanto eu tinha pelouros, mas as razões fundamentais que fundaram aquela decisão estiveram na base dos muitos pedidos que houve dos agentes económicos daquela zona.”-----

4.25. O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) disse o seguinte: -----

-----“Muito rápido, para agradecer o esclarecimento dado pela Senhora Presidente, ex-Vereadora com o pelouro, que, de facto, isso ainda torna a situação mais grave, porque significa que existe uma justificação válida. A Senhora Presidente era Vereadora em dois mil e quinze e, em quatro anos, os serviços não foram capazes de preparar a mudança que, pelos vistos, era reclamada pelos agentes económicos que ali estão, com as condições devidas, e era isso que esperava e que se espera da Câmara e, portanto, deixamos aqui o apelo à Câmara, que faça uma intervenção que, de facto, qualifique aquela via, porque a forma como foi feita, abrupta, sem informação, sem acautelar passeios para as pessoas, sem acautelar os abrigos para as pessoas que utilizam transportes públicos, quer dizer, é lamentável, houve tempo e, portanto, que Câmara possa olhar com mais atenção para aquela zona.” -----

4.26. O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) referiu o seguinte:-----

-----“Não era para intervir mais, até porque não tinha muito mais para dizer, e não queria molhar aqui as folhas do Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), deixe-me oferecer-lhe o meu guardanapo como forma de tentar minimizar o estrago, mas vou deixar aqui só duas notas. -----

-----Senhor Vice-Presidente, relativamente a este tipo de intervenções: que tédio. É um tédio ouvir estes elogios e autoelogios constantes. Acho que não dignifica nada, nem ninguém. Já é um tédio. Já todos nós percebemos, ninguém aqui está a fazer trabalho comunitário, as pessoas foram eleitas, porque querem, sufragou-se o programa, ganharam as eleições, mas é um tédio.”--

4.27. A Senhora Presidente da A.M. respondeu o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhor Deputado, é a constatação da realidade e, às vezes, custa um bocadinho a aceitar... pois custa, tanto que custa que há este tipo de comentários, mas eu não queria fazer comentários.” -----

4.28. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. observou o seguinte:-----

----- “Lamento aborrecê-lo. Entendo o desconforto. Já chega, não é? Chega. Está difícil a vida. Chega. Eu percebo que o aborreça e percebo que a realidade dos factos o aborreça. Era bem melhor que o Senhor Deputado fosse Deputado dum Concelho onde pudesse deitar pedras mais bicudas ao Executivo Municipal. Aqui é difícil, mas é difícil, porque os padrões de desenvolvimento, quer o senhor goste, quer não, estão à vista, a qualidade de vida está à vista. ---

----- Naturalmente que nenhum de nós é um bolo de chocolate, não agradamos a todos, não é suposto agradarmos a todos, mas isto é política. Olhe, recorrendo a um anterior Primeiro-Ministro socialista: habitue-se.” -----

4.29. A Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vice-Presidente, não se incomode, porque se o povo de Oeiras gostasse muita da filosofia do senhor do CDS tinha votado nele. Não votaram, ele está sozinho, de maneira que não vale a pena continuarmo-nos a preocupar com o que diz o senhor, porque não adianta, nem ele entende, nem nós nos devemos aborrecer.”-----

5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

5.1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 686/19 - GCAJ - relativa à Permuta de prédios entre o Município de Oeiras e a “Lots of Happiness, Construções, Lda.”, no âmbito do Plano de Pormenor da Quinta da Fonte (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -----

----- O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) observou o seguinte: -----

-----“O Plano de Pormenor da Quinta da Fonte, em Carnaxide foi, entre os instrumentos de gestão territorial, dos mais maltratados pela Câmara de Oeiras. -----

-----Num primeiro momento, foi aprovado com as habituais restrições quanto ao número de lotes, número de andares, volumetria e, também, a proibição de construção de garagens subterrâneas. -----

-----Na altura, o Presidente da Câmara chamava-se Isaltino Morais. -----

-----Ao aprovar o projeto, a mesma Câmara, presidida pelo mesmo Presidente, permitiu mais lotes, mais andares, maior volumetria e, até, garagens subterrâneas, ou seja, se a Câmara mal pensou, pior decidiu. -----

-----Entretanto, as obras realizaram-se e os fogos do designado Edifício Tágides foram vendidos. -- -----

-----Eis senão que uma inspeção à Câmara detetou o incumprimento do plano de pormenor e o tribunal decidiu que os proprietários estavam impedidos de as vender. -----

-----Esta decisão é, no mínimo, estranha, porque os condóminos não tinham cometido qualquer ilegalidade. -----

-----Então, o tribunal instaurou dois processos ao Doutor Isaltino Morais, um devido a uma deliberação do Presidente, e outro por causa de um despacho do mesmo. -----

-----Entretanto, a Câmara apresentou, em dois mil e treze, uma alteração ao plano de pormenor, cujo objetivo era legalizar as ilegalidades cometidas pelo atual Presidente da Câmara.

-----Espera o Bloco de Esquerda que o tribunal entenda que, neste momento, as ilegalidades estejam sanadas. -----

-----De qualquer modo, manteremos a nossa postura de seriedade e votaremos contra a deliberação, apenas devido ao comportamento da Câmara.”-----

-----O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Começar por dizer que julgo que foi útil (é sempre útil) o enquadramento histórico dos processos deliberativos, mas o importante, e o foco desta proposta julgo que é valorizado, certamente, por todos, porque o que está aqui em causa é a aquisição de património para o Município que é, há muitos anos, reclamado pela comunidade de Carnaxide, que está incluído no Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras, e estamos a falar da Quinta da Casa Branca que tem um histórico e uma importância para a comunidade de Carnaxide que nós, evidentemente, valorizamos e, ao longo dos anos, sempre defendemos que era do interesse municipal a aquisição desse património, e aí, nessa intenção, nós concordamos com o propósito da Câmara. Contudo, o que está também hoje aqui em apreciação é um modelo contratual e de negócio que suscita, em nosso entendimento, dúvidas, porque pressupõe a existência de um contrato e de um negócio que passa também por uma alienação de património municipal, isto é, está em causa uma permuta entre dois terrenos adjacentes. -----

----- Ora, nós consideramos que, atendendo àquilo que é hoje a pressão urbanística inequívoca que existe naquela zona de Carnaxide, e considerando aquilo que também é a capacidade da Câmara hoje adquirir, sem recorrer ao expediente de uma permuta, património e tem essa capacidade, felizmente, este é um modelo que, no nosso entendimento, vai limitar as opções do Município, em termos de intervenção naquela zona que, em nosso entendimento, não pode desconsiderar a importância de concretizar soluções de mobilidade, e lembro que, perto dali, está a nascer um novo condomínio, há ali diversos condomínios, Carnaxide está sob forte pressão urbanística, e aquela zona é de descompressão que pode ser útil no futuro para qualquer solução que o Município possa entender, ou até para valorizar a aquisição do terreno onde hoje está a Quinta da Casa Branca. -----

----- Quero dizer também em relação à Quinta Casa Branca que temos a certeza que a

aquisição desse terreno e desse património poderá enquadrar-se também numa estratégia que nós temos apoiado, de valorização do núcleo histórico de Carnaxide, em que está também a recuperação que está a ser feita da Sociedade Filarmónica, que existe força, energia e criatividade na comunidade em Carnaxide, nomeadamente, também a própria paróquia e o Senhor Padre Luciano que, ainda ontem, na cerimónia de homenagem feita pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, a propósito do seu aniversário, referia isso, que a própria Paróquia está disponível para assumir responsabilidades na gestão daquele espaço e, com certeza, outras entidades daquela comunidade estarão interessadas, incluindo os escuteiros, é um espaço que tem de estar, de facto, no usufruto da população e, para esse propósito, o PS contribuirá com o apoio, não seguindo este modelo negocial que, no nosso entendimento, não salvaguarda outros aspetos que são, neste momento, críticos para o desenvolvimento da Freguesia de Carnaxide.” -----

-----O Senhor Deputado Domingos Santos (IOMAF) referiu o seguinte:-----

-----“Dado que esta permuta possibilita a salvaguarda e a revitalização do património, sabendo nós que o atual Executivo está empenhadíssimo na salvaguarda do património, sabendo também que esta permuta só se concretizará depois do visto prévio do Tribunal de Contas, o IOMAF só poderá votar a favor.” -----

-----O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Algumas das ressalvas que nós temos já foram aqui descritas, de todo o modo, há algumas questões, aliás, já anteriormente abordadas e que, felizmente, a partir de determinada altura, vieram devidamente corrigidas, e que parece que voltamos ao novo “modus operandi”. ---

-----Confesso que, não sendo um conhecedor da área, poderia lê-lo através da página um do relatório da Comissão Municipal de Avaliações, poderia ser através da página cinco, poderia ser através da página seis, poderia ser através da página nove, da página onze, mas, não me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

alongando mais, acho que estas são suficientes, qualquer um visualizará que quem não conhecer o local, certamente não consegue fazer uma avaliação face à qualidade da documentação que é distribuída. É uma matéria que nós já falámos disto anteriormente, como todos nós sabemos, acho que é manifestamente impossível para quem não seja conhecedor da área, como eu não sou ou, se calhar, até sou, não faço a menor ideia, neste momento, parece-me difícil tomar uma posição sobre o assunto em apreço.”-----

----- O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) observou o seguinte:-----

----- “Esta questão da Casa Branca já teve evoluções diferentes e recorro que houve uma altura em que nós, CDU, tivemos uma posição contrária àquilo que agora se propõe, mas por razões diversas.-----

----- O terreno ao lado que se pretende permutar foi cedido à Câmara para construção de edifício escolar. Inicialmente, o terreno era para a construção de uma escola e a Câmara, quando decidiu, já há uns largos anos, não fazer a escola, propôs fazer uma permuta com esta Casa Branca que era, na altura, propriedade de um senhor que agora não me recorro o nome, mas que foi um dos gestores de uma empresa de aviões que por aí andou e que teve um problema sério e não conseguiu concretizar o negócio.-----

----- Conheço a Casa Branca, já a visitei há uns atrás e já era um lugar quase infecto, entrava-se lá dentro e era muito mato, muita bicharada e muita, muita confusão, e deve estar muito pior agora... sim, bicharada, pulgas e coisas do género para aqui, o PAN, não ficar assustado com a versão da bicharada, que esses, creio que ainda não defendem (risos na sala) e, de facto, como não há necessidade da escola na zona, porque não se justifica, como este problema já se arrasta há muitos, muitos anos, acho que, com todos os problemas que isto levanta, pode ser uma boa solução. Agora, creio que é importante a Câmara ter em conta que

quando entrar lá dentro vai ter um osso muito duro de roer, porque o estado de deterioração e de degradação das instalações decerto que é mesmo muito grande.” -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

-----“Nós não podemos, nem devemos, enquanto deputados municipais que representamos Oeiras, confundir a nuvem por Juno, ou seja, no fundo, atentarmos no pormenor para deixar escapar o que é o essencial. E, para mim, o essencial nesta permuta é que a Câmara vai adquirir, apesar de degradado, um património importante o que, de alguma maneira, vai ao encontro daquilo que tem sido o seu exercício neste mandato ao longo do tempo, de proteção daquilo que é um património importante do Município, esforçando-se, não só, por manter o que já tem mas, mais do que isso, por adquirir outro e dar-lhe um destino que infelizmente e nem sempre o Poder Central consegue desenvolver. E, neste caso particular, serão até os privados que o não fazem e, portanto, para mim, o essencial para já aqui é o interesse público, o interesse do Município em conseguir ficar com um património, neste caso um imóvel onde está situada a tal Casa Branca, podendo deixar, ao usufruto da população da zona e do Concelho em geral, o gozo daquele prédio. -----

-----Não vou entrar aqui, no que respeita a valores e preços, na medida em que há um estudo que nos foi enviado com algum pormenor, e tenho que acreditar, naturalmente, naquilo que são as informações técnicas que constam da documentação que vem até nós, e é com base nessas informações técnicas, naturalmente justificadas, que faço a avaliação devida para, em consciência, votar ou não favoravelmente este documento. -----

-----Ora bem, no caso concreto, a Câmara ainda vai receber cerca de meio milhão de euros, há uma diferença aqui de metragem que não é também por aí além e, consequentemente, tendo em conta aquilo que foi a primeira parte da minha intervenção, e tendo em conta os demais elementos que nos foram trazidos para conhecimento e avaliação, o PSD, naturalmente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

congratula-se e não deixará de votar favoravelmente esta proposta.” -----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte: -----

----- “Trata-se, efetivamente, de um bom negócio para o Município, pelo menos de acordo com a avaliação que é feita por técnicos especializados e, quem sou eu para poder colocar em causa a idoneidade e a competência dos técnicos que fizeram a avaliação. Mas, dizia eu, que tratando-se de um negócio que é, efetivamente, vantajoso para a Autarquia, para o Município e que, simultaneamente, resolve um problema antigo, o IN-OV apenas poderá votar a favor.” -----

----- O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) observou o seguinte: -----

----- “Não coloco em causa nada do que foi aqui dito, quer na primeira intervenção, quer na última. O que coloco aqui em causa é a capacidade para se olhar para este documento da Comissão Municipal de Avaliações e perceber, graficamente, o que é que nós estamos a falar. ---

----- E posto isto, há precedente nesta casa e como ninguém o fez, fá-lo-ei. Sugeriria que se retirasse a proposta e que a mesma pudesse vir novamente aqui, mas com fotografias para que possamos saber o que está em causa. São várias ao longo do documento e creio que todos tiveram condições de consultar o documento, tal como eu.-----

----- Era essa a minha sugestão, não o faço como ameaça, mas, em consciência, não me considero em condições de votar esta proposta, nem favoravelmente, nem rejeitá-la, por insuficiência do caderno em si que está em causa. -----

----- É essa a sugestão que eu deixo.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, por melhor que seja a fotografia, isso também seremos nós que nos vamos substituir à Comissão de Avaliação? Não me parece que melhore muito para os senhores deputados uma melhor fotografia, porque eu acho que o descritivo que aqui está,

explica perfeitamente o que se passa.”-----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Apenas para fazer uma sugestão ao Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP), para além das imagens estarem muito mais nítidas online, há um conjunto de aplicações, a que certamente o senhor deputado tem acesso, sugeria-lhe aquele que tenho aberto neste momento, o Google Maps, onde aparece o espaço com uma qualidade gráfica, diria, excecional. -----

-----É apenas uma sugestão.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Está-me aqui o Senhor Vice-Presidente a dizer, que o Senhor Deputado Domingos Santos (IOMAF) tem a imagem online, mas, talvez, o senhor não tenha trazido o seu computador, mas se lhe puder mostrar, por que aí vê com toda a nitidez. Claro que estas coisas transcritas para papel, ficam sempre diferentes.” -----

-----O **Senhor Deputado Pedro Almeida (PS)** referiu o seguinte:-----

-----“Espero que não haja, no espírito dos senhores deputados municipais, nenhuma dúvida em relação aquilo que está aqui em causa, porque é verdade que existe um documento elaborado pela Comissão Municipal de Avaliações, e a Senhora Presidente agora frisou isso, que sustenta a opção por um determinado modelo negocial. -----

-----Agora, o que está aqui em causa, também, é se o Município quer manter, naquele que seria um modelo negocial alternativo, o património que detém naquela área que está sobre forte pressão urbanística. Portanto, quando nós aqui votamos, não estamos só a votar a aquisição por via de permuta do património que nós defendemos que deve ser municipal, mas também estamos a votar a alienação de património municipal que pode ser, e é bastante útil do ponto de vista daquilo que é a gestão daquele território que é, neste momento, uma zona do território de Carnaxide, que está sobre forte pressão urbanística e que ainda não dispõe de soluções de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mobilidade que o possam resolver e, portanto, apelo a que todos os deputados municipais o possam considerar também na posição que vão tomar.” -----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “De vez em quando é preciso dizer o que está aqui em causa, e o que está em causa é uma permuta, e saber se essa permuta é um bom negócio para o Município, se nós estamos a votar um plano alternativo, para isso é preciso ganhar eleições primeiro, para propor os modelos de negócios que Vossas Excelências pretendem, portanto, o que estamos aqui para saber é se é um bom negócio ou não, fazer esta permuta do terreno para recuperar e para termos à disposição, a Casa Branca, onde vai ser feito o equipamento social, e o Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) como esteve atento à intervenção do Senhor Padre ontem, mas tem que estar atento, não ao que o Senhor Padre diz, porque ele pode dizer o que quiser, mas a decisão é do Município. Há dez anos, se tivesse ouvido tudo, tinha ouvido o Senhor Padre dizer que há dez anos foi proposto à Paróquia fazer aquilo e naquela altura a Paróquia não estava em condições, e que agora está em condições. Pois bem, nós queremos a Casa Branca para podermos fazer mais uma residência para a terceira idade e dedicar parte do edifício à população mais jovem do Concelho. O que será um equipamento social, de relação intergeracional entre as populações mais jovens e as populações mais idosas. Saber se isto é ou não interessante para o Município, é isto que vamos votar, apenas isto. Não é um negócio alternativo. É só isto, não estamos a votar nem o plano de pormenor, nem o negócio alternativo, é este negócio. Da parte do Executivo, como nós precisamos de buscar aquele equipamento para colocarmos à disposição da comunidade um equipamento social que a sirva, entendemos que isto é importante.-----

----- Poderá haver quem entenda que não é importante, que não é importante termos residências para a terceira idade, não é importante termos equipamentos para colocar à

disposição da população mais jovem, poderá haver quem entenda que não é importante, nós entendemos que é. Portanto, queremos fazer a permuta dentro do que foi avaliado pelo Município, colocado, naturalmente, ao sujeito, à apreciação do Tribunal de Contas, queremos fazer esta permuta com este objetivo. Ou votam a favor, ou votam contra. É tão simples quanto isto.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Penso que todos nós estamos interessados no bem-estar da população, portanto, não é essa a dúvida que aqui se levanta. O que aqui se põe, é se, realmente, está bem explícito ou não.-----

-----A questão que o Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) levantou da fotografia não ser bem legível, compreendo, esta que está aqui no papel não é bem legível, mas o senhor tem acesso no Google e pode encontrar, mas o Senhor Deputado Domingos Santos (IOMAF) pode-lhe dar uma ajuda e, realmente, vê, porque tem.” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** observou o seguinte: -----

-----“Era apenas uma nota para o Senhor Vice-Presidente, porque da leitura que eu retirei, aqui, parece que um dos interesses do Município, também era fazer ali uma faixa de passagem para os cidadãos na área rústica, propriamente dito, não na casa... Sim, portanto, isso mantém-se, também, essa ideia?” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** respondeu o seguinte:-----

-----“Naturalmente. O essencial disto é o Município querer ter no seu património, aquele edifício para transformá-lo e colocá-lo a servir a população. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) teve dificuldades na impressão, ao que parece, de acordo com o Senhor Deputado Domingos Santos (IOMAF) está perfeitamente visível, naturalmente, há muitas vezes problemas na impressão e na qualidade da impressão, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desvalorizo, está online e totalmente visível.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** inquiriu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) já teve oportunidade de ver, está mais esclarecido?”-----

----- O **Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP)** observou o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, não tive e acho que carecia de alguma atenção, pelo menos, para tentar perceber exatamente onde é que era, como é óbvio, mas muito bem.”-----

5.1.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Irina Dias Lopes, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho, Rosa Maria Soares da Fonseca e Deolinda Filomena Pedroso Pereira de Barros), um do Partido Socialista (Dinis Penela Antunes), cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Luís Filipe Pereira Santos e Maria da Graça Rodrigues Tavares), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Maria Joana Marques Gomes da Silva), dois do

Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com cinco votos contra, sendo quatro do Partido Socialista (Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida) e um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto), e com uma abstenção do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão). -----

-----O Senhor Deputado Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, não estava presente na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 127/2019** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 686/19 – GCAJ – PERMUTA DE PRÉDIOS ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A “LOTS OF HAPINESS, CONSTRUÇÕES, LDA”, NO ÂMBITO DO PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DA FONTE** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número seiscentos e oitenta e seis barra dezanove, a que se refere a deliberação número nove da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e quatro de setembro de dois mil e dezanove e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, um do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, com cinco votos contra, sendo quatro do Partido Socialista e um do Bloco de Esquerda, e com uma abstenção do Centro Democrático Social-Partido Popular, aprovar a permuta entre o Município de Oeiras e a “Lots of Hapiness, Construções, Limitada”, incidente sobre dois prédios: -----

----- Parcela C, propriedade do Município de Oeiras, com área de terreno de seis mil e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seiscentos e vinte e três metros quadrados, descrita na Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha dois mil setecentos e trinta e quatro, de três de julho de dois mil e oito, da Freguesia de Carnaxide, inscrito na matriz sob o artigo oitocentos e dezoito, secção trinta e seis, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, a que é atribuído o valor de um milhão setecentos e vinte e um mil novecentos e oitenta euros.-----

-----Parcela B, propriedade da “Lots of Happiness - Construções, Limitada”, com uma área de sete mil e quinhentos e oitenta e oito metros quadrados, descrita na Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob a ficha cinco mil cento e noventa e dois, de vinte e nove de maio de mil novecentos e noventa e cinco, da Freguesia de Carnaxide, inscrito na matriz sob o artigo rústico oitocentos e vinte, secção trinta e seis e o artigo urbano noventa e nove, ambos da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, a que é atribuído o valor de um milhão trezentos mil oitocentos e setenta euros.-----

-----Aceitação, pelo Município de Oeiras, da quantia de quatrocentos e vinte e um mil cento e dez euros, pela diferença entre os valores atribuídos aos imóveis a permutar.-----

-----A minuta da escritura de permuta e a sua subsequente outorga, a concretizar após a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

5.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 755/19 – GAF – relativa à Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas para apoio às Festas em honra de Nossa Senhora da Conceição da Rocha (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -- -----

-----A **Senhora Deputada Sílvia Andrez (PS)** disse o seguinte:-----

-----“Em relação a esta matéria, gostaria só de perguntar se nestas situações e em edições anteriores, e nesta mesma edição, se a Câmara Municipal não tem apoiado, através de subsídio, quem organiza estas festas e se houve ou não este tipo de apoio à irmandade, por parte da Câmara, e qual o valor atribuído, para que é que era o seu destino e se não poderá estar a existir uma duplicação de apoios para estas mesmas festas.”-----

-----O **Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP)** observou o seguinte:-----

-----“Confesso que tenho alguma dificuldade em lidar com propostas dentro deste âmbito, porque não me parece, de todo, normal, de alguma forma, um branqueamento desta situação que aconteceu. Porque a Câmara, supostamente, é uma pessoa de bem e deveria acautelar-se melhor na realização de eventos quanto às pessoas que contrata para o mesmo, mais do que essas pessoas, e não me parece que foi o caso. E o que nós vamos ser chamados aqui a fazer, é a retificar uma situação que deveria ter sido a Câmara, antes que ela pudesse ter acontecido, a não colocação de situação fiscal em dia, ou a falta de documentos que comprovassem, precisamente, essa mesma situação, e que depois possa vir regularizar através, digamos, desta deliberação.-----

----- Percebemos, até sou um apreciador do artista em causa, portanto, nada me move contra o Senhor Olavo Bilac, como é óbvio, agora, parece-me que alguma coisa falhou aqui, sobretudo na fiscalização atempada das pessoas que são contratadas e que são pagas do erário público, com o dinheiro de todos nós.”-----

-----O **Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** referiu o seguinte:-----

-----“Em relação à atribuição desta comparticipação financeira, nós estamos de acordo, mas chamávamos à atenção de que os orçamentos das nossas freguesias devem já prever para o próximo exercício, para o próximo ano, verbas folgadas para que estas matérias não tenham que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vir aqui à Assembleia Municipal. Como é sabido, as nossas freguesias têm uns orçamentos muito curtos e, particularmente, no caso concreto das Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição da Rocha, festas de um impacto extraordinário, com cento e oitenta anos, merece que a Junta da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, e todas as outras juntas, tenham previsto num orçamento financeiro, substancialmente, maior, e romper com esta situação de atribuição de comparticipações. Fazemos até uma sugestão: que todas as atribuições de comparticipação que ao longo do ano de dois mil e dezanove, e anteriores, fizemos às freguesias com esta natureza, que a Câmara devia ver o acumulado para cada uma delas e, de facto, prever imediatamente essa dotação para dois mil e vinte, até de uma forma drasticamente folgada, porque, como é conhecido, nesta matéria, somos campeões pela negativa em termos de descentralização de verbas, na Área Metropolitana de Lisboa.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Temos aqui para análise, uma proposta que se resume a isto, apoiamos ou não apoiamos, votamos ou não votamos favoravelmente o apoio à União de Freguesias em causa, e se ficássemos por aqui nada mais havia a comentar. É óbvio, que nenhum de nós, neste caso, o PSD, não se opõe, está de acordo com este apoio como, aliás, está, com outros apoios que a outras freguesias e uniões de freguesias têm acontecido. -----

----- A questão é que não pode deixar de se referir que a montante desta decisão, há algo que, de facto, é incompreensível e que melhor teria sido que nem constasse, aqui, da Ata da Câmara, porque, e, aliás, nós tivemos, hoje, esta análise anterior, no que respeita a esta permuta, e os seus deputados verificarão que a Câmara teve todo o cuidado em solicitar à empresa a certidão das Finanças, nos termos do Cento e Setenta e Sete-A do Código Tributário, e à Segurança Social. E isto é o mínimo que, realmente, se exigiria nesta situação. Estranha-se

muito, aliás, que um artista como o Olavo Bilac, de facto, não tenha acesso a estes documentos, porque, com certeza, os teria e ficam-nos as dúvidas em que tempos é que os documentos seriam emitidos. Mas isso é um problema que não é desta Assembleia, nem é, naturalmente, da Câmara, é um problema que pertence à União de Freguesias, se amanhã tiver que justificar esta situação.-

-----O certo é que este artista foi contratado e, de facto, não cumpriu a lei no que respeita a esta matéria. Agora, é evidente o que nós estamos aqui a aprovar, é o financiamento, não para pagar aquele artista, é a contribuição que é dita aqui, e é isso que eu pretendo votar, é a atribuição de um subsídio para as festas da União de Freguesias.-----

-----No entanto deixo aqui este reparo, porque, efetivamente, estas situações, particularmente no que a contas respeita, devem ter um rigor extremo.”-----

-----O Senhor Deputado Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas) disse o seguinte:---

-----“Como sabem, as festividades religiosas têm como objetivo manter as tradições, promover a cultura e valorizar o nosso território e património. Também, para além disso, fazer com que as pessoas saiam de casa, e se juntem e que usufruam dos espaços das festas.-----

-----As Festas da Nossa Senhora da Rocha, em tempos, já tiveram grande prestígio, e na zona aqui de Lisboa, era uma grande referência, segundo várias pessoas até era a maior festa da zona de Lisboa. Devido a várias situações, foram perdendo essas características.-----

-----Foi nosso objetivo, da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, quando tomamos posse, tentar recuperar o prestígio dessas festas e sempre com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras. Começámos em dois mil e dezoito, a organizar, a reorganizar as festas de uma outra forma, também tivemos o apoio da Câmara na contratação de grandes artistas para essas festas. Recordo-me que, em dois mil e dezoito, atuou o Quim Barreiros, o que fez trazer vários visitantes às festas. Este ano, em dois mil e dezanove, para quem foi às festas, verificou uma enorme diferença. Verificaram-se várias melhorias, tanto no espaço, como no número de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

feirantes e, também, um cartaz com maior visibilidade, com a contratação dos artistas, Olavo Bilac, Toy e Álvaro Amaro, fez com que gerassem vários visitantes e as festas foram um enorme sucesso. Tivemos um elevado número de visitantes, que usufruíram do espaço, usufruíram da festa e isso foi o mais importante, e não seria possível termos recuperado algum prestígio destas festas, sem o apoio da Câmara Municipal de Oeiras que contratou os artistas para este ano. -----

----- O artista em causa, atrasou-se na entrega de uns documentos, a Câmara não pôde realizar o pagamento e a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas assumiu esse compromisso e, portanto, tal como vem na Informação, este subsídio vem para a União de Freguesias retornar o seu fundo de caixa.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “O assunto está completamente esclarecido e bem explícito nesta folha...” -----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Presidente da União de Freguesias referiu agora, que o artista se atrasou. -

----- Ora bem, são duas situações distintas: uma é não ter entregado os papéis, outra é ter-se atrasado. Se ele se atrasou, os papéis existem e deveriam estar aqui. É a pergunta que eu deixo.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “A questão que se coloca é essa mesmo que o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) aqui disse, quer dizer, o artista acabou por entregar os papéis e ficaram numa situação legalizada ou não?-----

----- O Senhor Vice-Presidente poderá dar as explicações necessárias.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** esclareceu o seguinte:-----

----- “A contratação dos artistas, e o Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) dizia há

pouco, podia ter-se optado por outro artista, não quero generalizar, mas, aproveitando para o fazer, é quase sempre assim. Ou não têm as declarações das Finanças a tempo e a horas, ou não têm as declarações da Segurança Social, e nós temos que esperar, temos que dizer que têm que entregar, têm que fazer assim, por senão, não podemos contratar e não é nem um, nem dois, nem dez. Aliás, se verificarem os prazos de contratação das divisões que lidam com estas matérias, quer seja a Divisão de Cultura, a Divisão de Turismo e a Gestão de Eventos, quase todas elas têm o mesmo problema, os artistas demoram algum tempo a regularizar a sua situação para com quem devem e, depois, não têm as declarações a horas, e os procedimentos fica tarde para os fazer. -----

-----O que foi feito, neste caso, de acordo com o que foi transmitido, também pelo Senhor Presidente da União de Freguesias, a situação não estava regularizada a tempo da contratação pública por parte da Câmara. Entregou tarde, ou não entregou a tempo, e a junta contratou naquele período, mas, entretanto, à junta entregou as declarações a tempo e horas. Não havia tempo era para a formalização por parte do Município. Isto acontece recorrentemente, nós estamos a ressarcir a junta, de ter usado os seus próprios fundos para a contratação do artista.”---

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Mas essa situação está perfeitamente explicada aqui, numa informação, que está dada, mas o que não está esclarecido, está perfeitamente esclarecido que os outros artistas entregaram atempadamente, este não e, portanto, foi a junta de freguesia que pagou, o que não está dito é se, posteriormente, o artista entregou a documentação ou não.”-----

-----O **Senhor Deputado Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas)** esclareceu o seguinte:-----

-----“A junta efetuou o pagamento pedindo todos os documentos necessários, para efetuar o pagamento. E assim foi.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Deputada Madalena Castro (U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Era só para confirmar algumas informações que já foram aqui dadas. -----

----- Devo informar a Assembleia, só a título de curiosidade, que nós ainda não conseguimos pagar todas as atuações das Festas de Paço de Arcos, pura e simplesmente, porque os artistas não nos fazem chegar a documentação toda. -----

----- Embora nós façamos telefonemas recorrentes, para que nos façam chegar, porque queremos pagar. Mas, realmente, a documentação, os artistas têm alguma dificuldade em lidar com papéis. -----

----- Deixava só aqui uma nota para o Senhor Vice-Presidente ou para o Senhor Presidente, que me parece importante, que para evitar estas situações, as reuniões que o Senhor Presidente promove para consensualizar os valores para apoio às festas, que todas as freguesias promovem, que contemplasse todos os artistas e que as contratações tivessem um teto, porque, recorrentemente, há estas situações que não são agradáveis, nem para as juntas, que têm que avançar o dinheiro sem o receberem da comparticipação da Câmara, nem para a própria Câmara, nem para a Assembleia Municipal. Isto, no fundo, para dizer que me parece que a Câmara devia, à partida, financiar as juntas de um valor pré-estabelecido, antes mesmo de se começarem as festas das localidades.” -----

----- A Senhora Deputada Sílvia Andrez (PS) disse o seguinte: -----

----- “Relativamente à observação que o Senhor Vice-Presidente fez, os prazos de contratação, os requisitos de contratação e a legalidade de contratação é igual para a junta de freguesia e para a Câmara Municipal. Relativamente à esta matéria, gostaria que... Certo, mas os requisitos são exatamente os mesmos. -----

-----No que diz respeito a esta proposta, sentir-me-ia muito mais confortável se, para aprovar, visse a entrega dos documentos e, portanto, uma cópia dos documentos.”-----

-----O **Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP)** referiu o seguinte: -----

-----“As palavras não são minhas, acho que podemos inferir daqui, que, no caso da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, é, e bem, feito, aquilo que deve ser feito, que é quando tiverem a documentação toda, pagam. E parece-nos que isso é o que deve acontecer, o que nos resulta daqui, confesso que não fiquei esclarecido com a intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, porque às tantas parece que estamos aqui num facilitismo, porque são artistas, porque isto, porque aquilo, porque acontece, porque é normal, às tantas não abona a favor de ninguém.-----

-----E, concordo plenamente com o que a Senhora Deputada Sílvia Andrez (PS) acabou de referir, se calhar, para, nesta deliberação, nesta proposta, a aprovar, deveria fazer-se menção aqui à cópia, exatamente, aos documentos. Até para nós termos uma ideia clara e concreta, em que datas é que se procedeu ao pagamento e à entrega da documentação, porque, certamente, tem que haver registos para isso.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhores deputados permitam-me só um comentário. Aquilo que a Senhora Deputada Sílvia Andrez (PS) disse, que ficaria muito mais confortável se visse os documentos, é, precisamente, a minha posição, mas, parece-me, que o Senhor Presidente da União de Freguesias já disse que o artista já tinha entregado os documentos, não disse? Ah... Então, fui eu... -----

-----Parece-me que sim, porque eu fiz a pergunta, precisamente. Mas, o artista entregou posteriormente os documentos e pareceu-me que o Senhor Presidente tinha dito que sim. Se sim, nós não precisamos de ter aqui as cópias, até porque não temos as cópias dos outros processos de contratação. Basta que o Senhor Presidente diga, que sim, que recebeu a documentação.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas) esclareceu o seguinte: -- -----

----- “Peço desculpa, há pouco não me expliquei bem. Há pouco, disse que assumimos o compromisso de pagar o artista, mas ainda não efetuámos o pagamento, porque nós não temos o dinheiro, não temos a verba, ainda, do nosso lado, para realizar o pagamento. Portanto, aguardamos que a verba nos chegue...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. inquiriu o seguinte: -----

----- “Mas, já tem os documentos?” -----

----- O Senhor Deputado Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas) continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Ainda não temos os documentos...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu para dizer o seguinte: -----

----- “Mas isso é outra história.” -----

----- O Senhor Deputado Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas) disse o seguinte: ---

----- “Mas só iremos realizar o pagamento, como qualquer fornecedor, como qualquer cliente, após termos todos os documentos do nosso lado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Isso, a situação é diferente.” -----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Era só para frisar que a nossa intervenção de há pouco, juntamente com a intervenção da Presidente da Junta da União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, deve ser rececionada pela Câmara, como uma recomendação, portanto, o que nós recomendamos é exatamente isso, que o orçamento de dois mil e vinte contemple, de uma forma folgada, estas

situações para que sejam as juntas a gerir, diretamente as mesmas, e, naturalmente, tem vantagem para todos, até para a nossa Assembleia Municipal, porque são casos que ficam logo resolvidos no foro autárquico próprio, com capacidade de decisão própria.” -----

-----**A Senhora Deputada Graça Tavares (IOMAF)** observou o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, mas não quero levantar mais confusão, mas agora já estou baralhada.

-----O que percebi foi o que o Senhor Presidente da Junta disse que a Junta tinha adiantado dinheiro e que a Câmara, agora, iria repor o fundo de caixa. Foi isso que percebi.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Vou pôr esta proposta à votação e, portanto, a proposta é de um subsídio à Junta de Freguesia, para fazer face a esta despesa, com a contratação do artista.-----

-----Compete à Junta de Freguesia tomar as precauções necessárias, ou seja, ter consigo toda a documentação devida que o artista deve entregar, antes de fazer o pagamento. Mas, a nós, é uma transferência para a Junta de Freguesia para fazer face à esta despesa.-----

-----Mas a responsabilidade é da Junta de Freguesia.” -----

-----**A Senhora Deputada Sílvia Andrez (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Relativamente a esta matéria, se as coisas forem feitas de forma clara e transparente não tenho nenhum problema. Acontece, porém, que tendo em conta as declarações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas e aquilo que vem na proposta, parece-me que há aqui uma incongruência. Aquilo que diz aqui, é que “tendo em conta este enquadramento não foi possível concluir o procedimento para contratação de Olavo Bilac, tendo a União de Freguesias de Carnaxide assumido o pagamento ao artista no valor de onze mil e quinhentos mais IVA, uma vez que a atuação já tinha sido amplamente divulgada, realizou-se efetivamente no dia previsto. Solicita-se, assim, indicações superiores no sentido de ressarcir a União de Freguesias pelo montante despendido, uma vez que o pagamento do espetáculo, estava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

previsto decorrer através do Município”, isto pressupõe que o pagamento já foi feito. Aquilo que foi dito aqui, é que o pagamento ainda não foi feito, e eu só gostaria era, exatamente, de perceber o que é que vou votar e da forma como vou votar.” -----

----- O **Senhor Deputado Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas)** esclareceu o seguinte: -- -----

----- “O que eu tenho a dizer, é que, há pouco, expliquei mal o que aconteceu. -----

----- A União de Freguesias de Carnaxide e Queijas ainda não realizou o pagamento ao artista, como vocês podem verificar na Informação, o valor ronda à volta de catorze mil euros. ---

----- A União de Freguesias Carnaxide e Queijas não tinha esse dinheiro para adiantar. Então, aguardamos, o artista continua a aguardar receber o valor por ter atuado nas Festas da Rocha, e nós aguardamos que a transferência seja realizada para solicitarmos ao artista, todos os documentos, tudo o que seja necessário para realizarmos o pagamento.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, acho que estamos aqui, assim, a fazer uma certa confusão, e os senhores deputados vejam se concordam comigo: -----

----- Temos aqui um despacho que diz, que “de acordo com as orientações transmitidas no despacho presidencial, no passado dia catorze, remete-se informação relativa ao concerto do Olavo Bilac, realizado no âmbito das freguesias de Nossa Senhora da Rocha. Com o intuito de ressarcir a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas no montante de onze mil e quinhentos mais IVA” e, portanto, é assim que é feita a proposta. Dos tais onze mil e quinhentos mais IVA, que dá os tais catorze mil e qualquer coisa. -----

----- Mas a questão que nós aqui colocamos, e é bem clara, e é a questão que a Senhora Deputada Sílvia Andrez (PS) disse, uma coisa é o artista, à altura de ter atuado, não tinha a

documentação que devia, entregue, e, como tal, não recebeu, e a Câmara não considerou esse pagamento, a Junta de Freguesia quer ser ressarcida desse montante, e a pergunta que se faz é: a Junta de Freguesia já entregou a verba ao artista e o artista entregou a documentação? A Junta de Freguesia não pagou ao artista e ele não entregou a documentação? E a questão é assim: a Junta de Freguesia não pode pagar ao artista sem ele entregar a documentação. Ou nós estamos aqui a fazer uma transferência para a Junta de Freguesia e estamos, no fundo, a ser complacentes com uma posição que não pode, na realidade, existir.-----

-----Senhor Presidente desculpe, mas, quer dizer, nas suas intervenções, não tem sido claro quanto a esta situação. O artista já atuou? Deve-se-lhe o dinheiro? Muito bem, nós devemos aprovar que seja feita esta transferência para a junta de freguesia, mas a junta de freguesia tem de se comprometer que só entrega esta verba ao artista, quando ele entregar a documentação.-----

-----É isto que os senhores também pretendem? Pronto, muito bem...” -----

-----**A Senhora Deputada Madalena Castro (U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** referiu o seguinte: -----

-----“Só queria (não sei se vou conseguir) esclarecer uma coisa, os procedimentos para qualquer pagamento por parte da Junta, são da responsabilidade da Junta de Freguesia, ou do Presidente, ou do Vogal que tiver despacho de delegação de competências para essa autorização.

-----O que nós estamos aqui a aprovar é a atribuição de um subsídio adicional à Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, para a contratação deste artista, que eu não sei quem é, mas que atuou nas Festas da Rocha. A responsabilidade da organização e do respeito pelo CCP é, exclusivamente, da junta de freguesia. E nós estamos aqui a atribuir um subsídio que me parece, é que a nota informativa dos serviços não está bem explícita, porque nós estamos, exclusivamente, a atribuir um subsídio adicional, porque todas as juntas já receberam um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

determinado montante para as festas das freguesias, e na altura, já agora, o Senhor Presidente comprometeu-se a que a Câmara, para cada festa, contrataria um artista para além do nosso calendário. E o que se passa aqui é que este artista, que deveria ter sido contratado pela Câmara, por razões que nos transcendem, não foi contratado pela Câmara, foi contratado pela junta e agora há que atribuir um subsídio adicional. Quem tem que cumprir escrupulosamente todos os procedimentos e juntar toda a documentação que o CCP e a legislação do País exige, é a Junta de Freguesia e, pelo que percebi, a responsabilidade é do Senhor Presidente da Junta de Freguesia.”

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, peço-lhe desculpa, mas a contratação dos outros artistas não foi feita pela Junta de Freguesia, foi feita pelo Município e, portanto, só esta é que está a ser paga pela Junta de Freguesia, porque o artista não cumpriu e não entregou a documentação necessária para ser pago, como foram os outros. Portanto, esta Assembleia não se está a imiscuir numa coisa que é a gestão da Junta de Freguesia. São duas situações que aqui estão, diferentes.-----

----- Mas iria dar a palavra ao Senhor Deputado...” -----

----- A **Senhora Deputada Madalena Castro (U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, deixe-me só esclarecer uma coisa, eu nunca disse que nos estávamos a imiscuir, agora, também lhe devo dizer o seguinte: se o artista não juntar toda a documentação, a Junta de Freguesia de Carnaxide não lhe pode pagar, é tão simples quanto isso.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “É só isso que eu preciso, que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas diga e, quando o disser, penso que a Assembleia fica...”-----

-----O Senhor Deputado Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas) interrompeu para esclarecer o seguinte:-----

-----“Como em qualquer apoio, qualquer subsídio que a Câmara dê ou atribua à União de Freguesias, ou a qualquer entidade, a Câmara solicita-nos sempre os comprovativos de todo o procedimento. Neste caso, iremos proceder da mesma forma, após recebermos a verba por parte da Câmara Municipal de Oeiras, iremos realizar os procedimentos com o artista e, após termos toda a documentação do nosso lado - a fatura, todas as certidões necessárias - iremos realizar o pagamento. De seguida, como fazemos sempre, iremos entregar os comprovativos à Câmara Municipal de Oeiras, através do GAF - Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia.”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, não quero criar aqui, naturalmente, nenhum problema. Agora, alguns dos que estão nesta Assembleia sabem que, ela existe para fiscalizar e neste problema das contas, é uma maçada. E muitos dos que aqui estão, sabem o que já nos aconteceu.-----

-----É essa a razão fundamental, porque o problema, aqui, e a Senhora Presidente da União das Freguesias, Doutora Madalena, tem toda a razão, de facto, assim é e assim deve ser. --

-----Se tivesse vindo até nós, apenas a atribuição deste subsídio, não havia problema nenhum. O problema são as justificações que estão aqui, que não posso dizer que as desconheço, essa é que é a questão. Se isto não estivesse aqui, não sabia e votava favoravelmente sem qualquer problema. A partir do momento em que há justificações que estão aqui dadas, do ponto de vista fiscal, isto não dá para brincar, não sei qual é a situação. Posso estar aqui, até a criar uma onda, que o Olavo Bilac não merece, eu até gosto dele, mas aqui há um outro tipo de problema e, portanto, os outros artistas tiveram as condições para, este não teve, porquê? Porque deve, porque não está em condições. E, portanto, esta é que é a grande questão.-----

-----Gostava, de facto, de votar, favoravelmente, isto porque a Junta de Freguesia o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

merece, qualquer junta de freguesia merece pelo trabalho, as festas, não tenho dúvidas nenhuma que o fizeram no melhor dos voluntarismos, o problema é que esta Assembleia tem este dever de fiscalizar nestas matérias, esta é que é a maçada. É evidente que o voto do PSD nesta Assembleia, não vai alterar, por razões óbvias, a situação, mas acho que todos nós devemos, pelo menos, por uns segundos, pensar que estas situações não devem acontecer, não podem acontecer com dinheiros públicos, particularmente, numa altura em que se sabe que a observação é intensa sobre todos estes pagamentos. E, portanto, enquanto eu não estiver esclarecido, e ainda não estou, em relação, o Senhor Presidente da Junta falou nos procedimentos efetuados, naturalmente, gostava de uma palavra que dissesse: “não foi ainda pago”, isso é que ainda não foi dito, objetivamente, não foi ainda pago e será pago “com”. -----

----- E era isso que eu pretendia.” -----

----- A Senhora Deputada **Sílvia Andrez (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Só tentar ser o mais clara e sucinta, possível, não tenho nenhum problema em atribuir um subsídio para o pagamento ao Olavo Bilac, através da Junta de Freguesia, aquilo que me parece é que esta situação não está devidamente clarificada, de forma a que nós possamos perceber, exatamente, como é que isto está a ser feito. Aquilo que eu percebo daqui é que a Junta de Freguesia assumiu o pagamento ao Olavo Bilac, mas o artista não entregou os documentos, portanto, a Junta de Freguesia não pode pagar, ainda. Mas a Câmara Municipal, de acordo com esta proposta, quer transferir o dinheiro para pagar ao Olavo Bilac, para ressarcir a Junta, ora, isto não me parece que seja consentâneo, não está consequente, aquilo que me parece é que, sugeria, que esta proposta fosse para trás, fosse devidamente reformulada, e que a seguir, fosse atribuído um subsídio à Junta de Freguesia e ela fará com o subsídio, aquilo entender.” -----

----- O Senhor Deputado **Inigo Pereira (U.F. Carnaxide e Queijas)** disse o seguinte: ---

-----“Se se sentirem mais confortáveis, aceito a proposta da Senhora Deputada Sílvia Andrez (PS), ou então, nós, União de Freguesias de Carnaxide e Queijas iremos avançar com o procedimento, iremos solicitar todos os documentos e esta proposta vem com o mesmo conteúdo, numa nova data.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, penso que... Não, desculpem, mas acho que estamos a gastar muito tempo com esta proposta e eu concordo, em absoluto, com a proposta que a Senhora Deputada Sílvia Andrez (PS) fez e que o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) e, aliás, é a proposta que eu também tinha dito. Eu vou retirar esta proposta e nós ao atribuírmos um subsídio à União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, sem que esteja explícito que é para pagar a este artista que não entregou a documentação. E, portanto, o problema é com a Junta. Não está aqui escrito nada e nós não temos esta responsabilidade, ou o Senhor Presidente da União de Freguesias apresenta e mostra que o artista já entregou a documentação.”-----

-----Se a União de Freguesias já pagou ao artista, é um problema vosso, agora, nós não podemos cair, estar aqui assim a tomar posições que não são corretas. -----

-----Eu vou retirar esta proposta, se ninguém se opõe, e pedimos que seja feita a reformulação, conforme aqui foi sugerido como já disse e foi, também, dito pelos senhores deputados.- -----

-----E passamos... Desculpe, agora, já passámos, já retirámos. Senhor Vice-Presidente tinha-lhe pedido se o Senhor queria esclarecer, se queria falar. Acabou esta proposta. Não, desculpe, estou-lhe dizer que não. Agora, acabou este ponto, está retirado. Portanto, vamos passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.”-----

----- **RETIRADA**-----

5.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 756/19 – DMAG/GAEP – Alteração ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Regulamento Geral de Estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada de Oeiras - Alteração da taxa de pagamento no Largo Leonor Faria Gomes, em Paço de Arcos (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

5.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 757/19 – DMAG/GAEP – relativa à Alteração ao Regulamento Geral de Estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada de Oeiras - Alargamento da ZEDL de Algés à Praça Dr. Manuel Martins (Praça de Touros) (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte: -----

----- “Lamentavelmente, ainda é sobre o ponto anterior, por motivo...Senhora Presidente, quero fazer uma declaração...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu, dizendo o seguinte:-----

----- “Não, desculpe. O ponto anterior passou. Está encerrado.” -----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) continuou dizendo:-----

----- “Senhora Presidente, não é sobre o ponto anterior, é sobre o comportamento da Mesa.” ---- -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado desculpe, mas nós passámos esse ponto, o senhor teve o tempo todo que quis, perguntei várias vezes quem estava inscrito e, portanto, sobre o ponto anterior, não há mais intervenções.” -----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, não vou intervir sobre o ponto anterior, é sobre o

comportamento da Mesa.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** inquiriu o seguinte:-----

-----“Sobre o comportamento da Mesa?”-----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Que tem efeitos relativamente ao ponto anterior.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Não há comentários.-----

-----Desculpe, não está na Ordem de Trabalhos, o comportamento da Mesa e se o senhor queria fazer comentários ao comportamento da Mesa, no que refere ao ponto anterior, tinha feito na devida altura. Agora... Desculpe não lhe dou a palavra...O senhor faz um Ponto de Ordem, e o Ponto de Ordem...”-----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** observou o seguinte:-----

-----“Não é sobre ponto nenhum, é sobre o comportamento da Mesa.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, eu não devia dar-lhe a palavra, mas faça favor de fazer um Ponto de Ordem sobre o comportamento da Mesa.”-----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:**-----

-----“É o seguinte, Senhora Presidente: não é a primeira, nem a segunda e nem a terceira vez, que eu, pessoalmente, levanto à mão, e que a Mesa não está atenta. Eu compreendo, compreendo perfeitamente, é natural, que dado o plano de perspectiva da Mesa, estou mais baixo, a Mesa não se apercebe, por vezes, que pedi a palavra. Já é mais estrito que não se aperceba que elementos que estão na bancada do Executivo, não sejam vistos também. Agora, o que eu vi, de facto, é que o Senhor Vice-Presidente tinha levantado o braço bastante tempo antes e ninguém na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Mesa se apercebeu, ponto final, é só isso que eu queria dizer.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, muito obrigada. Nós somos três membros da Mesa e, realmente, fazemos aqui um esforço para ver as pessoas que levantam o braço para falarem. O que acontece... Não, eu não vi o senhor levantar o braço, o Senhor Primeiro-Secretário não viu..., creio que a Senhora Segunda-Secretária também não viu.” -----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, mas é perfeitamente natural, não estou a fazer nenhum juízo de valor, nem nenhuma insinuação. É, simplesmente, a explicar um facto que aconteceu. Nada mais.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, aceito perfeitamente a sua crítica, todas as críticas são perfeitamente aceitáveis. Não vimos, somos três, e não vimos. No que diz respeito ao Senhor Vice-Presidente, sabe bem como há de fazer, portanto, a sua crítica ficará lavrada em Ata, fique descansado, nós não vimos. Nenhum de nós viu o senhor levantar o braço. -----

----- Acontece que, muitas vezes, quando eu já estou a passar à votação ou a passar a outro ponto, é que levanta o braço. Quantas vezes já estou a dizer “vamos passar à votação”, e vejo os braços levantados. Não vimos. Nenhum de nós viu. Olhe, eu vejo mal, mas a verdade, acredito que os meus colegas, olhe... Naturalmente, não sabem e também veem mal. -----

----- Peço desculpa, vamos continuar, portanto, nos pontos quatro e cinco.”-----

----- A **Senhora Deputada Madalena Castro (U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** disse o seguinte: -----

----- “Quero intervir sobre o ponto três, só para transmitir que esta proposta tem como

fundamento inúmeras reclamações de residentes, que moram na envolvente do Largo Leonor Faria Gomes, em Paço de Arcos, como sabemos, se situa a sul da estação dos caminhos-de-ferro de Paço de Arcos e que, sistematicamente, ou diariamente não conseguem ter lugar para estacionar as suas viaturas, porque os lugares estão permanentemente ocupados por pessoas que apanham o comboio e que vão para os seus empregos. -----

-----O que que se passa é que, esta zona é tarifada como zona de interface, a um euro por dia e o que nos parece é que essa tarifação deve ser alterada, tal como está aqui proposto, porque ficará salvaguardado o direito dos moradores a conseguirem lugar para as suas viaturas, embora saibamos que não há lugar para todos, mas, pelo menos, o problema ficará minimizado.-----

-----Queremos também felicitar a Câmara, porque sabemos que estão a decorrer negociações com as Infraestruturas de Portugal, relativamente a um pequeno terreno, quer dizer, não é muito pequeno, mas é pequeno para aquilo que é necessário, que está perfeitamente desaproveitado e que a Câmara, também, quer afetar a zona de estacionamento.-----

-----Portanto, fica aqui a felicitação da junta de freguesia e a referência de que concordamos, em absoluto, com esta alteração da tarifação proposta para este espaço.”-----

-----O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) referiu o seguinte: -----

-----“Só vou falar sobre este ponto. Nós discordamos em absoluto desta medida. No nosso entender, vem, precisamente, ao arrepio de tudo o que deve ser, de alguma forma, a política de estacionamento, visando a utilização de transportes públicos. E lamentamos que o Executivo Municipal tenha objetivamente um retrocesso de vários anos nesta matéria, não sei se vão tentar fazê-lo noutras áreas como, por exemplo, junto à estação de Oeiras, ou como junto ao apeadeiro de Santo Amaro de Oeiras ou outros, mas é, efetivamente, um retrocesso que irá, provavelmente, e nós conhecemos bem a zona, não sei se irá beneficiar muitos moradores, o que eu não tenho a menor dúvida, é que face ao custo que vem explicitado na proposta do valor/hora,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e do valor que poderá ser atingido pelo máximo de tarifário possível, muitos equacionarão se valerá a pena deixar o carro estacionado e apanhar o comboio, ou se não valerá a pena pelo custo que tem, ir mesmo de carro até aos seus empregos e piorando toda a situação viária, como nós a conhecemos, fazendo regredir políticas de mobilidade que vinham no bom sentido, Oeiras nunca foi conhecida por essas boas políticas de mobilidade e, no nosso entender, votaremos contra, porque está é, exatamente, uma proposta que vem ao arrepio de tudo aquilo que se anuncia, e que se tem anunciado.” -----

----- O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não vou dizer que faço minhas as palavras do orador anterior, mas faço minhas as palavras do orador anterior com mais um outro aspeto que me parece extremamente pertinente é que nós tratamos estes assuntos do estacionamento duma forma que, digamos, quem olhar para a situação real que temos, terá sempre dificuldade em perceber. -----

----- Nós estamos a falar de uma zona junto a uma estação, atrás dos bombeiros, onde não havia nada, foi reparado, etc.. Agora, há um problema sério, porque há pessoas que se habituaram a pôr os carros naquele sítio com um pagamento consentâneo, aquilo que é o pagamento junto às estações, mas o problema nem sequer é só este. Se nós repararmos, os nossos estacionamentos, é uma coisa absolutamente aflitiva. Em qualquer dos parques de escritórios que nós temos no Concelho, Quinta da Fonte, Lagoas Parque, “não sei o quê”... As situações são absolutamente aberrantes, não se consegue andar lá dentro, não se fez estacionamento em condições e em qualidade para nada, está-se crescentemente a fazer pagar mais, para utilizar parqueamentos, portanto, nesse aspeto, nós temos tido uma posição sempre muito contrária a estas situações no geral, e esta, em particular, não conseguimos concordar, minimamente, com uma solução deste género, porque é, de facto, e até tenho ideia que do ponto de vista, daquilo

que tem sido a lógica da Câmara Municipal, não percebo como é que este retrocesso foi analisado no interior da Câmara, porque não há muito tempo foram tomadas medidas, precisamente, no sentido inverso deste. Há ali, relativamente perto, uma história que há anos anda a ser estudada, aquilo que era para as camionetas, no terminal intermodal, que nunca mais dali sai. Nesse terminal intermodal com todos os diabos, era novo e se fizesse alguma coisa... Agora, ali? Nesta zona, francamente, não estamos nada de acordo.” -----

-----A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) disse o seguinte: -----

-----“Para dizer que subscrevo inteiramente as duas intervenções anteriores, este tipo de medidas fomenta a utilização dos automóveis em detrimento dos transportes públicos, e por este motivo, votaremos contra estas duas propostas.” -----

-----O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) observou o seguinte:-----

-----“Recordar que estamos a discutir as duas propostas simultaneamente, certo? -----

-----Em relação ao alargamento da tarifação na Praça de Touros de Algés, evidentemente que, havendo parques de estacionamento que atualmente já são tarifados e que preveem um enquadramento diferenciado a quem utiliza transportes públicos, evidentemente que isso tem de ser estendido a um parque adjacente. Mas fazemos nota, novamente, que faz todo o sentido, depois da implementação do passe metropolitano, que se possa potenciar a utilização desse passe, criando aquilo que já existe em outros municípios, que é permitir que pessoas, que utilizam esses parques junto aos interfaces, não tenham de pagar mais e que seja, por isso, um incentivo não pagarem os parques de estacionamento para utilizarem os transportes públicos, mas isso é outra discussão ao lado.-----

-----Mas, a propósito deste parque de estacionamento da Praça de Touros, confrontar o Senhor Vice-Presidente com aquilo que foram declarações que ele aqui teve quando o Partido Socialista, aqui trouxe a situação daquela Praça de Touros que tinha sido, e bem, adquirida pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Município, invocando, exatamente, a necessidade de reabilitar aquele espaço e pôr aquele espaço com outras condições, com outra dignidade e com outras garantias, até do ponto de vista da segurança rodoviária, e que o Senhor Vice-Presidente nos acusou de querermos ser despesistas, porque estava a ser pensada uma intervenção mais global, para aquela zona do território.-----

----- Ora, pelos vistos, essa posição do Senhor Vice-Presidente não era consensual no Executivo, e bem o executivo andou e a Parques Tejo, em utilizar, ainda que, provisoriamente, aquele espaço, até porque a intervenção, que vai ser de fundo e com forte impacto na Freguesia de Algés, que vai demorar algum tempo, que aquele parque não ficasse nas condições em que estava e, por isso, aí fica o nosso cumprimento e o reparo àquilo que foi uma posição contraditória da parte do Senhor Vice-Presidente na altura, quando aqui suscitámos a questão. ---

----- Relativamente à proposta de Paço de Arcos. Evidentemente, nós não podemos ser insensíveis àquilo que foi aqui descrito pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia, que é o interlocutor válido da população de Paço de Arcos, também nesta Assembleia Municipal, inclusivamente aos problemas de estacionamento dos residentes e, já agora, dos utilizadores da restauração que é, no fundo, o que dá a vitalidade que o núcleo histórico de Paço de Arcos também necessita, e que depende, necessariamente, da disponibilidade de estacionamento junto desta restauração e do comércio que ali existisse. Sendo sensíveis a essa situação, e a essas reclamações, também consideramos, aquilo que é hoje, a falta de estacionamento para os utilizadores de transportes públicos, que foi aqui também tratado. Portanto, o que nós temos de procurar aqui é encontrar uma posição razoável, conseguir conciliar os interesses em presença. E, por isso, aqui falamos, novamente, na necessidade da Parques Tejo ter um plano estratégico, que seja compreensível, devidamente programado do ponto de vista temporal, sobre aquilo que são as novas opções sobre o estacionamento do Concelho, sobre as necessidades do Concelho,

para que nós quando assumimos posições como esta, que é proposta pela Câmara, tenhamos a consciência do que a Câmara pretende fazer para resolver o problema.-----

-----Porque aqui, se a Câmara nos disser, muito claramente: “sim, vamos aumentar a tarifação nesta zona específica de Paço de Arcos, porque queremos, também, beneficiar os residentes e o comércio, para que haja mais rotatividade”, mas, ao mesmo tempo, “não vamos prejudicar os utilizadores dos transportes, nomeadamente, os utilizadores da estação de Paço de Arcos, de comboios, porque vamos criar outras soluções de estacionamento, e existem outras soluções de estacionamento, cuja avaliação que nós fazemos estão subaproveitadas”, nós aí teremos uma posição distinta e, portanto, aquilo que perguntamos à Câmara, à propósito desta segunda proposta de deliberação, é se está previsto algum programa estratégico, algum plano estratégico da Parques Tejo, sobre soluções de estacionamento futuras, no Concelho de Oeiras e, naquele caso específico de Paço de Arcos, por que razão o parque existe, e que nós supostamente no anterior mandato já tínhamos validado a sua utilização para estacionamento adjacente à estação de comboios de Paço de Arcos, não está a ser ainda utilizado, porque é que não está ainda a ser aproveitado e que outras soluções de estacionamento, para o imediato, estão pensadas para permitir que os utilizadores deste estacionamento, que nós queremos tarifar mais, para poder beneficiar os residentes, não fiquem prejudicados. Porque aquilo que menos queríamos, era que, na prática, os atuais utilizadores daquele estacionamento, continuem a ter de utilizar aquele estacionamento, porque não têm alternativas, mas a pagar mais e isso não se pretende, portanto, à Câmara cabe, neste ponto, poder esclarecer-nos e comprometer-se com soluções de estacionamento para que tornem a nossa posição, relativamente a este aumento de tarifário, que está justificado, mais consonante com os interesses que, claramente, aqui podem ser conflitantes em presença.”-----

-----O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) referiu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Relativamente a estes dois pontos, aparecem, às vezes, aqui, medidas deste tipo, na Assembleia Municipal, não são as primeiras.-----

----- São medidas avulsas, sem qualquer rigor. Basta dizer, que continua sem haver plano de mobilidade, com certeza, contemplaria muitas questões relativas ao estacionamento. O problema de Oeiras é construir, construir, construir, maus transportes, maus transportes, maus transportes públicos, não é? As pessoas têm que ter carro. Há zonas como, por exemplo, onde eu moro, tenho que andar mais de quinhentos metros para chegar a um autocarro, portanto, só vai morar para ali, quem tem carro. “Trigo limpo, Farinha Amparo” é assim. Não há transportes públicos e os que há não têm qualidade, não têm horários, a empresa não cumpre horários quando lhe apetece, se só tiver dois clientes a partir das onze da noite aquele horário acaba mais cedo e, portanto, é assim que tem funcionado Oeiras.-----

----- O fazer isto resolve o problema, se isto for para a frente, de algumas pessoas, de alguns residentes, como, e bem, a Senhora Presidente da Junta de Oeiras já disse, não há lugar para todos os residentes, sabemos isso. Aliás, durante o dia, talvez se arranje um lugar ou arranja-se, provavelmente, lugares. Veja-se o exemplo de Carnaxide, vai-se a Carnaxide durante o dia e há, sou capaz de dizer, centenas de lugares vagos à hora em que se paga o estacionamento, há centenas de lugares vagos, naquela Avenida Portugal são muitas dezenas. O problema é à noite com as pessoas que moram lá, e esse problema nunca é resolvido. Se uma pessoa, o Senhor Deputado Pedro Almeida (PS), hoje a reunião acabar às dez da noite, quando chegar ao pé de casa, se calhar, não tem lugar para estacionar, não é? É o mais certo.-----

----- Portanto, o problema de Carnaxide, não é só em Carnaxide é em muitos sítios. À noite, as pessoas que moram lá, se chegam um pouco mais tarde, não têm lugar para estacionar e, teoricamente, está-se a resolver o problema dos residentes. Aliás, a Parque Tejo agora até faz

uma coisa, que acho que já começou no outro mandato, não vamos bater no anterior Presidente, mas que é, localidades em que só algumas ruas têm os parómetros, já está a vender os dísticos às pessoas que não moram nessas ruas, que tem estacionamento, que antigamente não fazia isso e, portanto, ganha ali mais uns trocos, mas, por exemplo, no Dafundo não aparecem lugares, isto é verdade. O que estou a dizer é rigorosamente verdade. Pensam ter uns lugares, ali ao pé do Aquário, à noite, não há nada. Param no sítio das camionetas e são multados logo às 8 da manhã, e se não se levantam cedo, são logo multados. -----

-----Portanto, isto não resolve problema nenhum, e, como tal, o Bloco de Esquerda vota contra as duas.”-----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Definitivamente não é possível ter “sol na eira e chuva no nabal”. Naquilo que diz respeito à proposta setecentos e cinquenta e seis, quanto ao tarifário do largo da estação de Paço de Arcos, há um pequeno conflito, entre quem pretende utilizar o seu parque como parte dissuasora para ir de comboio, e os moradores, e os clientes da restauração que, eventualmente, queiram almoçar nessa região, nessa zona. -----

-----É um pouco complicado, é preciso tomar posição, nestas coisas não se pode ser neutro, e entre defender a possibilidade de permitir que trinta ou quarenta pessoas possam deixar o carro todo o dia, impedindo que os moradores possam ter lugar junto da sua residência, talvez, preferisse a posição dos moradores.-----

-----Em qualquer dos casos, nada disto é contraditório, com a defesa de parques dissuasores que não têm necessariamente que estar próximos das estações de caminhos-de-ferro, nem próximo de parques de autocarros. Diria, aliás, que provavelmente seria o ideal ficarem até bastante afastados, em áreas menos apetecíveis, como áreas residenciais e esses centros, funcionarem sim, como centros de parque dissuasor e trazendo as pessoas diretamente para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

comboio, ou outros postos de transporte público mais pesado, evitando que a concentração desse estacionamento de longa duração, se centrasse nos locais mais apetecíveis e mais centrais das nossas vilas do Concelho. Mas, em qualquer dos casos, este tipo de parques dissuasores, o seu planeamento só poderá ser entendido e devidamente concebido, enquadrado naquilo que será o grande projeto de mobilidade no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Ora, ignorava, também, que o Bloco de Esquerda, perdoe-se-me a ironia, e convém dizer que é ironia para que o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda não fique tão zangado comigo, mas dizia que ignorava que funcionasse como lobby dos ginásios do Concelho de Oeiras, porque quando vem levantar a preocupação de haver moradores, ou haver clientes de transportes públicos que têm que andar mais de quinhentos metros a pé, mais de quinhentos metros? Mas ficam extremamente cansados, de facto, mas quem é que se sujeita a ter que andar quinhentos metros a pé?” -----

----- A Senhora Deputada Madalena Castro (U.F. Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) disse o seguinte: -----

----- “Quero apenas referir que ouvi, aqui, alguns comentários de membros desta Assembleia que me deixaram um pouco chocada, e um deles foi que a Câmara Municipal está a propor retirar medidas que adotou no passado e, isto, há que dizer, há medidas que têm que evoluir.-----

----- E queria também esclarecer o Senhor Deputado do CDS que a envolvente da estação de Oeiras, continua a ser tarifada a um euro por dia. Portanto, é uma zona onde há muita oferta de estacionamento, onde há muito pouca procura de particulares, até porque o estacionamento informal do Jardim de Oeiras é gratuito e está sempre cheio e, às vezes, nem se consegue circular, e as pessoas não querem, pelo menos era gratuito e, portanto, aquilo que me dá ideia

que nós devemos equacionar, é que numa zona nobre, em que há residentes do Concelho de Oeiras, que não conseguem aceder a qualquer tipo de estacionamento, ou não conseguem sequer frequentar as áreas comerciais que ali estão, e estou-me a referir ao Largo Leonor Faria Gomes, eu penso que a prioridade são os residentes, mas não quero, também, deixar de referir que é com medidas avulsas, como foram aqui referidas, que Oeiras tem contribuído muito para resolver o problema da mobilidade no Concelho. -----

-----Obviamente que não é um problema que se resolva de um dia para o outro, é um problema muito complexo, mas, há que referir que a Câmara de Oeiras está a pagar dois milhões e tal mil euros para as contribuições do passe social, há que referir que a Câmara de Oeiras implementou o “Shuttle” da estação de Paço de Arcos, para os parques empresariais, há que referir que a Câmara de Oeiras está a investir centenas e centenas de milhares de euros, na ativação do COMBUS que, infelizmente, ainda não está a funcionar na totalidade do Concelho, por razões de procedimento de contratação pública e, quiçá, do fornecimento dos veículos, porque, como todos sabemos, as empresas não têm armazém de veículos, só depois da adjudicação é que os mandam construir, e a Câmara de Oeiras, tem sempre que pode, construído mais lugares de estacionamento. Agora, nós não podemos falar em novas mudanças de paradigma ao nível ambiental, sem pensarmos que, provavelmente, e estou a especular, Oeiras terá que fazer no futuro próximo o mesmo que está a fazer Lisboa, que é impedir a entrada de viaturas na Cidade de Lisboa. E o que acontece atualmente é que, praticamente, não se pode ir com viatura própria, sem pagar dez euros, quase por dia, para deixar no estacionamento. -----

-----Portanto, os novos paradigmas da ecologia, da qualidade do ar, da circulação amiga das pessoas e todas essas questões que todos nós estamos preocupados, obviamente, que não se compadecem com a quantidade de viaturas que nós temos, particularmente, no Concelho de Oeiras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Recordo-me que, ainda estava como Vereadora, com este pelouro, a média da motorização no Concelho de Oeiras era de dois vírgula seis viaturas por fogo, isto é uma enormidade e o espaço público não comporta este rácio.”-----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) referiu o seguinte:-----

----- “Permitam-me uma observação sobre a proposta número quatro, que tem a ver com a Praça Doutor Manuel Martins, a Praça de Touros. A compra desta Praça, pelo Município, foi uma mais-valia estratégica e foi muito importante para todos nós. E o arranjo que está a ter lugar, neste momento, naquela praça, em termos de parque provisório, faz com que aquela área, seja uma área com uma dignidade completamente diferente, daquela que tinha anteriormente. -----

----- É um espaço que fica muito atraente, com bastante capacidade de dar apoio às diferentes estações rodoviárias, que estão junto da mesma praça e, de facto, aquele espaço vai ficar com uma qualidade diferente, para melhor. Aquele espaço é também alvo de um plano estratégico implícito, por isso, vamos chamar aquela praça, aquele parque, um parque provisório, de facto, aquela praça vai, pela avaliação estratégica que a CMO tem, sofrer uma profunda alteração, particularmente, também, no estacionamento futuro que vai criar para ofertar às pessoas que usam o transporte particular, o carro. -----

----- A nosso ver, esta proposta quatro tem uma particularidade diferente da proposta número três, porque, de facto, este parque de estacionamento tem essa característica, tem uma característica provisória, e que subteme um plano estratégico de fundo, que vai resolver, de uma forma muito mais conseguida, aquilo que, naturalmente, agora, de uma forma digna, não deixa ser provisória. A nosso ver, achamos que este parque que tem as características de gratuito deveria continuar, durante mais algum tempo. E deveria continuar, porque é, de facto, uma plataforma de apoio ao transporte coletivo, não só rodoviário, mas também de acessibilidade à

parte ferroviária e, também, é um elemento de apoio estruturante para o comércio local.-----

-----Portanto, fica aqui este reparo. Naturalmente, a CMO quando pensou nestas propostas, pensou num modelo que acredita. De qualquer forma, parece-me que este debate, aqui, traz uma mais-valia e uma dignidade muito grande a esta Assembleia, porque, de facto, há aqui um conflito, o espaço é exíguo para as necessidades, e há aqui dois interesses antagónicos, o interesse de quem trabalha e de quem precisa de usar o transporte coletivo e os interfaces como apoio, e os locais, os residentes. E, de facto, nós aqui temos que vestir a capa da solução final, da solução estrutural, da solução que, aqui alguns colegas meus falaram, que é uma solução estratégica, que está subjacente, naturalmente, a este provisório da Praça de Touros de Algés e até lá, salvo melhor entendimento, nós achávamos que devia se manter, pelo menos, transitoriamente, com a condição de gratuidade que hoje beneficia.”-----

-----O **Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS)** observou o seguinte:-----

-----“Sobre estas duas propostas, já quase tudo foi dito, mas quero falar essencialmente de uma outra questão ligada com esta.-----

-----Nós temos em Oeiras, um sistema de taxação de parquímetros de segunda a sábado, e a grande maioria dos concelhos que nos rodeiam, têm uma prática de segunda a sexta, e era esse desafio que queria lançar ao Senhor Presidente, como ele costuma dizer, e eu estou de acordo, “só os burros é que não mudam”, como dizia o meu camarada, Mário Soares, portanto, acho que era bom pensar-se na alteração desta situação, admitindo, que nalguns pontos excecionais, pudesse haver taxação ao sábado, aos mercados, mas, no resto não vejo, hoje, razão para haver ...-----

-----Era o desafio que queria deixar, ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores, porque também têm aqui uma palavra a dizer.”-----

-----O **Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP)** fez a seguinte intervenção:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Só uma correção, Senhora Deputada Madalena Castro (U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias), o que referi aqui é que poderia acontecer com Oeiras, aquilo que se pretende pôr em prática, agora, com Paço de Arcos, foi isso que referi. Bem sabemos que são zonas completamente distintas, até pela densidade objetiva que compõe as áreas envolventes. Agora, no nosso entendimento, mantemos, exatamente, tudo o que dissemos anteriormente, é uma proposta que vai, ao arrepio da política ténue, mas da política que tem sido encetada, ou tem sido tentada encetar, de uma das maiores carências.-----

----- A questão aqui, passa muito por hábitos em termos de mobilidade, as pessoas têm hábitos e os hábitos são algo que demora a criar e, certamente, ao retirar uma zona de pagamento de interface, vai-se estar a quebrar um hábito e vai ser novamente difícil, no futuro, habituar as pessoas a isso, com todas as consequências que nós temos e tantas vezes falamos, e falou bem, na questão dos muitos automóveis que circulam e, provavelmente, estamos a contribuir para exatamente isso, quer dizer, é uma questão de se fazer contas. Pagar-se-á por quatro horas, dois euros e noventa, creio que foi isso que eu vi na tabela. Quem vai trabalhar, certamente, não vai ter lá o carro só quatro horas, ou precisaria que alguém lá fosse colocar novamente o ticket, ou, simplesmente, que é o que certamente vai acontecer, vai deixar de estacionar o seu carro na estação dos comboios e vai para o seu trabalho de carro, com as consequências que todos nós conhecemos, ao longo de anos e anos disto. -----

----- A proposta relativamente a Algés é, substancialmente, diferente e essa sim, votaremos favoravelmente.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Tenho estado com atenção a ouvir as intervenções, e esta questão da mobilidade, enfim, destas energias limpas, deixam-me sempre algum engulho, porque não posso esquecer, de

facto, tudo aquilo que se passou nesta Assembleia durante anos e anos em que, quer a Câmara, quer neste caso, também, o PSD, e alguns outros grupos, defendiam aquilo que era um projeto extraordinário, que era o SATU. Chamemos-lhes o que quiserem, não vale a pena, de facto, já oiço risos na sala, mas, naturalmente, não é de estranhar. E, aliás, mais uma vez, veremos que o futuro irá dar razão àqueles que, de facto, defendiam esse projeto. -----

-----Foi morto, esse projeto de mobilidade interessante, quanto à mobilidade da linha de Cascais, é aquilo que nós sabemos, já por várias vezes nesta Assembleia, foram aprovadas moções criticando o estado de degradação brutal em que a via está, e isto é culpa de todos os governos, ponto final, para não dizerem já mal do PSD, todos e, de facto, não houve uma aposta. E uma aposta que poderia haver, que era a privatização das duas linhas, assumindo, de facto, esta ligação, nunca foi feita. Nós estamos aqui a sofrer, obviamente, é também disso, não vale a pena, estarmos apenas a falar em estacionamento, estarmos a falar em lugares pagos de uma maneira, ou de outra, dissociando isso de transportes alternativos.-----

-----O certo é que, o que vemos, não é pelo facto da Parques Tejo ter facilitado esta tarifa no interface, que fomos, digamos, contemplados com melhoria na circulação da Linha de Cascais, as pessoas viajam como sardinha, sem condições, com riscos diários, objetivamente é isto. E portanto, pergunto, porque é que há de ser a Parques Tejo a suportar integralmente o custo da Parques Tejo, e os cidadãos, sem a mobilidade, exatamente, para não beneficiar de um sistema que se impunha, naturalmente, melhorado. Portanto, esta é uma realidade que, objetivamente, esta Assembleia tem consciência, já por várias vezes aqui estes problemas foram tratados e voltamos sempre ao mesmo, há uns que defendem o estacionamento pago na forma como é, outros criticam-no... Agora, objetivamente, e neste caso concreto e, deixando de lado o Parque em Algés, porque é distinto o que, é certo é que as condições daquela área em Paço de Arcos, também não são de forma, a podermos entender aquilo como um verdadeiro parque de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

interface, pelo seu número, pela sua localização. Melhor seria, a ser assim, que nesta Assembleia houvesse uma qualquer proposta de recomendação no sentido de encontrar uma solução alternativa que permitisse, de facto, a essas pessoas, até em consonância com a própria CP, com um passe que hoje, efetivamente, foi definido em condições preferenciais, como sabem, pelo Governo do Partido Socialista e, portanto, poderia haver até aqui uma conjugação, naturalmente, levando, inclusive, a própria Infraestruturas de Portugal, por exemplo, a coadjuvar a Câmara na construção de um parque, onde isto pudesse, de facto, ser feito de uma forma diferente. -----

----- Agora, meus amigos, continuamos a penalizar a Câmara que já se penaliza em termos financeiros, a Câmara que somos todos nós, atenção, pagando aquilo que o Governo Central, devia pagar, é as escolas, é os postos de polícia, é, enfim, um conjunto de equipamentos que nós assumimos, e quando digo nós, somos todos nós que estamos aqui, porque a Câmara tem dinheiro, exatamente, porque tem impostos, e tem impostos, porque somos nós que os pagamos e, portanto, era o mínimo de ver, por exemplo, as Infraestruturas de Portugal, interessadas até em aumentar o número de utentes dos seus transportes, participarem com a Câmara na construção de um parque, especificamente, para esse efeito. Agora, não peçam uma vez mais à Câmara e aos moradores daquele pequeno local, sacrifícios que eles não devem ter. -----

----- Conclusão, para não esgotar a paciência de Vossas Excelências, terminarei.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Acho, realmente, esta discussão muito construtiva e saudável, para aquilo que deve ser o desenvolvimento de políticas de ordenamento do território, de mobilidade do nosso Concelho e da Área Metropolitana de Lisboa. Por isso, não me vou referir, sequer, à questão das tarifas, é absolutamente, irrelevante. Sobre essa matéria, apenas vos direi, que temos das tarifas mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa. Portanto, não há nada a dizer, as tarifas são das

mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa, portanto, não é relevante. O que é relevante, aqui, é o problema da mobilidade e do estacionamento e, gostaria de lhes fazer aqui uma pequena introdução: sei que, particularmente, o grupo parlamentar do Partido Socialista, atribui qualidades miraculosas a este executivo e acha que nós somos capazes de resolver tudo de repente, aliás, ontem estava a ver o telejornal e vi uma notícia do administrador do Hospital de Almada, a dizer que o banco de urgências do hospital iria fechar, porque não tinham médicos e que, antes de junho, julho não podiam resolver o problema, porque tinham que desenvolver um procedimento para a contratação de médicos. Quero com isto dizer que, não é só a Câmara de Oeiras que tem dificuldade na contratação, o Governo, pelos vistos, também tem, porque a lei é a mesma e, não deixa de ser surpreendente, os trejeitos do Senhor Deputado Pedro Almeida (PS), quando quer manifestar a sua discordância com aquilo que a Senhora Presidente da União de Freguesias, estava a falar, como se, realmente, certas morosidades ocorressem aqui, não incorressem nos noutros sítios, o grau de exigência que tem com a Câmara de Oeiras deve ter, por maioria de razão, com o Governo da Nação.-----

-----Ora bem, há aqui uma questão fundamental e que, ao longo deste discurso, é por isso que estou de acordo com o Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU), estas discussões são de muita dignidade para a Assembleia, e são muito pedagógicas e construtivas, desde logo, porque vêm ao de cima, as contradições da mesma pessoa. É interessante, vermos a mesma pessoa, o mesmo deputado, defender políticas de mobilidade suave e, ao mesmo tempo, defender políticas duras de transportes. Ou seja, o mesmo deputado que defende a mobilidade suave, depois a seguir é o mesmo que está a defender a construção de parques de estacionamento junto às estações de caminho-de-ferro. Há aqui uma contradição extraordinária. A mobilidade é apenas no caminho-de-ferro? É levar os cidadãos para o caminho-de-ferro de carro? Nós temos é de criar condições de mobilidade dentro do Concelho, para que as pessoas se desloquem para as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estações, de autocarro ou a pé, em mobilidade suave, não, de carros. Portanto, a construção de parques de estacionamento junto às estações de caminho-de-ferro, os chamados interfaces, estava na moda há trinta anos. Há trinta anos era assim, porque não havia, realmente, os problemas de transporte que há hoje, portanto, hoje em dia já não é assim. -----

----- Aliás, devo lembrar-vos do seguinte: o problema do estacionamento é uma realidade atual, grave. É tão grave que não se resolve de um dia para o outro, mas não nasceu hoje. Porque dá a impressão que os problemas do estacionamento decorrem de políticas urbanísticas atuais. Ora bem, é um erro pensar assim, porque o problema do estacionamento decorre, sobretudo, do facto de, até meados dos anos oitenta, se terem construído muitos edifícios em todo o País e particularmente, na Área Metropolitana de Lisboa e aqui em Oeiras, sem qualquer estacionamento. O estacionamento que era criado, era na rua e, normalmente, era atribuído, quando era, um carro por fogo. Naturalmente que os prédios construídos a partir de meados dos anos oitenta, a maioria deles já têm estacionamento enterrado em cave, vamos lá ver se nos entendemos, são exceções, apenas nos centros históricos, é que pode aparecer às vezes um edifício ou outro, que por razões, digamos, de natureza cultural, se pretende preservar e não permite fazer estacionamento por baixo, porque em prédios novos todos têm estacionamento. Portanto, o que agravou o problema do estacionamento e, digamos, da carência de lugares de estacionamento, não foi a existência ou a inexistência de lugares de estacionamento, foi o aumento do poder de compra, da qualidade de vida dos portugueses, que fez com que famílias que não tinham nenhum carro passem a ter três e quatro, e que dá a tal média de dois vírgula seis que a Doutora Madalena Castro, a Senhora Presidente da União de Freguesias, referiu. -----

----- Ora bem, não se pode agora resolver, num curto prazo, aquilo que durante décadas se acumulou, se construiu e realmente não havia carros. A Revolução de Abril, veio trazer uma

nova realidade e a partir dos anos oitenta, aumentou o exponencial do parque automóvel e, portanto, obviamente, que há determinadas localidades, há determinadas áreas do nosso território, onde a densidade, de facto, é muita. Pensem na Figueirinha, ou em Carnaxide, no Bairro da Solátia que, naturalmente, cresceu muito e, portanto, muitos daqueles prédios não tinham estacionamento em cave e, obviamente, à medida que as pessoas puderam adquirir mais carros, hoje têm que os pôr nalgum lado. Portanto, temos zonas complicadas aqui no nosso Concelho. Mas, aquilo que nós temos que defender é a melhoria da oferta de transporte público no Concelho, quer o transporte intramunicipal, quer intermunicipal. Portanto, essa é a razão porque a Câmara está a investir, justamente, no COMBUS, no Shuttle para o Taguspark, é uma experiência, alguns até tentam ridicularizar, dizendo que são carros usados. Não, o estranho seria se tivéssemos carros por serem usados e os tivéssemos no estaleiro. Deviam era elogiar a Câmara Municipal, pelo facto de estar a fazer o aproveitamento adequado dos meios que tem, mas, como está a ser um sucesso, no próximo ano, a Câmara irá reforçar com autocarros novos esse Shuttle que vai ligar ao Taguspark. Inclusivamente há empresas que até se dispõem a compartilhar com a Câmara Municipal nessa despesa. -----

-----Portanto, aquilo que nós temos que investir, e isto é um investimento a médio, longo prazo, é na criação de condições para que haja melhores transportes públicos dentro do Concelho, e que sejam capazes de transportar as pessoas, naturalmente, seja de transporte público, seja através de ciclovias, naturalmente, o transporte oferta da Câmara. Tudo isso crie condições para coletar os passageiros, as pessoas, para as estações de caminho-de-ferro. Ou para estações de caminho-de-ferro, ou outras paragens de autocarros que fazem o transporte interurbano. Mesmo assim, obviamente que é necessário construir estacionamento. -----

-----Devo dizer-vos que, quem acompanha as redes sociais, nós sabemos que há sempre os fundamentalistas destas coisas, verifica que cada vez que a Câmara anuncia a construção de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um viaduto, ou a construção de uma estrada, ou a construção de um novo estacionamento, as críticas são mais que muitas. Curiosamente são mais as críticas, por acaso eu tenho visto, mais ou menos, noventa e nove por cento das críticas são de fora do Concelho (não são do Concelho), mas a maioria dessas críticas, são contra a construção de parques de estacionamento, porque dizem que estamos a fomentar o uso do automóvel, logo, o melhor a fazer é não permitir mais parques de estacionamento, que é para as pessoas não poderem utilizar o automóvel. Bom, a verdade é que, seja a utilização do automóvel elétrico, seja a utilização de mais transporte público, não se faz de um dia para o outro, vai-se fazendo, paulatinamente. As mentalidades vão mudando, os hábitos das pessoas também e, portanto, naturalmente, que não é assim com o estalar de dedos que as coisas mudam. E essa é a razão, porque nós estamos a intervir neste momento, em várias dimensões. Na dimensão da mobilidade, construindo, por exemplo, várias ciclovias. Foi adjudicada, e não estamos a falar de umas centenas de milhares de euros, estamos a falar de milhões de euros em ciclovias, portanto, ainda recentemente foi adjudicada há pouco tempo por um milhão e quatrocentos, um milhão e meio de euros, a ciclovia vai de Paço de Arcos ao Lagoas Park. Temos mais umas três ou quatro em vias de abertura de concurso, de Queijas a Valejas, de Vila Fria a Leceia, portanto, estamos a falar num investimento em ciclovias, na ordem dos quatro milhões de euros, nos próximos três anos.-----

----- Por outro lado, temos que construir estacionamento. Não, para resolver todos os problemas de estacionamento, ou junto às estações de caminho-de-ferro, mas carências, porque o automóvel nunca vai desaparecer, vamos lá ver. As pessoas, naturalmente, que podem, cada vez mais utilizar transporte público, devo-vos dizer, hoje, quando vou a Lisboa, nunca levo o meu carro, vou de táxi, de Uber, ou vou de autocarro, já não me atrevo a ir de carro e, portanto, é natural que as pessoas vão mudando os seus hábitos. -----

-----Mas vamos aos estacionamento. Lamento que, às vezes, os senhores deputados não conheçam bem o Concelho. Não o conhecem bem, e depois falam como se o conhecessem, aliás, surpreendo-me sempre, ainda há pouco tempo fizemos, a propósito, todos os senhores deputados estavam aqui e bem entusiasmados com a passagem da Estação Agronómica Nacional para a Câmara. E, convidei a população de Oeiras a visitar a estação para verem o estado em que estava para, depois, daqui por um ano voltarem lá, ou daqui a dois, etc.. Só lá vi dois deputados, estavam lá centenas de pessoas, foi uma coisa extraordinária. Até me deu para fazer um improvisado, quando vi lá tanta gente, até pensei, “não pode desperdiçar esta oportunidade de falar às pessoas, manda-me lá pôr um microfone”, e mandei lá pôr o microfone junto à Cascata do Taveira e, portanto, acabei por me dirigir ali às pessoas, porque, realmente, acho que o devia fazer. E, portanto, é preciso andar no território. Vamos à estação de Oeiras, não há carência de estacionamento, para quem quer ir de carro para a estação de Oeiras. Os senhores deputados não estão a ver o problema, há um parque de estacionamento sempre vazio, a duzentos metros da estação. Está sempre vazio. É preciso é ir lá ver. Portanto, o problema não é em todo o lado, não é uma generalização. -----

-----Por outro lado, há um plano estratégico da Parques Tejo que, realmente, já caducou, já está ultrapassado, mas está em elaboração um novo plano estratégico, mas, independentemente do plano estratégico da Câmara, naturalmente, a nossa capacidade miraculosa não dá para fazer tudo, como lhes digo, este Executivo comprometeu-se a levar por diante um auditório em Linda-a-Velha e, seis meses depois, já me perguntavam “onde é que estava o auditório”. Como sabem, é preciso fazer... Olhe, está ali o Senhor Presidente da Junta do Porto Salvo a rir-se, foi agora adjudicado, ou vai ser adjudicado, o projeto de execução, que foi preciso fazer estudo prévio, agora vai ser o concurso para o projeto de execução do Rossio de Porto Salvo e, vamos lá ver, se neste mandato conseguimos iniciar a obra, portanto, nós sabemos que os procedimentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

burocráticos são muito complicados. Mas em relação aos parques de estacionamento, a Câmara tem um plano estratégico, por exemplo, já foi adjudicado o parque de estacionamento do Parque dos Poetas, trezentos e trinta, ou trezentos e quarenta lugares, penso que estará, pronto, lá para junho do próximo ano, o Engenheiro Melo diz que, em março ou abril, mas eu acho que em junho é uma boa altura para inaugurar, são trezentos e tal lugares.-----

----- Está também em vias de abertura do concurso, para abertura do parque estacionamento do terminal rodoviário aqui de Paço de Arcos. E estão neste momento em fase de estudo prévio, o parque de estacionamento do Quintal Desportivo em Carnaxide, para trezentos e tal lugares. Está concluído o estudo prévio, para o parque de estacionamento e praça nas traseiras da Carolina Michaelis, junto ao Lidl, para quinhentos e quarenta lugares de estacionamento. O Largo Leonor Faria Gomes também está em andamento o estudo prévio para duzentos e poucos lugares ou cento e oitenta lugares. Avenida da República em Algés, noventa e cinco e vinte lugares, não está ainda bem definido, porque depende se vai ter três pisos ou se vai ter cinco, se for enterrado abaixo do nível da Avenida da República, como sabem, ao lado da Escola Sofia de Carvalho, tem um grande desnível, dependendo dos lugares. Em Oeiras, também está previsto um parque estacionamento nas traseiras da Verney, em cave, e que também poderá vir a ter trezentos a quatrocentos lugares. Algés, não é apenas a Praça de Touros, que vai ser muito maior do que é hoje os seus limites, porque na Avenida dos Bombeiros Voluntários vai fazer uma inflexão onde é hoje a serralharia civil, e a rotunda atual passará a fazer-se debaixo dos pilares da CRIL, imaginem, portanto, o espaço que liberta em frente ao mercado, vai ser, de facto, uma grande praça. Ainda este ano, penso que, no próximo mês de Novembro, iremos ter uma reunião com alguns mestres da arquitetura, para nos darem algumas ideias de como devemos levar por diante aquele processo, porque pretendemos fazer um concurso de ideias para aquela zona e,

para terem uma noção, estão previstos, no mínimo, seiscentos lugares de estacionamento, em cave, naquela zona. Estes seiscentos lugares de estacionamento irão resolver o problema da necessidade de estacionamento da Baixa de Algés, mas, mais uma vez, gostaria de dizer o seguinte: o nosso objetivo não é, com estes estacionamentos, servir os utentes do caminho-de-ferro, é servir aqueles que utilizam o comércio, os serviços e, naturalmente, habitação, residência no Concelho. Algés tem que ser valorizado, por isso mesmo vai haver uma intervenção de conforto urbano na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, na Rua Luís de Camões, na Ernesto da Silva, todos aqueles pavimentos vão ser modificados, os passeios vão ser mais suaves, revestidos a granito, justamente, para dar mais conforto às pessoas e para quê? Para se revitalizar o comércio, Algés é, de facto, um espaço comercial extraordinário e pretendemos que, com a garantia de estacionamento, seja favorecido o comércio.-----

-----Aliás, a razão, e indo de encontro, respondendo àquilo que o Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) referiu, obviamente que o estacionamento na antiga Praça de Touros, que é um estacionamento provisório, podia ser gratuito. Eu não tinha nada contra isso, o problema é que se for gratuito, deixa de servir Algés, deixa de servir o comércio, porque será ocupado por todos aqueles que hoje, muitas vezes, até já vão de autocarro apanhar o comboio e, tendo ali estacionamento, passariam a estacionar lá, para ir apanhar o comboio à estação, portanto, aquele estacionamento é fundamental para a vitalidade do comércio de Algés e, portanto, se for gratuito as pessoas estacionam o dia inteiro e quem quiser ir fazer compras, não tem onde estacionar, de maneira que também tem essa função. De maneira que, é muito difícil conciliar os interesses de quem vai para o comboio e de quem vai para fazer compras. Agora, o que posso dizer é que, no conjunto, nós temos, em termos de estacionamento, previstos, perto de dois mil lugares de estacionamento em meio urbano. Naturalmente, não vai ser a Câmara, se há um ou outro que pode ser construído pela Câmara, o nosso objetivo é abrir um concurso de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

concessão para, no género do que se fez com o de Parque de Miraflores, como sabem há em Miraflores um parque com trezentos e tal lugares, trezentos e quarenta ou trezentos e cinquenta, há outros parques que foram construídos pela Câmara, mas de menor dimensão, é o caso daquele junto aos Bombeiros de Oeiras, ou no Mercado de Queijas, ou o do Centro Cívico de Carnaxide e, portanto, pequenos parques que poderão ser construídos pela Câmara. Parques de maior dimensão, deverão ser concessionados e, portanto, estamos a preparar, justamente, todo o procedimento para ver se ainda este ano abrimos esse concurso para as concessões. -----

----- Por outro lado, gostaria, ainda, de dizer o seguinte: vi há pouco quando o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD), e aqui é que está a contradição, falou no SATU, alguns sorrisos à esquerda, uns sorrisos, assim, nervosos. Não deixa de ser estranho esse sorriso, porque, na realidade, o SATU, é um bom exemplo, fracassou, por razões que não dizem respeito ao Município, mas há de ser levantado, com esse nome ou com outro qualquer, é irrelevante, mas que o modo de transporte, em sítio dedicado que ligue a Estação de Paço de Arcos ao Cacém, é fundamental, e é uma das intervenções mais importantes em termos de transporte dos últimos cinquenta anos, se forem capazes de dar, excluindo o Metropolitano de Lisboa, naturalmente se me derem algum exemplo de um município que tenha tido alguma ideia como esta, eu retiro aquilo que disse e, portanto, não deixa de ser surpreendente que é um modo de transporte ecológico, limpo, elétrico, portanto, tem todas as características daquilo que é hoje defendido como mobilidade suave, amigo do ambiente, etc.. De maneira que não percebo esses sorrisos. Mas pronto, posso ficar surpreendido, porque, na realidade, faz-me lembrar muitas outras coisas que já foram feitas neste Concelho e que depois, todos foram responsáveis, menos o Presidente da Câmara, todos meteram a mão, todos tiveram influência, o Presidente da Câmara é que não teve nada a ver com o assunto, mesmo que a proposta tenha sido dele e, portanto...

exatamente... e que faça o esforço para encontrar os recursos necessários. -----

-----A questão do estacionamento de segunda a sexta é um assunto que podemos analisar isso, e admito, que há determinadas zonas do Concelho, onde talvez não faça sentido, realmente ao sábado, admito que sim, mas, por exemplo, Algés, onde haja movimento, mercado, comércio, etc., aí faz todo o sentido.-----

-----Portanto, a terminar senhoras e senhores deputados, o que eu vos posso dizer é que este assunto do estacionamento é um assunto importante que merece a preocupação e a reflexão da parte da Câmara Municipal e de todos nós, mas não tenhamos ilusões, que não tem solução e, portanto, seria demagógico (e é demagógico), quem pense que o problema do estacionamento se resolve, aliás, o Partido Socialista, nos municípios onde lidera não está em melhor situação do que Oeiras, em matéria de estacionamento. De maneira que, às vezes, quer-se que os outros façam milagres, mas onde nós temos responsabilidades, não os fazemos, de maneira que, basta olhar para as câmaras municipais nossas vizinhas, liderada por outros partidos políticos e dê-me lá, qual é o exemplo que, eventualmente, estará melhor do que Oeiras.-----

-----Portanto, é um assunto sério, não é um assunto para dizer que se resolve demagogicamente, não é assunto para resolver amanhã, é preciso ir resolvendo, porque a construção de novos parque estacionamento demora tempo, é preciso fazer projetos, é preciso fazer concursos para as empreitadas, é preciso tudo isso, é preciso mudar mentalidades, é preciso sensibilizar as pessoas para que utilizem mais o transporte público, mas é preciso que o transporte público corresponda às necessidades e às aspirações das pessoas, é preciso que o transporte público cumpra horários, que não estejam uma hora à espera, porque aí depois vão buscar o carro, portanto, há muita coisa, realmente, a melhorar. E, não deixa de ser um exercício de masoquismo de algumas pessoas, responsabilizar as câmaras municipais pela questão de transportes, quando as câmaras municipais nunca tiveram qualquer responsabilidade dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

transportes. É estranho, quer dizer... Uma responsabilidade que foi dos Governos até há um ano e pouco, nunca o resolveram, e agora pretendem que as câmaras municipais resolvam tudo aquilo que o ^Governo não resolveu em cinquenta anos. Portanto, não sejamos masoquistas, vamos dar todos, o nosso contributo, para que as coisas melhorem, vamos todos fazer um esforço e todas as ideias, naturalmente, são bem-vindas, mas vamos lá ver, quer dizer, temos que dar, assacar as responsabilidades a quem as tem e se Portugal, e designadamente Área Metropolitana de Lisboa, tem um sistema de transportes deficiente, miserável, que não é cómodo, deve-se ao desinvestimento que os sucessivos governos fizeram em matéria de transportes. Aliás, veja-se o que é a linha do Estoril. A linha do Estoril que em tempos foi uma coqueluche dos caminhos-de-ferro, hoje é aquilo que se vê, e a responsabilidade por isso, não são das câmaras municipais, não é da Câmara de Lisboa, Cascais ou Oeiras, são dos governos, os vários governos. E isso aí, digamos, que enfia a carapuça, todos os partidos políticos que têm governado.” -----

5.3.3. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Irina Dias Lopes, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho, Rosa Maria Soares da Fonseca e Deolinda Filomena Pedroso Pereira de Barros), cinco do Partido Socialista (Dinis

Penela Antunes, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Luís Filipe Pereira Santos e Maria da Graça Rodrigues Tavares) e dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), e com seis votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Maria Joana Marques Gomes da Silva), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -----

-----Os Senhores Deputados Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta e Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 128/2019**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 756/19 – DMAG/GAEP – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE ESTACIONAMENTO NAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DE OEIRAS – ALTERAÇÃO DA TAXA DE PAGAMENTO NO LARGO LEONOR FARIA GOMES, EM PAÇO DE ARCOS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e cinquenta e seis barra dezanove, a que se refere a deliberação número vinte e três da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e quatro de setembro de dois mil e dezanove e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente e dois do Partido Social Democrata e com seis votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a alteração ao Regulamento Geral de Estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada de Oeiras - Alteração da taxa de pagamento no Largo Leonor Faria Gomes, em Paço de Arcos, de acordo com os limites do plano, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

5.3.4. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Irina Dias Lopes, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho, Rosa Maria Soares da Fonseca e Deolinda Filomena Pedroso Pereira de Barros), cinco do Partido Socialista (Dinis Penela Antunes, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria

Carolina Candeias Tomé, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Luís Filipe Pereira Santos e Maria da Graça Rodrigues Tavares), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte) e um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), e com cinco votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Maria Joana Marques Gomes da Silva), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). -,-----

-----Os Senhores Deputados Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta e Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 129/2019** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 757/19 – DMAG/GAEP – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE ESTACIONAMENTO NAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DE OEIRAS – ALARGAMENTO DA ZEDL DE ALGÉS À PRAÇA DR. MANUEL MARTINS (PRAÇA DE TOUROS)** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e cinquenta e sete barra dezanove, a que se refere a deliberação número vinte e quatro da Reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e quatro de setembro de dois mil e dezanove e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, dois do Partido Social Democrata e um do Centro Democrático Social-Partido Popular e com cinco votos contra, sendo três da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Coligação Democrática Unitária, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a alteração ao Regulamento Geral de Estacionamento nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada de Oeiras - Alargamento da ZEDL de Algés à Praça Doutor Manuel Martins (Praça de Touros), conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

5.5. Proposta CMO N.º 786/19 – DMAG/DFP/DP – Desafetação de parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município de Oeiras, sita em Talaíde – Porto Salvo (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

----- O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) disse o seguinte: -----

----- “Só para dizer, que o objetivo desta desafetação é apenas aumentar a capacidade construtiva de um dos lotes, portanto, o Bloco votará contra.”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só uma nota: estamos aqui a falar de cento e oito metros quadrados que estão aqui a um canto, e que em vez de estar a dar despesa à Câmara Municipal, vai dar um pequeno... É para integrar num lote privado, obviamente, porque, na realidade, a Câmara Municipal não tem nenhum interesse em ter terrenos destes, ao lado de uma estrada, que ninguém trata, é mato, e que passa a ser tratado devidamente. -----

----- Não vai contribuir para qualquer potencial construtivo, apenas passa a ser cuidado pelo privado.”-----

5.5.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por

maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Irina Dias Lopes, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho, Rosa Maria Soares da Fonseca e Deolinda Filomena Pedroso Pereira de Barros), cinco do Partido Socialista (Dinis Penela Antunes, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Luís Filipe Pereira Santos e Maria da Graça Rodrigues Tavares), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Maria Joana Marques Gomes da Silva), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), com um voto contra do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto). -----

-----Os Senhores Deputados Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta e Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 130/2019** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- PROPOSTA C.M.O N.º 786/19 – DMAG/DFP/DP – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, SITA EM TALAÍDE, PORTO SALVO -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número setecentos e oitenta e seis barra dezanove, a que se refere a deliberação número treze da Reunião da Câmara Municipal, realizada em nove de outubro de dois mil e dezanove e deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com um voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar a desafetação da parcela de terreno, com a área de cento e oito metros quadrados, do domínio público para o privado, a qual confronta a norte com lote vinte, do alvará de loteamento número seis, de dois mil e seis e Estrada de Talaíde, a sul com Estrada de Talaíde, número noventa e seis, a nascente com lote vinte, do alvará de loteamento número seis, de dois mil e seis e Estrada de Talaíde, número noventa e seis e a poente com Estrada de Talaíde, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.”-----

5.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 828/19 – DMAG/DFP/DP – relativa à Concessão do direito de uso privativo de espaço público, para a instalação de 42 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----

----- A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) disse o seguinte: -----

-----“Gostaria de fazer umas considerações relativamente a esta proposta. -----

-----A defesa da mobilidade elétrica nos termos em que tem vindo a ser feita reside no facto do lítio ser uma matéria-prima obtida através da mineração com grandes riscos e impactos ambientais associados. A mobilidade elétrica é apenas uma parte de uma política estrutural e abrangente de combate às alterações climáticas e descarbonização da economia. -----

-----O PAN considera que a mobilidade elétrica não deve ser politicamente valorizada como uma medida isolada, mas antes como parte integrante de uma política estruturante e abrangente de combate às alterações climáticas e descarbonização da economia, e um elemento de complementaridade e de interligação de políticas sectoriais como, por exemplo, a política de cidades e de urbanismo. -----

-----A mobilidade elétrica terá necessariamente de ser articulada com outras políticas sectoriais igualmente importantes entre as quais o desenvolvimento da qualidade de oferta de transporte público e o desenvolvimento de uma política de cidades que potencie e estimule as deslocações suaves e diminua os movimentos pendulares entre os centros urbanos e as periferias suburbanas. -----

-----O PAN privilegia outra alternativa tecnológica à bateria de lítio, o hidrogénio. O hidrogénio tem amplas vantagens ambientais sobre as baterias de lítio. Os veículos movidos a hidrogénio não carecem de baterias, pois o veículo gera a sua própria eletricidade a partir da reação eletroquímica resultante do contacto do hidrogénio com o oxigénio. O hidrogénio é um elemento químico que está presente em qualquer parte do mundo logo qualquer país região ou cidade é autossuficiente em matéria-prima. -----

-----A tecnologia da aplicação do hidrogénio dispensa a existência de estruturas de transporte evitando, assim, os impactos ambientais associados a construção dessas estruturas e tem ainda a vantagem prática de fazer com que o abastecimento do veículo seja tão rápido como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o abastecimento de um depósito de gasolina ou gasóleo e também pode ser aplicado a veículos pesados.---

----- Posto isto, gostaria de perguntar como chegaram ao número de quarenta e dois pontos de carregamento? Qual foi o critério e se foram efetuados estudos de viabilidade económica e de utilização? Se sim, quais as entidades.”-----

----- **O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP)** referiu o seguinte: -----

----- “Antes de mais quero, de alguma forma, congratularmo-nos, a todos, porque já o CDS tinha levantado esta questão aqui na Assembleia Municipal, do para quando, e parece que, finalmente, chegou o quando. Como é óbvio é algo que nos apraz registar pese embora relativamente a alguns municípios, nomeadamente Cascais, estejamos atrasados nesta matéria mais de dez anos. De todo o modo é de saudar esta iniciativa.-----

----- Houve aqui algumas questões que foram levantadas e que foram colocadas pela Senhora Deputada do PAN, técnicas que eu não irei entrar em detalhe, mas que acompanho nalgumas matérias, nomeadamente a questão do hidrogénio e dos motores a hidrogénio que serão, sem dúvida alguma, mais limpos.-----

----- A questão do lítio, não irei entrar por aí, porque temos lítio “everywhere” basicamente, nos telefones, nos computadores, temos lítio em todo o lado e, certamente, como sempre acabaremos por encontrar outro tipo de alternativas, neste momento é as que existem. ---

----- Relativamente à questão do porquê dos quarenta e dois carregamentos. É uma questão que já foi colocada, como eu disse aqui, e que nós reforçamos porque era algo que nós gostávamos de perceber como é que se chegou a este número e se este número é para expandir e em que zonas do Concelho.” -----

----- **A Senhora Deputada Ana Beça (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Esta proposta de deliberação prende-se com a concessão para a instalação de quarenta e dois pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, no Concelho de Oeiras.

-----É interessante verificar que existe todo um percurso a nível de políticas públicas, realizado em Portugal, em contexto Europeu, desde há uns anos a esta parte, senão vejamos: -----

-----Inicialmente numa Resolução de Conselho de Ministros, em dois mil e nove, foi criado um Programa para a Mobilidade Elétrica em Portugal, que teve por objetivo a introdução e consequente massificação da utilização do veículo elétrico (estávamos em dois mil e nove). Mais tarde o Decreto trinta e nove, de dois mil e dez, estabelece como uma das principais linhas de modernização estrutural do País liderar globalmente a introdução da mobilidade elétrica através dos novos veículos elétricos. Este decreto foi alterado por uma Lei em dois mil e onze e um decreto subsequente em dois mil e doze e mais tarde sai a Lei noventa de dois mil e catorze, de onze de junho e este decreto-lei ‘procede à regulação da organização, do acesso e do exercício das atividades de mobilidade elétrica e à criação das condições jurídicas indispensáveis para o estabelecimento de uma rede de mobilidade elétrica’. -----

-----Nesse mesmo ano (dois mil e catorze), a nível Europeu, foi aprovada a Diretiva noventa e quatro do Parlamento Europeu e do Conselho, em outubro de dois mil e catorze, relativa à criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos. Esta Diretiva estabeleceu um quadro comum de medidas visando minimizar a dependência em relação ao petróleo e mitigar o impacto a nível do ambiente por parte dos transportes. Estabeleceu também requisitos mínimos para a implementação da infraestrutura de combustíveis alternativos, tais como, pontos de carregamento de veículos elétricos, gás natural e hidrogénio. -----

-----A Diretiva estabelece que os Estados-Membros deverão assegurar a instalação de pontos de carregamento elétrico acessíveis ao público que proporcionem uma cobertura adequada, a fim de permitir a circulação de veículos elétricos pelo menos em aglomerações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

urbanas/suburbanas, e que o número desses pontos de carregamento deverá ser estabelecido tendo em conta a estimativa do número de veículos elétricos registados até ao termo de dois mil e vinte. -----

----- Com o Decreto noventa de dois mil e catorze, já referido anteriormente, deu-se mais um passo em direção a uma mobilidade inteligente e anteciparam-se as principais questões levantadas pela Comissão Europeia no Pacote sobre Energia Limpa para os Transportes. -----

----- Este executivo municipal, em linha com o seu programa eleitoral sufragado, estabelece e implementa políticas públicas que refletem as suas preocupações, e mais concretamente estas dizem respeito a segurança energética - mediante uma utilização mais eficiente dos recursos e da energia; a implementação de um sistema de transportes competitivos, ecológicos e económicos em recursos, preocupações com a redução da pegada ecológica, e estabelecimento e cumprimento de metas. Penso que Oeiras, e aqui poderão esclarecer melhor, também deve subscrever, como é natural, o compromisso assumido no âmbito do Acordo de Paris, por parte da União Europeia, no sentido de reduzir as emissões de dióxido de carbono em pelo menos quarenta por cento, até dois mil e trinta. -----

----- Por último, a substituição do combustível fóssil como fonte única de energia para os transportes, contribuindo para a descarbonização da economia. -----

----- Desta forma e em linha com a votação em reunião de Câmara vamos, naturalmente, votar favoravelmente esta proposta.” -----

----- **A Senhora Deputada Carolina Tomé (IOMAF)** disse o seguinte: -----

----- “Como sabemos as energias alternativas menos poluentes têm uma evidência crescente no mercado quer nacional, quer internacional. O que está em causa são as preocupações ambientais e, nesta senda, têm vindo a ser disseminadas novas tecnologias para o

uso de veículos elétricos e combustíveis mais sustentados. Assim, esta passou a ser uma prioridade na agenda política do País e dos municípios. -----

-----O Município de Oeiras pretende apostar na instalação de quarenta e dois pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em locais de acesso público no Concelho, tendo para isso que abrir um concurso público. Pensamos que este investimento é uma mais-valia para Oeiras e para os munícipes, na medida em que se está a apostar na melhoria da sua qualidade de vida, ao reduzir a dependência energética no setor dos transportes.” -----

-----O Senhor Deputado Daniel Branco (CDU) interveio, dizendo o seguinte:-----

-----“Creio que esta é uma medida que, para todos nós, é urgente e importante ser tomada. Já aqui foi colocada uma questão que me parece fundamental, é sabermos quais as localizações em que estes pontos irão ficar e também gostaria de saber qual a previsão que a Câmara faz relativamente ao crescimento do parque automóvel elétrico no Município.-----

-----Neste relatório feito sobre as alterações climáticas é nos dito que, atualmente, há cerca de seiscentos e quatro carros por mil habitantes no nosso Concelho, o que é um número exageradíssimo. Creio que isto se deve muito a uma situação que é de muitas empresas de renting estarem aqui sediadas e, como tal, têm que ter o registo dos carros em Oeiras e isto aumenta também o número. Mas é, de facto, um número bastante grande e era importante sabermos que perspectivas é que temos. -----

-----Os problemas que aqui foram colocados sobre novas soluções, sobre o hidrogénio, são soluções que, seguramente, terão que ser analisadas no futuro. A verdade é que continuamos a viver com os combustíveis fósseis, continuamos a andar com todas estas situações e era particularmente importante vermos de que modo é que isto iria avançar e também de que modo é que a própria Câmara, naquilo que fossem as suas decisões relativamente a parque automóvel e à possibilidade que tem de incentivar estas situações, o que está a fazer e o que está a pensar para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

melhorar aquilo que é a situação que se vive em termos de poluição de CO Dois no Concelho.”--

----- O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) referiu o seguinte:-----

----- “Esta é, de facto, uma área em que o Município ficou para trás. Não é uma questão de opinião, é uma questão objetiva. Olhando para o mapa dos carregadores na Área Metropolitana de Lisboa, vemos em Oeiras uma ilha de ausência de carregadores e isso é uma dificuldade que foi criada a muitos potenciais utilizadores munícipes que queriam, e querem, aderir exatamente a essa mudança de paradigma energético e que não podiam fazer no seu Concelho e essa responsabilidade é deste Presidente, menos do que do anterior, mas é dos dois Presidentes de Câmara que deixaram que Oeiras ficasse para trás neste aspeto da política municipal. Mas, mais vale tarde do que nunca e a proposta surge. E surge de uma forma compreensiva e aí assinalo como positivo, é fácil entender os critérios utilizados para a instalação destes quarenta e seis e parecem estar, digamos, ajustados do ponto de vista daquilo que é a racionalidade de utilização do território por parte dos municípios e por quem nos visita. Ainda assim esperávamos que esse critério pudesse ser acompanhado com um estudo onde pudéssemos encontrar dados sobre a evolução, pelo menos os últimos cinco anos, do número de utilizadores de carros elétricos no Concelho e se fosse possível uma avaliação prospetiva, também, desses utilizadores para que nós pudéssemos perceber se este número de carregadores é suficiente e qual é a perspetiva para o futuro para novos concursos, mas consideramos que este é um bom começo. -----

----- Esta matéria da mobilidade elétrica e, sobretudo, das políticas de eficiência energética, que têm um pergaminho no passado que nós elogiamos e, aí sim, estamos a falar já de há mais de dez anos quando foi criada no Município a Agência Municipal Oeingerge, de eficiência energética que, de facto, deixou um legado e, aí sim, nessa altura nós tivemos a

capacidade de criar, ser progressistas e termos exemplos, mas houve uma decisão que foi tomada tragicamente no nosso entendimento e aliás, fomos a única força política que, na altura, votou contra a extinção da OEINERGE, que retirou, naturalmente, um peso específico que esta estrutura tinha, não só por aquilo que era o “know-how” adquirido mas também por aquilo que representava em termos de articulação com boas práticas que hoje já são uma prática comum na Europa e, naturalmente, noutros municípios e que retirou força e peso das políticas de eficiência energética na agenda municipal.-----

-----Esperamos que esta decisão, que a concretização destes carregadores seja o retomar desta prioridade de uma forma mais consistente. Gostaríamos que também já fosse possível a Câmara Municipal explicar por que razão não há aqui a par desta proposta, uma indicação clara sobre os veículos dos serviços municipais de postos de carregamentos ao dispor desses serviços municipais e como é que isso pode ser articulado com esta rede que está a ser criada. -----

-----Também a ideia de que, relativamente, a nova construção que possa acontecer no Município de novos edifícios, de que maneira a Câmara pretende garantir que haja logo essa pré-disposição para que esses edifícios possam disponibilizar aos seus utilizadores, desde logo, essa possibilidade de carregamento de viaturas elétricas. Julgo que temos toda a vantagem em, a partir desta decisão, conseguirmos já ter uma visão mais estruturante, mais estratégica na conversão dos nossos modelos de consumo energético para modelos de consumo energético que não sejam emissões de carbono e dessa maneira mais amigos do ambiente. E, também, mais consonantes com aquilo que se objetivos comuns europeus/nacionais a este nível que já estão estabelecidos e que em relação aos quais nós também estamos vinculados. -----

-----Esperamos por isso, e esse também um tópico, que vamos, seguramente, tratar no debate que segue e que teremos numa das próximas sessões sobre o Orçamento Municipal, que seja reposto o corte que foi feito nestas matérias das políticas municipais energéticas no anterior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

orçamento, porque claramente, como é hoje bom de ver, esta tem de ser uma prioridade não só do Município de Oeiras, mas de todo o País e em tudo o que sejam políticas que vão nesse sentido, o PS estará, necessariamente, ao seu lado e onde tem responsabilidade, como já tem demonstrado a puxar mais possível para que essas políticas sejam uma realidade no nosso País.”

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, eu ia-lhe pedir um pouco da sua paciência se eu ultrapassar o tempo que me está destinado. -----

----- Vou repartir a minha intervenção em duas áreas. A primeira é manifestamente uma resposta direta ao que o representante do Partido Socialista, o Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) acaba de dizer. Isto porque acho uma extraordinária injustiça e farisaísmo ao dizer que o Município ficou para trás nesta questão elétrica e que a culpa é deste Presidente. Eu não tenho procuração deste Presidente, mas sei o que este Presidente e o que esta Câmara fez em termos de mobilidade suave, em termos de utilização de veículos elétricos e já hoje aqui foi falado do SATU. Portanto, o PS e alguma esquerda que foram nesta Assembleia os coveiros desse projeto interessante, que acabou depois por morrer por outras razões, é certo, de ordem financeira, mas que representava na altura na área de Lisboa, quando ainda nem sequer se pensava em carregadores elétricos e acho que a Tesla nem sequer ainda existia, passo a publicidade, para, de facto, não estarem de acordo com um projeto deste tipo. Isto tem que ser dito e os senhores deputados quer queiram, quer não, têm que o ouvir.-----

----- Como sabe, eu, durante muitos anos não pude falar por outras razões, felizmente neste caso agora estou liberto e de digo que, de facto, foi uma pena a Câmara não ter conseguido ir avante, não por vontade própria, porque por vontade dela iria, mas, muitas vezes, porque, de facto, aqui ouviram-se, realmente, comentários perfeitamente injustificados contra aquilo que era

aquilo que hoje os senhores defendem, o tal transporte, o tal recurso à eletricidade. Posto isto dizer o seguinte:-----

-----O caminho faz-se caminhando, costuma-se dizer e este é um caminho, mas não é o caminho. Quer queiramos, quer não, neste momento, está na ordem do dia e que, de facto, é moda a mobilidade elétrica, os carros elétricos, os carregamentos, a eletricidade, esquecendo-se as pessoas que, de facto, objetivamente, aliás, a Senhora Deputada do PAN, já o disse, que a eletricidade podendo ser boa tem, no entanto, problemas complicados na medida em que continua a depender de combustíveis fósseis na maioria dos casos. Em Portugal já não tanto, mas no mundo em geral, é assim que acontece e eu não quero amanhã pensar numa cena em que é um gerador elétrico a carregar um posto de carregamento para criar eletricidade onde não há, não quero chegar a esse ponto. Ora bem e, portanto, este é um caminho e a Câmara, de facto, se calhar, na minha opinião, até foi depressa demais. Isto porque, se calhar, esperava mais cinco ou dez anos e aguardava que viesse o hidrogénio, porque, como disse a senhora deputada, é, de facto, o hidrogénio a energia do futuro. -----

-----Eu queria deixar-lhes aqui uma nota que passo a citar de um senhor chamado Roland Folger, que é só o Presidente da Mercedes na Índia, em resposta a uma diretiva do Governo Indiano que vai obrigar que todas as empresas na Índia, a partir de dois mil e trinta, utilizem apenas energia elétrica. E este senhor diz isto: “Poderá o governo investir milhares de milhões de dólares na construção de estações de carregamento e respetivas infraestruturas? Se não, quem pagará a conta? Certamente não será o setor privado e mesmo que o Governo reúna os fundos necessários valerá tão grande esforço só para conseguir reduzir ligeiramente a poluição?”. Diga-se desde já que o hidrogénio que é hoje já utilizado em viaturas comercializadas por algumas marcas, e passo a publicidade, como a Hyundai, a Honda e a Toyota. Portanto, este é o caminho. Agora, de facto, a eletricidade é melhor do que o que nós temos neste momento, é um facto. Mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

isto significa que a Câmara está atrasada? Se calhar, como digo, a Câmara fez no momento certo o investimento que entendia e depois desta minha intervenção, eu tomo a liberdade de perguntar ao Senhor Presidente, dentro deste novo conceito de elétrico. Por acaso a Câmara já pensou em novos edifícios, se calhar já pensou eu é que desconheço e se assim for eu fico a conhecer, que se venham a construir impor ou dar alguma possibilidade aos investidores de criarem pontos internos dentro do condomínio de carregamento de veículos próprios, ainda que isso depois permitisse alguma diminuição de encargos ou de licenças? Também podia ser uma solução, que já não era do encargo da Câmara, mas era do encargo dos privados, que tinham ali uma mais-valia para depois vender os seus apartamentos a quem interessasse. Portanto, deixo aqui, essa ideia que poderá ser útil no futuro, dentro desta linha, mas confesso, e nesse aspeto subscrevo aquilo que a Senhora Deputada do PAN disse, para mim, realmente, o futuro é o hidrogénio, pela sua limpeza e por aquilo que significa.” -----

----- O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) disse o seguinte: -----

----- “Que fique claro que nós não estamos aqui a sacralizar a energia elétrica. Como é evidente, vai haver uma diversificação de fontes e temos de procurar as que sejam mais amigas do ambiente e que emitam menos carbono, é esse o objetivo. Agora a tecnologia que nós temos ao nosso dispor é esta, é por aqui que temos de avançar e se houver outra avançaremos seguramente. Agora tem é que haver compromisso político e empenho político nesse tipo de mudança. E, aquilo que eu gostava de ver o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) era, em vez de ir falar no SATU novamente, porque aí já percebemos e aí sublinho também a modificação naquilo que é a posição do Senhor Presidente que já não fala em SATU mas em linha dedicada e há uma disponibilidade que não havia anteriormente em relação à discussão e a forma como se pode concretizar esse transporte e, para essa discussão que nós estamos disponíveis, que é

também em relação a outros aspetos da vida quotidiana das pessoas. E, deixe-me dizer-lhe, eu tinha orgulho quando olhava, há mais de dez anos atrás, ainda era um jovem deputado municipal, e tinha um plano de ação de eficiência energética no Concelho, que era o PAESO, tinha uma agência que era a OEINERGE que tinham um conjunto de medidas específicas que tinham impacto na vida quotidiana das pessoas, que passava desde a sua casa ao seu trabalho, ao espaço público e sabe o que é que o Senhor fez quando chegou aqui proposta para extinguir a OEINERGE? Votou a favor. Nós não votámos a favor e sabe que se hoje formos a olhar com atenção para esse plano, ao contrário de outros planos que até têm corrido bem, esse nem cinquenta por cento está executado e falhámos aí. Agora eu quero olhar para o futuro e veja esta proposta como um dado positivo da vida do Concelho e acho que aí temos todos de convergir e estar disponíveis, apoiar e sermos exigentes com o Executivo Municipal para o futuro, mas, de facto, há uma lacuna que nós temos de preencher muito rapidamente, se queremos estar na linha frente e se queremos ser esse Concelho de excelência, que julgo que todos defendemos nesta Assembleia Municipal.” -----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) referiu o seguinte:-----

-----“Acabaram agora de dizer que não se está a fazer a sacralização da eletricidade no automóvel, mas, é isso que tem sido feito até este momento, e dando o exemplo do Deputado Pracana (PSD) e da Deputada do PAN, se pensarmos naquilo que tem sido a promoção das energias limpas aplicadas à circulação automóvel nos últimos quinze anos em Portugal, chegamos à conclusão que noventa e nove por cento dos investimentos que foram feitos inicialmente, hoje, pura e simplesmente, estão totalmente obsoletos, não são utilizáveis. -----

-----Querer colocar no cesto dos papéis a iniciativa e a ideia de um meio de transporte suave, como foi o SATU, independentemente do nome que ele venha a ter e da tecnologia que venha a adotar, essa assim parece-me ser uma política de avestruz a querer meter a cabeça



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

debaixo da areia e tentar evitar atribuir o mérito a quem o teve no devido momento.-----

----- Isto porque se hoje quiséssemos, vamos imaginar que se dava o tal milagre em que o Concelho de Oeiras, parece que alguns deputados gostariam que o Concelho se transformasse, vamos imaginar que se criaria o tal milagre que de um momento para o outro, o Concelho de Oeiras passava todo a circular com automóveis elétricos. E que acontecia ao mesmo no Concelho de Cascais, no Concelho de Lisboa e em todos os concelhos do País. Gostava de saber onde é que íamos buscar a eletricidade, a não ser a combustíveis fósseis. Seria, certamente, a combustíveis fósseis que iríamos buscar essa eletricidade e isto para não colocarmos a questão de, face às tecnologias atuais, saber se, efetivamente, os atuais modelos de automóveis elétricos são no seu no seu cômputo global mais ou menos poluentes que aqueles que circulam hoje a combustíveis fósseis. É que nós normalmente esquecemos que aquela máquina tem baterias. Aquela máquina tem baterias e as baterias, como ultimamente se tem percebido têm uma duração razoavelmente curta e não sabemos ainda muito bem o que fazemos com elas. Também se passou por essa moda quando se iniciou a construção de centrais nucleares, porque ninguém se lembrou na altura, era uma energia ótima, uma energia praticamente limpa e ninguém pôs muito a sério em cima da mesa a questão de: “O que é que vamos fazer à porcaria dos resíduos que ficam no fim”. -----

----- Acho que é importante, de facto, o Município estar aberto a todas as novas tecnologias que estão a aparecer no mercado, sendo que, muito provavelmente, de facto, a mobilidade elétrica não será a tecnologia mais perfeita no futuro. Agora que a vamos desprezar não, que devemos manter-nos alheios a ela não, mas não sacralizarmos a mobilidade com base em automóveis elétricos, até porque se o quiséssemos fazer, grande parte, a generalidade da população, não tinha capacidade de aceder a esse tipo de mobilidade, por uma razão muito

simples, os carros elétricos são extraordinariamente caros comparados com um carro movido a combustíveis de origem fóssil. Esse é um problema e nenhum Governo ainda o tentou resolver. Para não falarmos no problema que se levanta relativamente à capacidade de circulação, porque na maioria dos casos as pessoas tinham que ter dois, ou têm que comprar um topo de gama que permita ir daqui a Trás-os-Montes, sem ter que parar duas ou três horas ou mais no caminho, ou então tem que ter dois, um para estas deslocações e um outro mais pequeno para as deslocações curtas. Atenção, aqueles que hoje estão mais acessíveis para deslocações curtas, há dez anos pura e simplesmente não existiam; há cinco anos praticamente não existiam e é bom que tenhamos os pés na terra, porque estas coisas são demasiado sérias para estarmos a brincar com elas.” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Muito brevemente, três ou quatro notas e uma delas para referir que é bom sentirmos o prazer das pessoas quando depois de muito buscarem, descobrirem, aí está, algo em que Município de Oeiras não é competitivo. Fico satisfeito, fico encantado, porque, na realidade, somos competitivos em tudo, mas, afinal, há aqui uma, a dos carregadores elétricos não estamos em primeiro lugar. Não estamos aqui para vestir camisolas, o que estamos a discutir hoje aqui, é a apreciação e votação relativa à concessão do direito de uso privativo de espaço público, para a instalação de quarenta e dois pontos de carregamento e de maneira que me vou referir apenas a isso. -----

-----Relativamente a essa questão é assim: quarenta e dois carregadores distribuídos pelo território do Concelho, de acordo com o levantamento que os serviços da Câmara fizeram em termos de satisfação de clientes, provavelmente onde poderia haver mais solicitação. Se não foi distribuído o mapa desses pontos, foi, então verão que procura haver uma distribuição mais ou menos equitativa e tendo em conta as eventuais maiores solicitações. -----

-----A estes quarenta e dois carregadores somam-se dezasseis que a própria Câmara vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

instalar, noutro contexto chamado Shuttle, com iluminação, áudio, etc., e também têm carregadores elétricos.-----

----- Relativamente a estudos de viabilidade económica, a Câmara não tem que fazer nenhum estudo de viabilidade económica, quem tem que o fazer é o concessionário, ele é que tem que o fazer. Portanto, os concorrentes é que farão o estudo. Se virem que dar resultado concorrem, se não der resultado não concorrem. Portanto, as coisas são tão simples como isso.---

----- Relativamente aos postos de carregamento, eventualmente em condomínios privados, que o Senhor Deputado Pracana (PSD) referiu, já hoje há muitos condomínios que nas garagens têm postos com carregadores de automóveis, basta solicitar à EDP e esta instala. E como em tudo na vida, dada a grande capacidade de improviso dos portugueses também há muitos que não têm carregador nenhum e têm forma já de carregar, porque, de acordo com a com a informação que recolhi, não sei se algum dos senhores deputados sabe, quanto é custa carregar um carro elétrico e qual é a diferença entre o carregamento elétrico e carregamento a gasolina ou a gasóleo. Não sei se algum dos senhores sabe, mas eu digo-vos. É de um para nove, o que significa que, vale a pena, isto é, vamos ver quanto é que o carro dura. Mas em termos de consumo, por cada dois euros de eletricidade são dezoito de gasóleo, é esta a diferença, um para nove. Realmente vale a pena andar de carros a tração elétrica, agora há outros custos. Portanto, eu acho que não estão nem adiantados, nem atrasados, porque há municípios neste País que não têm nenhum carregador elétrico ainda. -----

----- Portanto, surge no contexto em que entendemos que devia surgir, não vale a pena fazer concursos quando não há interessados. Eu quero vos dizer que há, pelo menos, um ano e meio que a Câmara Municipal estava a procurar negociar com operadores. De resto, muito recentemente é que as licenças foram concedidas. Falava-se nisto mas a maior parte dos

carregadores que havia por aí eram clandestinos, não estavam legalizados, não estavam licenciados, de maneira que não sei, realmente, onde o Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) foi buscar essa de que Oeiras estava atrasada. Nós estamos exatamente no momento exato em que o Governo concedeu as licenças aos operadores.” -----

-----O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) disse o seguinte:-----

-----“Muito rapidamente para explicar ao Senhor Presidente em que momento é que estão atrasados. O Senhor Presidente reconhecerá porque, certamente, teve responsabilidade na elaboração desta proposta, que tem virtudes que já assinalei, mas que, de facto, faz referência àquilo que é a política nacional da rede que é MOBILE, que teve duas fases e o Município de Oeiras nem na primeira, e aí recordo-me, veja só a minha memória, recordo-me de o Senhor Presidente aqui dizer que era uma tecnologia que não estava ainda suficientemente consolidada e, portanto, não era uma opção do Município e, na segunda vez, que foi quando o PS voltou ao Governo, necessariamente dentro daquilo que é a lógica de austeridade do Governo anterior ao do PS e de insensibilidade relativamente a estas matérias das energias renováveis, das primeiras coisas que o Primeiro Secretário de Estado da Energia do anterior Governo fez foi exatamente alargar a rede até aos oitenta municípios e mais uma vez, é verdade não foi o Senhor Presidente, foi o Presidente Paulo Vistas...” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. interrompeu, dizendo o seguinte:-----

-----“Desconfio que foram municípios do PS.” -----

-----O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) continuou a sua intervenção:-----

-----“...Que mais uma vez ficou fora desse alargamento da rede MOBILE e agora vai haver um novo alargamento e o Presidente felizmente... e aí já dissemos que apoiamos esta proposta, mais vale tarde do que nunca e está finalmente dentro da rede.” -----

5.6.1. VOTAÇÃO-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta (Rui Pedro do Carmo Teixeira, Sandra da Conceição Marques do Carmo Cortes, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Irina Dias Lopes, Orlando Vaz Tavares, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Ana Isabel Beça Dias da Costa, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Vítor Manuel Correia Pinho, Rosa Maria Lopes Soares da Fonseca e Deolinda Filomena Pedroso Pereira de Barros), cinco do Partido Socialista (Dinis Penela Antunes, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Joaquim dos Reis Marques, Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo e Pedro Miguel Ramos Almeida), cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente (Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Maria Carolina Candeias Tomé, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Luís Filipe Pereira Santos e Maria da Graça Rodrigues Tavares), três da Coligação Democrática Unitária (Daniel dos Reis Branco, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e Maria Joana Marques Gomes da Silva), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Susana Isabel Costa Duarte), um do Centro Democrático Social-Partido Popular (Nuno Miguel Trindade Gusmão), um do Bloco de Esquerda (Miguel da Câmara e Almeida Pinto) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques).-----

----- Os Senhores Deputados Ana Paula Pereira Cremon de Lemos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta e Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 131/2019**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 828/19 – DMAG/DFP/DP – CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO, PARA A INSTALAÇÃO DE 42 PONTOS DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS, EM LOCAIS PÚBLICOS DE ACESSO PÚBLICO NO CONCELHO DE OEIRAS** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número oitocentos e vinte e oito barra dezanove, a que se refere a deliberação número cinquenta e um da Reunião da Câmara Municipal, realizada em nove de outubro de dois mil e dezanove e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais À Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a adoção de um procedimento por concurso público, tendo por finalidade a Concessão do direito de uso privativo de espaço público, para a instalação de quarenta e dois pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Chegámos ao fim do ponto da Ordem do Dia e iremos agora dar a palavra ao público.”-----

6. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

6.1. A Senhora Clotilde Moreira, moradora em Algés, fez a seguinte intervenção: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Vinha pedir, urgentemente, que pusessem um abrigo, portanto, uma paragem, nas traseiras do Mercado de Algés. Há uma paragem mesmo em frente à Praça de Touros que não tem abrigo, e, portanto apanhamos ali uma data de chuva. Mesmo ao lado, há espaço para se pôr um abrigo e a pessoa, pelo menos, está ali abrigada da chuva.-----

----- Existe uma situação muito parecida no Dafundo, junto ao Café Lobito, também a paragem não tem abrigo mas se ela andasse um bocadinho mais para o lado, havia espaço para isso.-----

----- Outro assunto que trago aqui é o seguinte:-----

----- Foi dado à Junta de Freguesia de Algés, um rés-do-chão na Avenida dos Combatentes, para não exagerar há quinze anos que estão à espera de o utilizar. Talvez fosse interessante não ter aquele espaço fechado e que servisse para qualquer coisa, agora fechado é que não está bem.”-----

6.2. O Senhor Nuno Silva, munícipe de Oeiras, disse o seguinte: -----

----- “Sou um mero munícipe e venho falar de um problema que é o estacionamento, por acaso um tema que já foi falado aqui.-----

----- Eu represento o primeiro signatário de uma petição pública, criada no sítio “peticaopublica.com” que visava alertar a Câmara Municipal para os problemas de estacionamento na zona da Tapada do Mocho em Paço de Arcos.-----

----- Houve uma reordenação do estacionamento com a colocação de pinos e corte de um terreno que servia de estacionamento na zona, o estacionamento agora é impossível, as pessoas demoram uma hora para estacionar e é um cancro mesmo na zona. Portanto, gostaríamos de alertar para esta situação e terei o prazer de entregar em mão esta petição.-----

----- Já que me permitem, devo salientar que dei conta desta petição via e-mail a esta

Assembleia Municipal no passado dia quatro de outubro, no dia dez de outubro recebi informação por parte do Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) de que no dia nove houve uma conferência de representantes das forças políticas e tendo acesso ao meu e-mail, que enviei à Excelentíssima Senhora Presidente, fui informado que para a petição ser aceite teria que respeitar todos os requisitos constantes no Regimento da Assembleia Municipal ou não seria considerada para discussão. O Regimento no seu artigo sessenta e cinco refere-se ao direito à petição que está previsto no artigo cinquenta e dois da Constituição Portuguesa, mas no ponto três indica que as petições devem estar devidamente assinadas, com a identificação do nome, morada e cartão de cidadão. Como não foi o caso desta petição só posso trazer à vossa atenção com esta intervenção.

-----Aproveito para sugerir a criação de uma plataforma eletrónica, a exemplo do que acontece com a Assembleia da República, onde a receção de petições é feita por via eletrónica, quer a própria recolha de assinaturas, possibilita o exercício deste direito por parte de todos os munícipes, sem ser necessário a recolha de assinaturas porta-a-porta com a solicitação para disponibilizar dados pessoais e isso, obviamente, dificulta que possam ser apresentadas outras petições semelhantes a esta. -----

-----Solicitei também uma audiência junto do Doutor Ângelo Pereira, como responsável pela pasta da acessibilidade e mobilidade do Município de Oeiras, por e-mail, no passado dia dezanove para lhe apresentar em mão esta petição e explicar, com mais cuidado, o que se pretende mas não obtive qualquer resposta a este pedido. -----

-----Fui informado mesmo antes desta Assembleia por um munícipe que este tema já foi discutido no passado, há vários anos, em que um conjunto de cidadãos terá manifestado contra a construção de um silo na zona da Tapada do Mocho. Os atuais habitantes da Tapada do Mocho não se reveem nesta posição como, claramente, demonstra esta posição que conta já com quatrocentas e oitenta e seis assinaturas. Em nome de todos estes assinantes venho insistir que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

algo seja feito e esperamos que esta petição possa sensibilizar os presentes para um aplicar de medidas urgentes para resolver este problema.”-----

6.3. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Devo esclarecê-lo que, na realidade, recebi o seu e-mail e depois levei à Conferência de Líderes porque nós não podíamos considerá-lo como uma petição, porque não reunia as condições que são obrigatórias para ser uma petição, mas mereceu a nossa melhor atenção. Aliás, todos estamos cientes do problema que é o estacionamento na Tapada do Mocho. Agora o não ser considerada petição não quer dizer que não mereça a atenção e que não seja considerado uma exposição feita pelas pessoas moradoras ali naquele bairro. Quero dizer que mereceu a nossa melhor atenção.”-----

6.4. O Senhor Daniel Sousa, com atividade profissional em Oeiras, interveio, dizendo o seguinte: -- -----

----- “Na última cimeira climática em Nova Iorque, realizada pelas Nações Unidas, a Primeira-Ministra neozelandesa apresentou medidas concretas para mitigação das alterações climáticas. Como nós sabemos o papel da Nova Zelândia na emissão de gases é muito reduzido no cômputo global das emissões de gases com efeito estufa. Oeiras também tem uma representação diminuta nas alterações climáticas, no entanto, tem também uma responsabilidade. Neste sentido e na última Assembleia em que estive presente, perguntei sobre o Plano das Alterações Climáticas de Oeiras e foi-me respondido pelo Executivo que ele já estava pronto. Nesse sentido venho perguntar quanto é que ele estará disponível para discussão dos munícipes e também para consideração desta Assembleia Municipal.-----

----- Por outro lado, relativamente ao número de propostas que foram apreciadas hoje aqui na Assembleia Municipal, venho perguntar se o número destas propostas refletem o estado de

emergência climática que hoje em dia é muito falado na nossa sociedade. -----

-----Um outro ponto que venho aqui referir, diz respeito ao Congresso da Alimentação e Autarquias Locais que decorreu no dia dezasseis e dezassete de outubro em Vila Nova de Gaia, sobre o tema das cidades sustentáveis e o papel da alimentação. Houve dezasseis municípios que apresentaram boas práticas e Oeiras não faz parte dessas boas práticas que foram apresentadas no Congresso. A minha pergunta vai no sentido de compreender se, não estando a Oeiras sinalizada com uma boa prática em termos de papel da alimentação nos municípios, está disponível para adotar as boas práticas que foram apresentadas pelos restantes municípios? -----

-----Uma outra pergunta que venho aqui fazer, refere-se ao Relatório número cinco do Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas que foi apresentado em dois mil e catorze e tem uma secção dedicada às cidades e apela a transições de amplo alcance nos sistemas energéticos terrestres urbanos infraestruturais que não se limitam apenas a carros elétricos. -----

-----Por último, da última vez que aqui estive presente, fiz referência a conferências sobre as alterações climáticas que Oeiras promoveu e que continua a promover e que são muito boas práticas. No entanto, a minha professora da primária já dizia que, depois de tanta conversa, é preciso trabalhar. Oeiras é hoje um Município fantástico para viver, para trabalhar, fruto de um trabalho iniciado há trinta anos atrás, mas qual é o futuro, sobretudo neste contexto das alterações climáticas. -----

-----Uma outra questão que venho aqui fazer refere-se a uma intervenção do Vice-Presidente da Câmara quando foi a inauguração da exposição de Mário Cruz, no Palácio Anjos, em Algés. Em que referiu que uma das coisas que os políticos querem é reconhecimento pelo seu trabalho e eu pergunto-me se o pioneirismo em Oeiras endereçar estas questões do clima não será, de facto, uma mais-valia para o Município. -----

-----Depois, tenho algumas perguntas também aqui para a Assembleia Municipal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nomeadamente para o PAN e para o Bloco de Esquerda, uma vez que têm uma agenda que aparentemente é muito eleitoralista sobre as questões climáticas. Pergunto se vão apresentar propostas nesta Assembleia que visam fazer com que Oeiras se mova para a frente em conjunto com o Executivo que foi eleito? -----

----- Por outro lado, perguntar, também, ao Partido Socialista se vão trazer algumas das propostas para Oeiras que estão a ser implementadas em Lisboa pelo executivo lisboeta. Nomeadamente o executivo lisboeta pertence ao grupo de cidades C Quarenta, que é um conjunto de noventa e quatro cidades que visam endereçar as questões do clima. Por outro lado, houve também o anúncio que o orçamento participativo em Lisboa, o próximo, será dedicado às questões verdes ou às questões sobre as alterações climáticas. -----

----- Em relação ao CDS, que reconhece que o ambiente não tem ideologia, se irá apresentar propostas concretas para a mitigação das alterações climáticas em Oeiras? -----

----- Por fim, ao Deputado do IOMAF, ao Senhor Domingos Santos que na última Assembleia, referiu que esta Assembleia está empenhada, efetivamente, em endereçar as questões do clima e eu pergunto de que forma é que tem sido evidente este empenho por parte desta Assembleia em endereçar as questões climáticas.” -----

6.5. O Senhor Pedro Flores, município de Oeiras, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Queria falar sobre plantas exóticas no Concelho. Os serviços da Câmara Municipal têm sido bastante diligentes nas ações de erradicação das ervas daninhas no espaço público, com a aplicação de produtos fitofarmacêuticos, apesar do grau de perigosidade desses produtos que é considerado cancerígeno, que é o caso do glifosato. Mas a razão da minha presença prende-se com o facto de não se verificar a mesma atitude por parte da Câmara e da Vereação do Ambiente sobre a erradicação ou controlo de espécies invasoras, neste caso a flora ou fauna. A planta

visada é o capim das pampas com o nome científico cortaderia selloana, também conhecida como penachos, erva-das-pampas, paina ou plumas. Esta espécie traz graves consequências para o habitat, provoca alergias e ameaça a vegetação autóctone. Foram encontrados em vários locais como na Praia da Torre, Porto Salvo, Marginal, Cruz-Quebrada pondo em risco o Jamor entre muitos outros locais no Concelho. Só para terem a noção, cada planta pode produzir até um milhão de sementes que são facilmente dispersas pelo vento e podem viajar até trinta quilómetros de distância da planta mãe. -----

-----Segundo o Decreto-Lei noventa e dois de dois mil e dezanove consta da lista nacional de espécies invasoras e devem ser objeto de planos de ação nacionais ou locais, com vista ao seu controlo, contensão ou erradicação e a minha pergunta é: que ações pretende a Câmara fazer sobre esta matéria? Era só isto que eu queria frisar e tenho aqui um folheto caso queiram ter acesso.” -----

6.6. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Eu ainda queria dar mais um esclarecimento ao Senhor Nuno Silva que interveio sobre os prédios da Tapada do Mocho. -----

-----Dizer que nós, em reunião de todos os partidos políticos, consideramos que não podia ser considerada uma petição, no entanto estávamos alerta para um problema de estacionamento. Entretanto, o Senhor enviou, para esta Assembleia, o e-mail que enviou para o Senhor Deputado Miguel Pinto (BE). Aliás, no seu e-mail começa por dizer: “Caro Miguel Pinto”, e aquilo que aqui está escrito eu não considere, porque o Senhor escreveu ao Senhor Miguel Pinto e não escreveu à Assembleia Municipal. Todos os considerandos que aqui estão, eu não considere, nem fiz mais nada sobre este processo, porque o e-mail não me é dirigido, é dirigido ao Senhor Deputado Miguel Pinto (BE).-----

-----Acontece que a exposição que o Senhor faz e as pessoas que moram naquela zona,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

como lhe disse merecem a nossa melhor consideração e teríamos enviado para a Câmara mas o Senhor Vice-Presidente está presente nesta reunião da Conferência de Líderes e, portanto também toma nota. Mas não é necessário ser considerada uma petição para se poder fazer qualquer procedimento. Portanto, nós não necessitamos das quatrocentas e não sei quantas assinaturas e das indicações das moradas para procedermos ou alertarmos a Câmara para esta situação, precisamos sim para que seja considerada uma petição. -----

----- O e-mail que enviou ao Senhor Deputado Miguel Pinto (BE) é uma questão entre os senhores, não entre nós, outros membros da Assembleia, e muito menos pela Mesa e eu gostaria que esta situação ficasse bem esclarecida. -----

----- Quero perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se quer intervir ou fazer algum esclarecimento sobre as questões aqui colocadas?” -----

6.7. O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Dois esclarecimentos rápidos. Um para pedir desculpa à Senhora Dona Clotilde Moreira porque já me tinha falado no abrigo. Sei que o abrigo de Algés, do Mercado, ainda não está estudado mas a do Dafundo, de acordo com a informação que me deram, não havia espaço para pôr a paragem, o abrigo, mas, de qualquer maneira, vou mandar analisar e eu próprio vou lá ver a situação, ver o que se pode fazer. -----

----- Relativamente à casa da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, era o rés-do-chão do Dom Charrua que, por testamento, deixou à Freguesia de Carnaxide na altura, agora União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada-Dafundo e, há, realmente, um programa que a Freguesia apresentou. Penso que o projeto está pronto; Penso que seria para uma sala de leitura ou de estudos e também para idosos. O Senhor Presidente da Junta poderia dar um esclarecimento sobre isso porque eu vi o projeto, a Câmara Municipal vai fazer a obra mas é a

Junta de Freguesia que vai usar.”-----

-----O **Senhor Deputado Rui Teixeira (U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo)** interveio, dizendo o seguinte:-----

-----“Sobre o imóvel, efetivamente é Câmara que nos vai ajudar a fazer a obra e o plano que há é para um centro de juventude. Aliás, já foi dito à Dona Clotilde e a outros fregueses que estiveram presentes em várias ações da Freguesia, qual é a utilização. Agora as coisas também não podem surgir de um dia para o outro. O projeto, efetivamente, está acabado e penso que a obra vai arrancar brevemente.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção:-----

-----“Bom vai-se fazer obra rapidamente.-----

-----Relativamente ao Senhor Nuno Silva, morador na Tapada do Mocho. Aí está um bom exemplo que justifica os problemas da ausência de estacionamento no Concelho.-----

-----A Tapada do Mocho foi construída antes do Vinte e Cinco de Abril. E, portanto, é um empreendimento que foi vendido, praticamente, a antigos residentes nas colónias, Angola, Moçambique, etc., e não foi construído o estacionamento. No entanto, vejam a densidade populacional que aquele bairro tem, é uma concentração extraordinária e que não tem estacionamento. Há trinta anos não tinha nenhum problema. Eu recordo-me bem de visitar, até porque a legalização do bairro, curiosamente, foi feita já comigo em Presidente da Câmara, porque aquele bairro da Presidência do Conselho de Ministros, eram os serviços sociais da Presidência do Conselho de Ministros que construíram aquele empreendimento e, como era o Estado, não tinha licença, dá-se o Vinte e Cinco de Abril, a dada altura começou a haver transações de casa, etc., não havia licença de utilização, não havia licença de construção, não havia nada e, portanto, teve que ser legalizada aquela situação toda, eu recordo-me bem disso, e recordo-me também que não havia problemas de estacionamento no bairro.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Obviamente que as coisas foram mudando e hoje há ali um problema gravíssimo de estacionamento. Bom, é óbvio que não pode ser a Câmara Municipal a resolver o problema de estacionamento desta natureza. Portanto, há estacionamento no exterior, não é enterrado, e, portanto, mal seria a Câmara Municipal tivesse que fazer estacionamento para todas as famílias que têm dois, três e quatro carros. Abordámos esta questão aqui e, portanto, há, naturalmente, o intuito de atenuar essas situações e a Câmara Municipal propôs-se contribuir para a resolução do problema do estacionamento naquele bairro. Nesse sentido, avançou com um projeto onde gastou alguns milhares de euros para ali construir um parque estacionamento, que seria, uma parte até estava destinado, eventualmente a venda de alguns lugares e outros seriam alugados. ---

----- A acontece que, à semelhança do que acontece agora uma petição com algumas centenas de pessoas que foi apresentada na Câmara Municipal opôs-se à construção daquele estacionamento naquele local, porque diziam que lhe retirava as vistas para a Ribeira. Ora bem, é bom que as pessoas mudem de opinião. Embora lhes deva dizer o seguinte: provavelmente, pode não ser necessário construir o parque estacionamento naquele intervalo entre os prédios, porque está, realmente, previsto um parque de estacionamento no topo norte. Acontece que aquilo fazia parte de um loteamento, que penso que era do Pimenta e Rendeiro que, entretanto, foi à falência, está, neste momento, julgo, que está a ser negociado e aquela que já está rasgada uma rua que vai até aos Bombeiros de Paço de Arcos. Realmente, está previsto um auto silo que foi contemplado no âmbito desse loteamento. Portanto, se se conseguir resolver o problema desse loteamento ou a Câmara Municipal ou um privado poderá fazer esse estacionamento. De maneira que julgo que resolverá o problema, ou, pelo menos, vai atenuar substancialmente. Eu diria que fazem falta, ali, uns duzentos lugares de estacionamento e com estes resolve-se o problema dos moradores da Tapada do Mocho. -----

-----Relativamente ao Plano de Combate às Alterações Climáticas, eu gostaria de dizer ao Senhor Daniel Sousa, o seguinte:-----

-----No que concerne a boas práticas ambientais, o Município de Oeiras é apenas o Município mais galardoado com prémios de boas práticas ambientais em Portugal. Não há nenhum município em Portugal que tenha os prédios ambientais que o Município de Oeiras têm, é o mais galardoado. Portanto, acho que está tudo dito no que respeita a boas práticas ambientais.

-----Aliás, se quiser ir ao meu gabinete alguns deles estão lá pendurados, não no meu gabinete mas na sala de espera e, portanto, terá oportunidade de verificar que, ao longo dos anos, Oeiras foi o Município que mais prémios ambientais teve. Portanto, às vezes, gostamos de elogiar os outros e não vemos aquilo que se passa em nossa casa. -----

-----É claro que não vamos a todos os conferências e a todos os congressos, senão não fazíamos mais nada. Mas dizer que estivemos representados na Conferência do Rio de mil novecentos e noventa e só dois municípios portugueses lá estiveram (Oeiras e Lisboa). Fomos subscritores do primeiro documento fundamental em matéria de boas práticas ambientais sustentabilidade e embora não falasse propriamente das alterações climáticas na época, porque não se falava ainda, mas, juntamente com Lisboa, somos os únicos municípios de Portugal que subscreveram a Carta de Aalborg, não sei se algum dia ouviu falar nisso. Mas já que está tão preocupado com as alterações climáticas é obrigatório que leia a Carta de Aalborg e veja os municípios que a subscreveram. -----

-----Por outro lado, o futuro de Oeiras em relação às alterações climáticas. Justamente, porque falou tão bem de alterações climáticas, sobrescrevo tudo aquilo que disse, estará de acordo comigo, que o futuro de Oeiras nessa matéria será o futuro de Cascais, de Sintra, de Lisboa, de Almada, de Vila Franca de Xira, do país e do planeta. Não há futuro para Oeiras sem futuro dos outros concelhos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Antigamente falava-se pensar global agir local. Deixou de se falar nesta expressão, mas essa matéria não é Oeiras que fica isolada, não há políticas de alterações climáticas para Oeiras, se não houver para Cascais, se não houver para Sintra. Felizmente que os municípios a Portugal já têm maturidade suficiente e as pessoas que falam de alterações climáticas devem ter o conhecimento científico necessário para considerarem que esta é uma problemática que é um combate de todos não é de um município. Não é de um município ou dois municípios, não é de um país é de todos os países e, portanto, só assim é que podemos falar de alterações climáticas. Portanto, por muito que bem trabalhe um determinado município se o vizinho ao lado, se os outros municípios todos do país não estiverem em conjugação de esforços, não há nada que resista. Portanto, é bom que comecemos a pensar que esta coisa do combate às alterações climáticas não é um problema do “a” ou do “b”, do município “a” ou do município “b” é um problema de todos, é um problema da comunidade, é um problema da comunidade local, da comunidade nacional e da comunidade internacional.-----

----- Nós estamos a trabalhar com a Área Metropolitana de Lisboa nesta matéria e devo dizer, dito pela Área Metropolitana de Lisboa, o município que está mais avançado, que já teve mais discussões sobre isso é justamente o nosso. Portanto, considera a Área Metropolitana que estamos a trabalhar muito bem na preparação, na discussão, etc., desta matéria e, portanto, estamos perfeitamente atuais, como deve ser. -----

----- Orçamento participativo em Lisboa. Não é por se falar nas alterações climáticas que se desenvolvem políticas que têm a ver com o combate, digamos assim, aos impactos, aos efeitos das alterações. Estamos a falar de globalidade, de sustentabilidade, são várias políticas. Portanto, o orçamento participativo, cada câmara pode dar-lhe a nuance que entender. No caso de Oeiras é para os cidadãos, para a sua criatividade, para aquilo que entenderem, considero as propostas

mais votadas, se realmente a tendência for no sentido de medidas que visem o combate às alterações climáticas, muito bem, se não for, será outro qualquer é para isso que é orçamento participativo.-----

-----Relativamente ao Senhor Pedro Flores gostaria de lhe dizer o seguinte:-----

-----O que é que tem sido feito em relação à erradicação de plantas exóticas, invasoras ou infestantes. Uma coisa são plantas exóticas e outra coisa são invasoras e infestantes, são coisas muito distintas umas das outras. -----

-----Em relação às invasoras ou infestantes, a Câmara Municipal, naturalmente que as combate e procura erradicá-las. E, portanto, é a razão por que em determinados pontos do Concelho onde aparecem, sejam acácias ou sejam canaviais ou outro tipo de espécies que, realmente, são invasoras e infestantes, procuramos erradicá-las. Agora, pode acontecer que uma acácia pode não ser infestante, depende da sua localização, se está isolada ou não. Se tratar de uma acácia, para ela ser uma espécie única num determinado espaço não é infestante. É infestante se deixar crescer as acácias. Elas crescem, realmente, com muita rapidez, e, portanto, é como nos canaviais, portanto, tudo depende do local onde se encontra. Agora, infestantes, obviamente que se pretende combatê-los. -----

-----O problema das espécies exóticas já é um bocadinho mais difícil, porque exótico é tudo aquilo que é estranho. E a verdade é que nós em Portugal e, designadamente, aqui em Oeiras temos muitas espécies arbóreas, que nessa perspetiva são exóticas, porque não são autóctones, realmente desde palmeiras, os diferentes tipos de palmeiras, até o carvalho. O carvalho aqui é exótico, porque não é originário daqui. O carvalho é mais na beira interior, Trás-os-Montes, Beira Alta, por aí fora e, portanto, tudo depende de como nós classificamos a espécie. Mas não tenha dúvidas que da parte do Departamento do Ambiente temos essa preocupação e vamos fazer um trabalho sobretudo nas ribeiras do Concelho que é onde,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

realmente, proliferam mais espécies infestantes e invasoras.” -----

6.8. O Senhor Deputado Domingos Santos (IOMAF) disse o seguinte: -----

----- “Nas declarações finais cabe a cada grupo político, felicitar o Senhor Daniel Sousa pela sua intervenção e como falou no meu nome, estou a responder e dizer que: -----

----- Todos nós, eu tenho a certeza que desde o CDS ao Bloco de Esquerda, estamos preocupados com o ambiente, com a sobrevivência da Humanidade e com as alterações climáticas que sabemos hoje, seguramente, que se devem, também, se calhar, não em exclusividade, mas a más práticas das sociedades, do ser humano e da sua relação com o ambiente. - -----

----- Queria-lhe dizer que os deputados municipais não são o Executivo, mas o IOMAF pelas reuniões que tem feito, pela prática que tem demonstrado aqui, acha que o Executivo e o IN-OV têm tido muito boas práticas, têm uma grande sensibilidade para o ambiente e combate-se as más práticas contra o ambiente em muitas frentes. E nós temos apoiado e seguido com muita atenção, por exemplo, o que se passa na educação, o grande investimento que o Município, o Executivo está a fazer na educação. São frutos que levam tempo a ser vistos e colhidos, mas temos a certeza absoluta que sem esta sementeira, sem este cultivo, o planeta, de facto, a Humanidade não muda as suas más práticas. Portanto, estamos a seguir com muita atenção e porque nos identificamos, de facto, com as práticas que tem Executivo desenvolvido, temos, e é visível e público, seguido e apoiado as propostas que o Executivo traz aqui, porque nos revemos, de facto, nesta atuação.” -----

6.9. O Senhor Deputado Nuno Gusmão (CDS-PP) disse o seguinte: -----

----- “Dar aqui algumas breves notas, nomeadamente, ao Senhor Daniel Sousa. O CDS, ao contrário do que aqui referiu, tem pautado este seu mandato e só posso falar por este mandato,

com intervenção que é pública, que é notória, talvez o Senhor tenha estado um bocadinho desatento, relativamente ao CDS, o que é compreensível, nas mais diversas áreas. No que diz respeito à mobilidade, no que diz respeito a alterações climáticas, eu posso-lhe dizer que eu, e fui eu, participei em, pelo menos, três sessões, duas delas em Oeiras relativamente às alterações climáticas, especificamente aqui na Área Metropolitana de Lisboa, mas é natural que não saiba destas questões. -----

-----Depois dar nota que, nós somos livres de dizermos aquilo que queremos, afirmar que um partido político como o CDS não tem ideologia, já é um pouco abusivo, mas pronto, é a sua opinião que respeito e aceito.” -----

6.10. O Senhor Deputado Pedro Almeida (PS) disse o seguinte: -----

-----“Sem querer discriminar nenhum dos munícipes intervenientes, eu queria agradecer mais uma vez o espírito construtivo que a Senhora Clotilde Moreira tem sempre quando aqui nos traz as suas intervenções e mais uma vez se confirma, tomámos boa nota das sugestões, que são válidas e bastante pertinentes.-----

-----Relativamente ao Senhor Nuno Silva e da petição da Tapada do Mocho, nós evidentemente, aliás, já tive o esclarecimento por parte da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, tomámos boa nota das questões suscitadas pela petição. Gostaríamos que o regime das petições e o acolhimento destas pudesse ter evoluído para um regime, digamos, mais interativo. Não foi possível encontrar um consenso, mas sim, temos esperança que no futuro seja possível e possamos caminhar para um regime de petições mais próximo daquilo que, por exemplo, existe na Assembleia da República, em que os peticionários têm o direito, face a um determinado número de assinaturas, a poder participar, inclusivamente, em reuniões de comissões parlamentares, esperemos que isso possa fazer caminho aqui em Oeiras. -----

-----Relativamente ao Senhor Daniel Sousa, dizer-lhe que o PS está plenamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

identificado, aliás, como aqui, julgo eu, todas as forças políticas relativamente à preocupação das alterações climáticas e às políticas ambientais. Naturalmente, que há sempre alternativas quando estamos a discutir políticas. Da parte do PS, disse bem, Lisboa é uma referência que nós seguimos e aplaudimos. Aqui trouxemos já algumas ideias que existem em Lisboa, outras não, em que também achamos que temos um contributo e um sentido progressista na forma como Oeiras tem também de ter essa ambição de liderar estas políticas. Mas sim, estaremos, e aliás como disse o orador anterior, é verificando as atas ou indo ao Youtube e vendo as nossas reuniões. Tem havido esse debate, essa discussão, está na agenda desta Assembleia Municipal e o PS tem estado sempre do lado dessas políticas. -----

----- Relativamente ao Senhor Pedro Flores, naturalmente que é uma questão já mais específica. Felizmente Oeiras, e aí o Senhor Presidente da Câmara teve a oportunidade de explicar, nós acompanhamos isso também com bastante atenção, porque é uma marca distintiva também das políticas municipais, a preocupação com esse lado mais ecológico e a relação com o ambiente e não deixaremos, naturalmente, de acompanhar com o sentido de exigência que o Senhor Pedro Flores aqui trouxe.”-----

6.11. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) disse o seguinte: -----

----- “Era só para responder ao Senhor Daniel Sousa e dizer que o PAN, seja em Oeiras, seja em qualquer sítio, onde tenha eleitos, está sempre disponível para dar contributos a qualquer executivo.” -----

7. A Senhora Presidente da A.M. concluiu, dizendo o seguinte: -----

----- “Meus senhores, chegámos ao fim desta nossa reunião, muito obrigado a todos pela vossa presença, uma boa noite e até à próxima.” -----

8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e quarenta minutos.

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente, -----



-----O Primeiro Secretário, -----



-----A Segunda Secretária, -----

